

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE

RAMOM PEREIRA DE JESUS MOREIRA

**A MEMÓRIA DA ESCRAVIDÃO E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE
DOS GRUPOS QUE COMPÕEM A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE
HELVÉCIA (2000-2018)**

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
MARÇO DE 2019

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE

RAMOM PEREIRA DE JESUS MOREIRA

**A MEMÓRIA DA ESCRAVIDÃO E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE
DOS GRUPOS QUE COMPÕEM A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE
HELVÉCIA (2000-2018)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre Em Memória: Linguagem e Sociedade.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Linha de Pesquisa: Memória, Cultura e Educação.

Orientador: Prof. Dr. Felipe Eduardo Ferreira Marta.

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

MARÇO DE 2019

M839m

Moreira, Ramom Pereira de Jesus.

A memória da escravidão e a construção da identidade dos grupos que compõem a Comunidade Quilombola de Helvécia (2000-2018). / Ramom Pereira de Jesus Moreira - Vitória da Conquista, 2019.

120 f.

Orientador: Felipe Eduardo Ferreira Marta.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista, 2019.

Inclui referência F. 110 - 116.

1. Comunidades negras. 2. Escravidão - Memória. 3. Quilombo. 4. Identidade. I. Marta, Felipe Eduardo Ferreira. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. III. T.

CDD: 326.098142

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção - CRB 5/1890

UESB - Campus Vitória da Conquista - BA

Título em inglês: The memory of slavery and the construction of the identity of the groups that make up The Quilombola Community of Helvécia (2000-2018).

Palavras-chaves em inglês: Black communities, identity, memory, quilombo, slavery.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Titulação: Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Banca Examinadora: Prof. Dr. Felipe Eduardo Ferreira Marta (presidente), Profa. Dra. Ana Elizabeth Santos Alves (titular), Prof. Dr. Tony Honorato (titular).

Data da Defesa: 28 de março de 2019.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

RAMOM PEREIRA DE JESUS MOREIRA

**A MEMÓRIA DA ESCRAVIDÃO E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE
DOS GRUPOS QUE COMPÕEM A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE
HELVÉCIA (2000-2018)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre Em Memória: Linguagem e Sociedade.

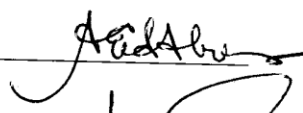
Data da aprovação: 28 de março de 2019.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Felipe Eduardo Ferreira Marta
(Presidente)
Instituição: UESB

Ass.: 

Profª. Drª. Ana Elizabeth Santos Alves
Instituição: UESB

Ass.: 

Prof. Dr. Tony Honorato
Instituição: UEL

Ass.: 

AGRADECIMENTOS

À Deus, minha eterna gratidão pelo dom da vida, obrigado por me sustentar em mais essa etapa da vida na terra.

“Viver é melhor do que [só] sonhar”. Início essa etapa do trabalho com esse trecho da canção que foi eternizada pela voz da saudosa Elis Regina. Viver o sonho é de fato algo muito sublime, materializar o sonho através da vida, não tem preço.

Minha eterna gratidão a minha querida mãe, dona Arezilda Moreira (santa), seu amor, dedicação, afeto, empenho fizeram toda a diferença nesse percurso. Obrigado por idealizar tudo isso antes de mim, obrigado pelos “choques de realidade”, eles me empurraram para frente... E olha nós dois aqui concluindo mais um ciclo.

Aos meus irmãos pela amizade e companheirismo, aos meus familiares em especial as minhas tias Creusa e Rejane pelo apoio de sempre.

A querida Jorleide Alves que é mais do que uma amiga, um espírito generoso de um coração ímpar, te desejo muita saúde e paz.

Ser aprovado no mestrado implicava algumas mudanças, uma delas foi a minha ida para Vitória da Conquista, cidade que me acolheu, e quem diria que o choro do primeiro final de semana na cidade se converteria em tantos risos e momentos que a memória fará questão de eternizar.

Agradeço aos bons amigos que eu fiz, alguns se tornaram verdadeiros irmãos e irmãs. Ao meu amigo mais chegado que irmão Leonardo Cruz, minha eterna gratidão, compartilhar o mesmo teto com você foi uma das maiores alegrias que essa fase me proporcionou. Um ouvido sempre atento, um amigo que vou levar para toda a vida, muita saúde e paz “pequeno jovem rapaz”.

Agradeço a minha segunda família, a família que me acolheu aqui na cidade desde o período de seleção, vocês são parte dessa conquista, obrigado por compartilharem comigo tantos momentos bons, e por se fazerem presente em todo tempo, diluindo assim a saudade que eu sentia da minha casa. Tia Elenilda (A famosa tia Negona), Tio Chico, Laysse, Lazaro, Isaias e Jezreel, amo muito vocês.

Aos meus queridos amigos que mesmo longe estiveram sempre presentes, obrigado por escutarem atentamente minhas angústias, pelos conselhos e pelos momentos de piada, e mais do que isso obrigado por entenderem meus silêncios,

minhas ausências. Jaqueline Arruda e Robson, vocês são da aliança. Silas obrigado pela companhia e andanças por Helvécia, Thúlio Bessa sua sensatez me inspira, obrigado por sua preocupação cotidiana. Elisnak e Saíra obrigado pelo apoio de sempre e por me ensinarem a ter calma diante das coisas que tanto me assustavam. Amiraci Bernardo minha irmã unebiana, obrigado por sua positividade e carinho.

Priscila Glória, Benedito dos Santos, Itamar Soares e Wesley, obrigado pela atenção desde as dicas com o pré-projeto para a seleção e durante todo o percurso do mestrado. Vocês são incríveis!

O Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade me proporcionou grandes encontros, amigos que levarei por toda vida, todo meu carinho e afeto a vocês que estiveram tão perto durante esses dois anos. Gracy Soares, minha irmã gêmea, aprendi muito com sua delicadeza. Marcela Gomez, minha conselheira companheirona incansável, Claudia (Cloudes Lila) você me ensinou muito com sua irreverência, Junior, sempre acolhedor e agregador, você é incrível.

Maritza Camile, Isa, Amanda Miranda, Daiane Assis, Catarina, Fernanda Lima e Monalisa Ferraz, vocês são mais do que especiais, palavras não seriam suficiente para expressar o quanto a companhia de vocês me faz bem, cada uma com seu jeito, com suas particularidades, conviver com vocês foi um dos grandes privilégios que essa fase proporcionou.

Queli Cruz, a irmã que a vida me deu, obrigado pelo companheirismo, por entender meus gritos no apê 302 (risos), sua paciência e positividade foram de suma importância, tantos momentos de alegria, tantas piadas, tantos “causos”, Obrigado por tudo menina.

Aos moradores e moradoras de Helvécia pela acolhida sempre tão calorosa, obrigado por dividirem comigo suas memórias. Muito obrigado Netinha e Jorge pela receptividade de sempre, o mundo precisa de muitas pessoas como vocês.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, em especial à Profa. Dra. Edvania Gomes da Silva, por sua delicadeza e compreensão. As “meninas da secretaria” Vilma, Tâmara e Valquiria, pela atenção, prestatividade e carinho.

Ao meu orientador, professor Dr. Felipe Eduardo Ferreira Marta, obrigado pela compreensão, obrigador por entender meu tempo de escrita, e mais do que isso, obrigado por humanizar o pesquisador, isso faz toda a diferença.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia FAPESB pela bolsa de estudos que proporcionou a realização desta pesquisa.

*À coragem de minha mãe;
Aos moradores e moradoras de Helvécia, e a
todos os corpos negros que após a diáspora
compuseram a história do Novo Mundo.*

RESUMO

A pesquisa discute aspectos referentes à memória da escravidão e sua influência da mesma no processo de construção identitária da comunidade negra rural de Helvécia, que encontra-se localizada na atual região extremo Sul da Bahia, formada no pós-abolição por ex-escravos da antiga colônia Leopoldina, composta por imigrantes europeus, suíços e alemães que se valiam da força de trabalho de africanos escravizados e seus descendentes nas suas plantações de café. A formação dessa colônia foi possível por intermédio do decreto de concessão de terras a estrangeiros europeus não portugueses assinado em 25 de Novembro de 1808 por D. João VI, que retomava antigas práticas da coroa portuguesa, adotadas ainda no início da colonização de suas terras conquistadas na América, caracterizada pela doação de terras a particulares do reino, contudo a partir deste decreto indivíduos de outras nacionalidades também podiam beneficiar-se dessa prática, sob o critério de formação de colônias agrícolas, destinadas a produção de itens de subsistência, e que operassem unicamente com trabalhadores livres, contudo a colônia Leopoldina descaracterizou os critérios anteriormente estabelecidos, tornando-se uma rica zona agrícola, tendo sua maior expressão na produção de café para exportação, e utilizando exclusivamente o trabalho escravo africano. A história de Helvécia é arquitetada principalmente através da oralidade, e as narrativas tecidas pelos moradores da comunidade são fruto dos reflexos da memória passada no presente e constituem a principal fonte para a elaboração do trabalho, que se desenvolve através da metodologia da História oral. A comunidade conserva práticas correlacionadas as antigas comunidades das senzalas, mas nota-se ainda que o fazer cultural na localidade advém de um processo de mesclas culturais sendo bastante matizada. Encontramos em Helvécia pontos importantes para a discussão dos conceitos e categorias que são caros a pesquisa: Comunidades negras, quilombos, identidade, etnicidade, racialidade. Pessoas da comunidade de Helvécia constituem sujeitos desta pesquisa que além das fontes orais, baseia-se em fontes documentais sobre o período disponível no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), a pesquisa amparou-se ainda em um levantamento bibliográfico, destacamos os trabalhos desenvolvidos por Carmo (2010) e Lyra (1987) a respeito da política de doação de terras seguida da formação de colônias estrangeiras no Sul da província da Bahia, e por tratarem diretamente da colônia Leopoldina. A obra de Arruti (2006) subsidiou a discussão em torno do processo por reconhecimento quilombola por comunidades constituídas após a abolição da escravidão africana no Brasil. Utilizou-se também a obra de Stuart Hall (2008) para subsidiar as discussões em torno da construção das identidades, somada a abordagem tecida por Pollak (1989) e (1992) ao tratar da memória como instrumento de formação da identidade, quer seja individual ou coletiva.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidades negras, identidade, memória, quilombo, escravidão.

ABSTRACT

The research discusses the rural black community of Helvécia, which is located in the present extreme southern region of Bahia, formed in the post-abolition by ex-slaves of the old colony Leopoldina, composed of European, Swiss and German immigrants who used the labor force of enslaved Africans and their descendants in their coffee plantations. The formation of this colony was possible by means of the decree granting land to non-Portuguese European foreigners signed on November 25, 1808 by D. João VI, which retakes ancient practices of the Portuguese crown, adopted even at the beginning of the colonization of their conquered lands in America, characterized by the donation of land to individuals of the kingdom, however from this decree individuals of other nationalities could also benefit from this practice, under the criterion of the formation of agricultural colonies, intended for the production of items for subsistence, and operating only with free workers, however the Leopoldina colony mischaracterized the previously established criteria, becoming a rich agricultural zone, having its greater expression in the production of coffee for export, and using exclusively African slave labor. The history of Helvécia is mainly constructed through orality, and the narratives woven by the inhabitants of the community are fruits of the reflexes of past memory in the present and are the main source for the elaboration of the work, which is developed through the methodology of oral history. The community maintains practices related to the ancient communities of senzalas, but it is also noted that the cultural making in the locality is the result of a process of cultural mixtures being quite nuanced. We find in Helvécia important points for the discussion of concepts and categories that are expensive to research: Black communities, quilombos, identity, ethnicity, raciality. People from the community of Helvécia are subjects of this research that, besides oral sources, is based on documentary sources about the period available in the Public Archive of the State of Bahia (APEB), the research was based on technical-scientific research, among which , we highlight the work developed by Carmo (2010) and Lyra (1987) regarding the policy of land donation followed by the formation of foreign colonies in the south of the province of Bahia, and for dealing directly with the Leopoldina colony. The work of Arruti (2006) subsidized the discussion around the process for quilombola recognition by communities constituted after the abolition of African slavery in Brazil. It was also used the work of Stuart Hall (2008) to subsidize the discussions about the construction of identities, together with the approach of Pollak (1989) and (1992) in dealing with memory as an instrument of identity formation, whether individual or group.

KEYWORDS: Black communities, identity, memory, quilombo, slavery.

LISTA DE FIGURAS/ MAPAS / TABELAS

Tabela 1 - Formação de colônias na província da Bahia 1818 – 1873	26
Mapa 1 – Colônias estrangeiras na Bahia (1816-1888).....	30
Mapa 2 – Extremo Sul da Bahia.....	26
Figura 1 – Fazenda Pombal – Colônia Leopoldina, Bahia na primeira metade do século XIX. Bosset de Luze. Aquarela sobre papel, 25,5 X 57 cm.....	36
Tabela 2 – Produção de café da colônia Leopoldina 1836-1853.....	38
Figura 2 – Prédio da antiga estação de trem da estrada de ferro Bahia e Minas.....	78

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADCT – ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS
ABA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA
APEB – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
AQH – ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA DE HELVÉCIA
CF – CONSTITUIÇÃO FEDERAL
DEDC – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
EBF – ESTRADA DE FERRO BAHIA E MINAS
FCP – FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
FAPESB - FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DA BAHIA
IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
UESB – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
UNEB – UNIVERSIDADE ESTADUAL DA BAHIA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. INCENTIVO COLONIZADOR NO SUL DA PROVÍNCIA DA BAHIA: PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX	23
1.1 Imigração europeia para o Sul da Bahia: 1808-1818	23
1.2 Criação e composição étnica da Colônia Leopoldina.....	33
1.3 As últimas décadas da escravidão no Brasil e o declínio da Colonial Leopoldina	43
2. QUILOMBOS: DA MARGINALIZAÇÃO AO PROCESSO DE LEGALIDADE	51
2.1 Quilombo: Conceituação Primária.....	51
2.2 A continuidade dos quilombos: Renovação conceitual	62
2.3 Formação do distrito de Helvécia.....	67
3. RECONHECIMENTO QUILOMBOLA E OS DILEMAS EM TORNO DA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA	79
3.1 Os tempos áureos da estrada de ferro: Organização social	79
3.2 “Eu tenho que saber a História da minha comunidade”: Memória em disputa. 83	
3.3 “Eu não sinto ser quilombola”: Os dilemas da autoafirmação quilombola	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS	114

INTRODUÇÃO

A comunidade negra rural de Helvécia é um distrito pertencente ao município de Nova Viçosa, composta por 3.741 habitantes, sendo esses habitantes em sua maioria descendentes de ex-escravos africanos e afro-brasileiros que habitaram a região Sul da província da Bahia entre os anos 1818-1888. Helvécia está geograficamente situada nas proximidades da rodovia Br-101, e do Trevo de Posto da Mata (também distrito pertencente a cidade de Nova Viçosa). O distrito também está próxima a outra rodovia, a BR-418.

Pessoas da comunidade de Helvécia constituem sujeitos desta pesquisa, que tem como problemática indagar, como a memória da escravidão exerce influência na formação identitária dos moradores de Helvécia, durante o período pós-reconhecimento deste lugar enquanto comunidade remanescente quilombola?

O interesse pela temática surgiu ainda durante o período de graduação, no curso de Licenciatura em História na Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação Campus X (DEDC/X), após uma visita de estudo feita à comunidade de Helvécia-BA por ocasião de uma aula de campo realizada no 7º período do curso com os professores das disciplinas de Cultura Documental e Patrimonial I e Laboratório do Ensino de História VII. Naquela oportunidade evidenciou-se uma situação de caráter conflituoso, em que alguns moradores expressaram um posicionamento contrário à situação de reconhecimento do distrito pela Fundação Cultural Palmares como área remanescente quilombola.

Isso gerou algumas angústias, e a partir do que presenciamos originou-se o questionamento inicial, que norteou em um primeiro momento a elaboração do projeto de pesquisa que buscava investigar quais motivos levavam a estes conflitos identitários na comunidade? Durante a graduação essa pesquisa culminou com a escrita do Trabalho de Conclusão de curso (TCC) intitulado: *Conflitos identitários no processo de reconhecimento do distrito de Helvécia como comunidade remanescente quilombola (2002-2006)*.

Foi a partir disso que iniciou-se um processo de pesquisas a respeito da “Comunidade remanescente quilombola de Helvécia”. Inicialmente através de conversas com moradores e de leituras relacionadas ao tema da pesquisa, surgiram algumas hipóteses, que foram importantes no princípio para o processo de

investigação do problema de pesquisa da graduação, a primeira delas seria que alguns moradores não se identificam, enquanto quilombolas, porque não consideram ter proximidade étnico-raciais com negros e negras, em função de possuírem sobrenome de origem europeia.

A situação de possivelmente possuir sobrenome de origem europeia na comunidade é algo presente para algumas famílias da localidade, uma vez que as terras pertencentes à comunidade de Helvécia, distrito da cidade de Nova Viçosa, precisamente no século XIX, fizeram parte da colônia Leopoldina, criada em 1818 quando D. João VI concedeu a estrangeiros, possessões de terras em sesmarias, uma vez que Portugal visava garantir o povoamento dos locais até então pouco habitados, além de objetivarem uma sistemática substituição da mão de obra escrava africana por trabalhadores livres e europeus.

A Colônia Leopoldina foi então criada em 1818, por Suíços no extremo Sul da província baiana, composta por cinco sesmarias de mata virgem, cada sesmaria a meia légua quadrada. A composição étnica da colônia era diversificada. Além dos europeus suíços e alemães, contava também com grande contingente de africanos que para esta região foram trazidos para servirem de mão de obra escrava. A Fazenda Helvétia pertencia a princípio ao Sr. João Martinho Flach, o nome sugere a origem Suíça do proprietário das terras onde está localizada a comunidade, lugar marcado pela vivência de europeus e predominantemente da população negra que ali serviram como mão de obra escrava, o que se reflete na predominância da população negra no tempo presente na localidade (GOMES, 2009).

A partir desse contato inicial com o objeto de pesquisa (realização do Trabalho de Conclusão de Curso), outras possibilidades ficaram ainda mais latentes, desta maneira surgiu o interesse em dar continuidade a pesquisa. Destacando pontos que foram deixados no primeiro momento, discutindo principalmente qual o papel que a memória exerce na formação das identidades, entendendo que essas são fluidas e transitórias, e que são construídas a partir de uma coletividade.

Foi a partir deste cenário de singularidades que apontamos o tema que viria a ser pesquisado: A memória da escravidão e a construção identitária dos grupos que compõem a comunidade quilombola de Helvécia (2000-2018).

A escolha do tema possibilitou um diálogo entre memória, escravidão, resistência escrava, movimentos negros, identidade, além da discussão das

questões étnico-raciais, utilizando a comunidade de Helvécia como espaço rico para a discussão da temática.

É importante destacar que durante a pesquisa evidenciou-se que os conflitos perpassaram a fronteira do tempo (2002-2005) período que durou o processo de busca pelo reconhecimento quilombola, sendo perceptíveis ainda neste tempo em que o trabalho vem sendo elaborado, e estes conflitos que se evidenciaram na comunidade fazem com que muitos moradores não se reconheçam enquanto quilombolas, e se posicionem contrários a isso, demonstrando em muitos casos desconhecimento sobre o que é “ser quilombola”.

A identidade quilombola nasce dessa “determinação”, dessa estratégia de fazer frente às lógicas excludentes e repressivas do Estado brasileiro. Portanto a resistência quilombola se constitui e se expressa como afirmação da cultura, da organização social, dos usos e costumes, da territorialidade das comunidades quilombolas [...]. (SOUZA, 2008, p. 9).

Assim como evidencia a autora, a identidade quilombola surge nos indivíduos, a partir do momento que estes se apropriam das questões que afligem as comunidades negras ao longo da história do país, uma vez que a aproximação com estas questões gera nestas pessoas o desejo de fazerem frente a todo sistema de opressão no qual estão inseridos. A força dos agentes externos a comunidade, por vezes os impulsionam a busca de tal reconhecimento, intuindo salvaguardarem os espaços ocupados ancestralmente por estes indivíduos.

Como objetivo geral buscou-se compreender como o uso da memória sobre a escravidão tem influenciado na formação étnica e identitária de remanescentes quilombolas, analisando as ações de instituições que atuam na comunidade de Helvécia. Além disso, buscou-se enquanto objetivos específicos: Construir um panorama histórico do distrito de Helvécia, abordando o processo de defesa do reconhecimento enquanto comunidade quilombola e o papel das instituições locais neste contexto; Construir informações por meio de entrevistas com os moradores acerca de suas compreensões sobre escravidão, memória local e reconhecimento quilombola; Investigar as propostas desenvolvidas pela Escola Quilombola João Martins Peixoto e pela Associação Quilombola de Helvécia referentes ao fortalecimento étnico e identitário da comunidade.

Para a elaboração desta pesquisa, fez-se necessário uma revisão bibliográfica para problematização da temática discutida. Dessa forma foram

utilizadas algumas obras para a discussão e contextualização do objeto de pesquisa dentro de um tempo e espaço. Trabalhos como o de Carmo (2010), Jones (2014), Lyra (1982), ao abordarem o processo de formação da Colônia Leopoldina e apresentarem como a província da Bahia buscou durante várias fases do século XIX inserir-se no processo de “modernização” e substituição da mão de obra escrava pela livre foram importantes para a elaboração do primeiro capítulo da dissertação.

Além da revisão bibliográfica, fez-se uso da metodologia de História oral. A partir da análise das narrativas do(a)s entrevistado(a)s foi possível uma viagem pela história de Helvécia. “Fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo, e o que agora pensam que fez” (PORTELLI, 1997, p. 31).

Para tanto foram entrevistadas treze moradores da comunidade de Helvécia, destes, apenas 3 não permitiram que a entrevista fosse gravada, no entanto não se recusaram a conversar. A escolha dos entrevistados a princípio se deu a partir do acesso a documentação concedida pela Fundação Cultural Palmares, onde constatamos os nomes daqueles que encabeçaram a formação da Associação Quilombola de Helvécia (AQH) responsável pelo processo de reconhecimento quilombola, a partir dos primeiros contatos, surgiram a indicação de outros nomes, pessoas que seriam favoráveis ou contrários ao reconhecimento quilombola.

O objetivo do uso dessa metodologia centrou-se na análise das narrativas tecidas pelos entrevistado(a)s para a partir da construção de cada memória vislumbrar o que o reconhecimento de Helvécia como comunidade remanescente quilombola, significou para ele(a)s enquanto sujeitos participantes da história daquela comunidade, além de buscar compreender de que maneira a memória herdada da história do espaço, interfere na formação da identidade quer seja uma identidade individual ou coletiva. “A fonte oral sugere mais que afirma, caminha em curvas e desvios obrigando a uma interpretação sutil e rigorosa” (BOSI, 2003, p. 20).

Assim, a história oral representa a realidade com as respectivas diferenças, explora as relações entre memória e história, coloca em evidência a construção dos atores de sua própria identidade, reconhece que as lembranças são artes do indivíduo e redimensiona as relações entre passado e presente, ao perceber que o passado é construído segundo as necessidades do presente, chamando a atenção para os usos políticos do passado (LUCENA, 1999, p. 24).

Como posto por Lucena o indivíduo conceberá aquilo que representa como passado a partir das necessidades do presente. Além de compreender que no seu

percurso histórico as pessoas se configuram enquanto agentes políticos, e como tais essas aproximam-se daquilo que mais os representa em diferentes âmbitos.

Apesar de se tratar de um assunto conflituoso para alguns moradores, a receptividade e acolhida na hora da entrevista foi marcada pela cordialidade, tanto na casa dos que se posicionaram a favor do reconhecimento, como também por parte daqueles que são contrários.

Nesse sentido a escrita desta dissertação foi estruturada da maneira que agora se apresenta: Introdução, capítulo 1, 2 e 3, considerações finais e referências.

O primeiro capítulo, intitulado *Incentivo colonizador no Sul da província da Bahia: Primeira metade do século XIX*, discutiu de que maneira se iniciou o processo de organização social da atual região Extremo Sul da Bahia, espaço onde está localizada a comunidade negra de Helvécia, bem como discutiu a formação da colônia Leopoldina, empreendimento formado por imigrantes europeus, que fizeram das terras doadas pela coroa portuguesa, ricas áreas agrícolas que se utilizavam do trabalho escravo africano. Para a elaboração desta etapa do trabalho, utilizou-se textos técnico-científicos como livros, dissertações e artigos, além da utilização de fontes documentais. Toda a documentação existente sobre a formação dessas colônias estrangeiras na Bahia foram encontradas no Arquivo Público da Bahia, arquivados em cinco maços (do número 4604 ao 4608), tratam-se de documentos manuscritos que nos informam a respeito da política de povoamento para diferentes pontos da província da Bahia.

O segundo capítulo intitulado *Quilombos: Da marginalização a legalidade*, busca discutir a conceituação do quilombo em duas dimensões: Colonial e pós-abolição. Os quilombos brasileiros constituíram-se como o principal instrumento de luta contra o sistema escravocrata. É sabido porém que esta não era a única maneira de resistir a escravidão, outras formas de rebeldia também eram adotadas pelos cativos como assassinatos, suicídios, quebra de ferramentas de trabalho (REIS e GOMES, 1996)

O negro, ao contrário do que se costuma afirmar, nunca se submeteu pacificamente à escravidão. De modo geral, reagiu pelos meios de que dispunham. Quando podia, reação individual ou coletiva [...]. No primeiro caso, foram muitos os crimes de agressão e homicídio cometido por negros cativos; no segundo, estão as revoltas e os quilombos que a história da escravidão registra. A maioria dos escravos, em tempo algum, conformou-se com o regime de cativo. A fuga era frequente no comportamento do negro escravo, desde que as primeiras levas aqui chegaram. Fugiam, em

grupos ou individualmente, homens, mulheres e crianças e internavam-se nos matos para formar quilombos (LUNA, 1968, p. 65).

Em seus estudos Luna (1968) evidencia a multiplicidade de formas que os escravizados encontravam para resistir a opressão do cativo, o autor ainda afirma o protagonismo dos trabalhadores escravizados, neste sentido os quilombos foram apresentados como importante ferramenta de (re)invenção da liberdade e como importante mecanismo para o enfraquecimento do sistema escravocrata.

Um dos pontos mais significativos em relação aos estudos dos quilombos no Brasil foram as diferentes abordagens que ao mesmo foram atribuídos. Em uma primeira abordagem, buscou-se discutir os quilombos como unidades estáticas, sob um viés isolacionista, assim como foi proposto pelo rei de Portugal em resposta aos conselho Ultramarino em 02 de dezembro de 1700 “toda habitação de negros fugidos que passam de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele”.

As abordagens isolacionistas tiveram fôlego no campo historiográfico brasileiro até a década de 1960, a partir deste período novos estudos passaram a ser realizados, neste sentido os quilombos passaram a ser investigados a partir de uma rede de ações e relações com diversos setores da sociedade. A respeito disso temos nas obras de Luna (1968), Freitas (1978) e Moura (1987) importantes abordagens do protesto escravo e também dos quilombos, nestes estudos foram evidenciados os pontos ativos da vidas do trabalhador escravizado, bem como o protagonismo negro, assim os quilombos passam a ser apresentados como organizações políticas, no entanto, ainda que involuntariamente os autores mencionados ainda apresentavam em algumas medidas os quilombos como unidades isoladas.

Essa abordagem isolacionista perde espaço nas obras de Reis e Gomes (1996) e Gomes (2006), uma vez que são apresentadas diferentes formas pelas quais os ex-escravos aquilombados encontravam para garantir a sobrevivência e longevidade dos quilombos. Sobre essas relações, Flávio Gomes (2006) apontará que essas relações mantidas por aquilombados e demais setores da sociedade criou um verdadeiro “*campo negro*”, “em muitos dos lugares onde se fixaram comunidades de escravos fugidos no Brasil eram comuns as relações entre quilombolas e sitiadas, como vendeiros, taberneiros etc” (GOMES, 2006, p. 41).

Neste sentido os estudos referentes aos quilombos evoluíram de forma bastante significativa, no entanto não podemos perder de vista que na atualidade a discussão referente aos quilombos ganha outras conotações, tendo em vista que os quilombos brasileiros sofrem um silenciamento no período pós-abolicionista, uma vez que anterior a isso a fuga e a formação de quilombos só aconteciam como resposta a escravidão, e com o fim desta os mesmos deixariam de existir.

Já no século XX as discussões que abordavam o estado em que se encontravam as populações egressas do cativo, ainda eram recorrentes, uma vez que embora libertos do sistema escravocrata, não se criou nenhuma política de inclusão do negro na ordem social, isso só viria acontecer após cem anos da abolição da escravidão, como fruto do engajamento político de diversos movimentos sociais que militavam nas causas da população negra, como foram o caso do Centro Cívico Palmares, Frente Negra Brasileira (FNB), “Imprensa Negra” e do Teatro Experimental do Negro (TEN).

A partir desses movimentos sociais e com a promulgação da Constituição Federal de 1988 a questão referente aos quilombos retoma ao campo jurídico através do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

A carta magna inaugura ainda uma possibilidade de abrangência do termo “quilombo” e “quilombola” uma vez que diz “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

A expressão “comunidade remanescente de quilombos”, portanto, reapareceu, no final da década de 80, não apenas para descrever um processo de cidadania incompleto. Veio também sistematizar um conjunto dos anseios por mudanças de parte da sociedade brasileira. Veio solicitar a proteção, por parte do Estado, das terras e manifestações culturais populares, indígenas e afro-brasileiras. Um dos dispositivos propostos e aprovados, o Artigo 68 do Ato das disposições transitórias exprimia a preocupação, já há muito existente, com a questão da titulação e proteção das áreas ocupadas pelos negros (LEITE, 1999, p. 130).

A expressão “remanescente” surge como uma novidade, e com ela permitiu uma abrangência e a possibilidade de novos estudos das comunidades que foram constituídas no pós-abolição pelos egressos das senzalas e seus descendentes. Tratar dos quilombos na atualidade, não significa buscar nessas comunidades resquícios do que um dia se entendeu por quilombo, mas trata da continuidade, da (re)invenção dos afro-brasileiros, além do que isso, fala a respeito da resistência

desses grupos frente a inserção no tecido social brasileiro, bem como a luta pela terra.

O capítulo se encerra com uma seção que apresenta a comunidade negra rural de Helvécia a partir da visão dos próprios moradores, traçando paralelos entre as narrativas orais concedidas por alguns moradores da localidade e a categoria de “memória coletiva” defendida por Maurice Halbwachs (2013). Para este autor a memória não pode ser compreendida se não levarmos em consideração as relações sociais que contribuem para o processo de construção da mesma. Neste sentido, nenhuma memória de um indivíduo pode ser considerada unicamente dele, entendendo que nenhuma memória pode coexistir fora de um grupo social.

Uma ou mais pessoas juntando suas lembranças conseguem descrever com muita exatidão fatos ou objetos que vimos ao mesmo tempo em que elas, e conseguem até reconstituir toda a sequência de nossos atos e nossas palavras em circunstâncias definidas, sem que nos lembremos de nada de tudo isso (HALBWACHS, 2013, p. 31).

Nesta perspectiva a memória é apresentada não apenas como uma categoria biológica ou psicológica, é entendida como mecanismo social para que haja a (re)construção daquilo que os indivíduos se apropriarão como sendo a memória dos espaços que ocupam. Assim sendo, a constituição da memória de um indivíduo é o resultado direto do acordo das memórias dos distintos grupos nos quais este indivíduo está inserido e que diferentemente passa ser influenciado por eles.

No terceiro capítulo, intitulado *Reconhecimento quilombola e os dilemas em torno da construção identitária* apresentamos a comunidade de Helvécia a partir do momento em que alguns dos seus moradores em conjunto com agentes externos a comunidade, como antropólogos, pesquisadores e políticos militantes das questões agrárias, iniciaram um debate em torno da potencialidade de Helvécia ser reconhecida como *remanescente quilombola*.

A partir dos relatos orais é que fomos tecendo a história do processo de reconhecimento quilombola, reconhecimento esse que gerou algumas fissuras no centro da comunidade, uma vez que isso não se apresentou como consenso a todos os integrantes da comunidade. Notou-se uma divergência e a formação de dois grupos aqueles que se posicionavam favoráveis ao reconhecimento e aqueles que se posicionavam contrários.

Helvécia enquanto uma comunidade majoritariamente negra e constituída no pós-abolição por ex-escravos das fazendas de café da extinta colônia Leopoldina, de

fato não se enquadrava com as concepções primárias dos quilombos, ou seja, sua formação não possuía ligação com escravos fugidos que se esconderam mata adentro, como foi a definição do rei de Portugal em 02 de novembro de 1740, em resposta ao conselho Ultramarino. A concepção de Helvécia como remanescente quilombola surge a partir da compreensão da resignificação do termo.

Quilombo passa, então, a significar, um tipo particular de experiência cujo alvo é a valorização das inúmeras formas de recuperação da identidade positiva em direção a um desejo de tornar-se cidadão de direitos e deveres (LEITE, 1999, p. 138).

Nesse sentido a tomada de consciência dessa reformulação conceitual por parte de alguns moradores de Helvécia, e a necessidade de um processo de recuperação identitária daqueles que compõem a comunidade, nortearam o processo iniciado em 10 de novembro de 2000, pelo reconhecimento e titulação das terras pertencentes a comunidade de Helvécia, nos termos do art. 68 do ADCT e arts. 2015 e 2016 da Constituição Federal de 1988.

Para que os direitos quilombolas fossem assegurados para a comunidade de Helvécia, seria necessário também um processo interno de autoafirmação, isso está diretamente ligado as questões da identidade de grupo. Entendendo que na atualidade as comunidades negras não precisam necessariamente de comprovações de resquícios físicos das antigas comunidades assenzaladas, mas a autoconsciência de que sua formação cultural, seus costumes estão atreladas diretamente com a desses grupos, o que concebemos como ancestralidade. Assim “passam a ser reconhecidas como símbolo de uma identidade, de uma cultura e, sobretudo, de um modelo de luta e militância negra (ARRUTI, 2006, p. 82).

Mediante a tomada de “autoconsciência” e de “autodefinição” que a disputa pela memória, ou mesmo o silenciamento da memória, tornou-se o ponto de conflito em meio ao processo de reconhecimento quilombola. Se autodefinir negro(a), não significava considerar-se “quilombola”, e neste aspecto, evidenciou-se o quanto a memória referente a escravidão os impediam de assim se autodefinir. Os assuntos relacionados a escravidão aparecem sempre nas entrelinhas, são sempre proferidos com certo embargo na voz, são entendidos nos “deixa isso para lá”, “não é da nossa época, né”, “eu não sou escravo, nunca fui”.

Para tanto discutir o conceito de identidade, problematizando as questões étnicas e raciais na comunidade, com análises feitas a partir das entrevistas orais

que foram realizadas com alguns moradores da comunidade tornou-se de grande importância para a compreensão da estruturação do que hoje conhecemos como comunidade negra rural de Helvécia.

Por fim, apresenta-se as considerações finais da pesquisa, espaço onde discutimos os aspectos evidenciados pela mesma, quais hipóteses foram ou não sustentadas, além da indicação de novas possibilidades de pesquisa que envolvem as questões referentes aos conflitos de terra na região Extremo Sul da Bahia, a problemática da escravidão para o Sul da província da Bahia, e ainda a respeito das discussões em torno das comunidades remanescentes quilombolas que são encontradas nessa região.

1. INCENTIVO COLONIZADOR NO SUL DA PROVÍNCIA DA BAHIA: PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

1.1 Imigração europeia para o Sul da Bahia: 1808-1818

O processo das grandes navegações iniciadas principalmente a partir do início do século XV, promoveu um destacado papel no que diz respeito a interligação das áreas totalmente ou parcialmente desconhecidas. As nações ibéricas tiveram um notável papel, no que se refere ao contato e ocupação de territórios que viriam integrar o novo mundo.

As viagens que outrora ocorriam de forma terrestre ou por mares, minimizavam a expressão de alguns empreendimentos, no entanto as novas vias descobertas pelo Atlântico garantiram o sucesso de “conquistas” posteriores. “Desse modo a abertura do Atlântico foi crucial nesse processo, sobretudo porque só nele o verdadeiro isolamento foi rompido” (THORTON, 2004, p. 54), nele e por ele ocorreram ligações e contatos até então inimagináveis, otimizando tempo e garantindo resultados mais expressivos.

As rotas atlânticas foram as principais viabilizadoras de riquezas e conquistas das nações ibéricas, por elas se descortinaram os céus do Novo Mundo, e através delas se escovam produtos, matérias-primas e mão de obra de um lado a outro. Alencastro (2000), nos indica o sucesso de um comércio triangular¹, nesse cenário encontramos três importantes agentes: Portugal, África e Brasil, comércio este que mostrou-se lucrativo por mais de 300 anos.

As ligações entre Portugal, África e Brasil foram capazes de criar um sistema denominado “comércio triangular” em que estas três regiões estavam fortemente unidas, uma “fornecendo” a mão de obra cativa, outra produzindo e exportando subsídios alimentícios que ajudavam na alimentação dos negros capturados e armazenados nos portos africanos antes de serem embarcados, e Portugal aparecia com as embarcações e a ganancia por explorar e adquirir riquezas, sendo abastecido pelos dois primeiros. (MOREIRA, 2016, p. 20)

¹ Em meio ao comércio bilateral de africanos escravizados promovido entre Angola e Brasil, o cultivo e exportação da mandioca aparece como um importante mediador entre estas duas regiões. Quanto mais aumentava o tráfico de cativos tanto mais aumentava o consumo deste gênero alimentício, que se constituiu como a principal refeição nos navios negreiros (ALENCASTRO, 2000)

Embora saibamos que as várias partes do mundo, nunca estiveram em um isolamento total, nota-se o papel crucial do Atlântico como agente promotor de encontros, mesclas e mundializações, por mares viajavam mais do que pessoas, viajavam ideias e ideais de dominação, ampliação territorial e acúmulo de riqueza, “as viagens [eram] muitas vezes férteis em encontros imprevistos” (GRUZINSKI, 2014. p.164). Isso refletiu diretamente e sistematicamente na (re)organização e (re)composição dos grupos sociais que integravam esse processo de mobilidades e trânsitos de pessoas das mais diferentes regiões do mundo.

“O homem branco considerou rentável e louvável estabelecer-se no Brasil, em regiões quase vazias, dóceis à conquista e prometedoras riquezas, ao passo que a África, região “povoada” de reinos e tribos negras que não se imaginava conquistar e colonizar, pois parecia desprovida de metais preciosos, consumiria sua maior riqueza: a força de trabalho” (MATTOSO, 2016, p. 40).

A ambição portuguesa em acumular riquezas, encontrar metais preciosos e se fortalecer politicamente e economicamente, fizeram com que se voltassem principalmente para a colonização das terras descobertas na América do Sul, a qual denominam de Brasil, esta a longo prazo atendia aos interesses da coroa portuguesa, quer seja pela “ausência”² de reinos politicamente desenvolvidos, ou pelo dinamismo de atividades rentáveis, fruto de um clima tropical apropriado para a grande lavoura³.

Neste sentido, durante muito tempo a colonização portuguesa no Brasil, preocupou-se unicamente com o desenvolvimento de empreendimentos econômicos pautados principalmente no trabalho escravo, havia uma certa ausência de políticas que buscavam garantir melhorias para a vida na colônia, isso só seria sistematicamente pensado muito tempo depois desde a chegada dos primeiros portugueses, com o advento da transmigração da família real para o Brasil já no século XIX.

² É importante ressaltar, que essa ausência não era real, em toda extensão territorial existia a presença de grupos indígenas, organizados a sua maneira, com seus próprios códigos, com sua própria fala. No entanto, muitos grupos foram dizimados, realocados e desorganizados, a partir do contato com o Branco Europeu. Tzevetan Todorov (1983), em sua Obra *A conquista da América: A questão do outro*, ao relatar os impactos da dominação espanhola sob os reinos ameríndios descreve o quão cruel e nefasto foram esses encontros, ressaltando ainda que os espanhóis encontraram por exemplo os Astecas que possuíam uma organização social, política e econômica, mais evoluída em muitos aspectos do que vários reinos europeus. No entanto a questão do outro passa por um processo de invisibilidade diante dos olhos daqueles que estavam ansiosos pela dominação e acúmulo de capital.

³ Ver principalmente: Caio Prado Jr (1986); (1992) e Ciro Flamarion Cardoso (1981); (1982).

O século XIX caracterizou-se por grandes mudanças, não só nas estruturas políticas do Brasil como nas demais colônias da América do Sul. A partir de 1808 temos a mudança da família real portuguesa para o Brasil, bem como sua emancipação política. Ao contrário do que vinha acontecendo nos demais espaços da América que por este ano rompiam drasticamente com suas metrópoles, o Brasil prossegue sob o domínio português, no entanto apresenta uma nova roupagem, a colônia é então transformada em sede do governo metropolitano e só posterior a isso se daria sua “emancipação” política.

Durante todo século XIX uma das maiores intenções do governo português instalado no Brasil foi o de promover e intensificar um fluxo de colonização seguida de imigração por europeus para as regiões com pouca ou nenhuma habitação. Intencionando um maior fortalecimento das suas fronteiras, bem como o incentivo à produção de gêneros de subsistência.

Neste contexto, temos o sul da província da Bahia, pertencente a antiga capitania de Porto Seguro, que durante a primeira metade do século XIX foi foco de um projeto imigratório, fruto das políticas joaninas, que a partir de um decreto assinado em 25 de Novembro de 1808, concedia concessões de terra em sesmarias a imigrantes europeus de diversas nacionalidades.

DECRETO DE 25 DE NOVEMBRO DE 1808

Permite a concessão de sesmarias aos estrangeiros residentes no Brasil. Sendo conveniente ao meu real serviço e ao bem público, aumentar a lavoura e a população, que se acha muito diminuta neste Estado; e por outros motivos que me foram presentes: hei por bem, que aos estrangeiros residentes no Brasil se possam conceder datas de terras por sesmarias pela mesma forma, com que segundo as minhas reais ordens se concedem aos meus vassallos, sem embargo de quaisquer leis ou disposições em contrário. A Mesa do Desembargo do Paço o tenha assim entendido e o faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em 25 de Novembro de 1808. Com a rubrica do Príncipe Regente Nosso Senhor.⁴

O decreto de 25 de Novembro de 1808, retomava uma antiga prática da coroa portuguesa, adotada ainda no início da colonização de suas terras conquistadas na América, que caracterizava-se pelas doações de terras pelo rei de Portugal a particulares do seu reino. “Deve-se esclarecer que esta solução de doar capitanias já era um comportamento antigo dos reis portugueses, conforme a ocupação das ilhas oceânicas, também tentada em Angola” (TAVARES, 2001, p. 81). Evidencia-se

⁴ Coleção das Leis do Brasil de 1808. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p. 166.

portanto que estas medidas adotadas pelo rei de Portugal, não foram tendências exclusivas da colônia do Brasil, no entanto o que nos parece é que essas práticas, dinamizavam e diferenciavam-se em tempos e espaços distintos.

Com a política de doações de terras nos primórdios da colonização, o governo português isentava-se diretamente da tarefa de povoar a colônia do Brasil, levando em consideração toda sua vastidão territorial, além da implantação de empreendimentos econômicos, gerando assim povoamento e produtividade. Assim, “o sistema de donatarias foi utilizado ao longo da experiência colonial portuguesa como um recurso para a colonização de regiões em que o Estado monárquico não possuía condições de povoar e beneficiar diretamente” (CANCELA, 2012, p. 98).

A respeito do decreto assinado por D. João VI, interessa-nos especificamente as peculiaridades que este documento nos apresenta, “[...] aos estrangeiros residentes no Brasil se possam conceder datas de terras por sesmarias pela mesma forma, com que segundo as minhas reais ordens se concedem aos meus vassallos”⁵. Neste sentido, percebe-se uma mudança na política de concessão de terra em forma de sesmarias no início do século XIX, o que antes era uma medida permitida apenas aos colonos portugueses “vassallos do rei”, a partir de 1808 estendia-se aos outros estrangeiros, de diversas nacionalidades “residentes no Brasil” permitindo ainda a chegada de outros.

O processo de imigração para o Brasil, apresenta diversas características, a depender do tempo histórico a qual se está referindo. A respeito desta proposta colonizadora, durante o período oitocentista, encontramos algumas peculiaridades, uma vez que durante o século XIX o governo português buscava ainda o povoamento de áreas “inabitadas” e com uma insipiente produção econômica, como era o caso do Sul da província baiana. “No contexto do Brasil imperial ainda na primeira metade do século XIX, as colônias agrícolas da Bahia seguiam o modelo adotado pela política joanina, que consistia em ocupar os “vazios” do território” (JONES, 2014, p. 21).

Na província da Bahia, essa política de incentivo a colonização dos espaços pouco habitados vigorou durante todo o século XIX, no entanto, essas experiências não desencadearam um processo de “maior escala”, ou pelo menos não conseguiram atingir na sua totalidade as premissas estabelecidas pelo decreto de

⁵ Coleção das Leis do Brasil de 1808. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p. 166.

concessão de terras de 25 de Novembro de 1808, uma vez que com ela, o tão esperado aumento populacional nas áreas “pouco habitadas” não se efetivou, bem como a “transformação de relações sociais pela difusão de novas relações de trabalho ou mesmo pelo estabelecimento de diferentes relações de troca capazes de influenciar as práticas tradicionais” (LYRA, 1982, p. 6). Entendendo que o governo português intencionava uma gradual transformação do sistema de trabalho, substituindo o escravismo por trabalhadores Livres⁶.

No caso do Brasil a vinda de imigrantes relacionou-se a diversas questões como a ocupação de porções desabitadas do território, a substituição da mão de obra escrava embargada com o fim do tráfico atlântico e, mais tarde, com a abolição e a formação de uma classe de trabalhadores livres e moralizados, sustentado nas ideias de modernização e progresso dominantes. (JONES, 2014, p. 10)

A respeito desse incentivo imigratório que aconteceu durante todo o século XIX, para diversas regiões da província da Bahia, importantes trabalhos foram realizados a fim de demonstrar, em que ponto essas colônias foram ou não bem sucedidas, e quais elementos caracterizam a formação desses núcleos nas diversas regiões, nas quais elas se estalaram, temos por exemplo os estudos desenvolvidos por Lyra (1982), Carmo (2010) e Jones (2014), onde buscam destacar o pioneirismo baiano nas políticas de incentivo ao projeto imigratório durante todo o período oitocentista, analisando os aspectos que favoreceram o crescimento de algumas colônias em detrimento de outras.

Para a formação dessas colônias, o governo central além de ceder gratuitamente as terras onde se assentariam, contribuía também para o pagamento de passagens e diárias para os colonos recém-chegados (LYRA, 1982, p. 18).

Como visto anteriormente, a política de concessão de terras, já havia sido adotada no início do período colonial brasileiro, quando o governo português buscava a partir de doações de terras a particulares, “proteger” a colônia dos invasores, principalmente os franceses, que já havia iniciado nas primeiras décadas do descobrimento um tráfico de madeira ao longo de toda costa brasileira. (PRADO JR, 1972, p. 14), no entanto a política colonizadora desenvolvida no século XIX apresentava uma dinâmica diferente, uma vez que a partir de 1808, colonos de

⁶ Ver Principalmente: AZEVEDO, Célia Maria Marinho. 1987. Onda negra, Medo Branco. O negro no imaginário das elites – Século XIX. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

nacionalidades diversas, poderiam ter acesso à terra nas possessões portuguesas do além-mar.

O processo de formação de colônias agrícolas na província da Bahia caracterizou-se por três momentos distintos.

Tabela 1: Formação de colônias na província da Bahia 1818-1873⁷

Período	Tipo de colonização
1818 a 1828	Colonização estrangeira
1857 a 1870	Colonização nacional
1873	Retorno da colonização estrangeira

Havia no decreto de 1808 assinado por D. João VI intenções que perpassavam o simples desejo de povoar áreas ainda “inalcançadas”, evidenciava-se também um desejo de branqueamento populacional, substituição da mão de obra cativa pela livre, não perdendo de vista o desejo de lucratividade, indicando a intenção do governo de Portugal em promover o povoamento, aumentando com isso a produção agrícola em áreas ainda não ocupadas, além de um desejo velado de formar colônias militares que pudessem proteger espaços estratégicos e fronteiriços.

Seguindo uma política de povoamento, as regiões oferecidas aos colonos foram os lugares com pouco ou nenhum índice de povoamento, lembrando que isso era fruto de uma ideia etnocêntrica uma vez que a existência e permanência de diversos grupos indígenas em distintas partes do Brasil não foram levados em consideração, algo que reflete o quanto as políticas de “avanço” e “modernização” foram cruéis e violentas para com aqueles que encontravam-se a margem desses interesses.

Entender estes processos não é somente importante para a definição de identidade étnica. Na realidade toda a questão indígena (e não só ela) está eivada de semelhante reificações. No século XVI, os índios eram ou *bons*

⁷ LYRA, Henrique Jorge Buckingham. Colonos e colônias – Uma avaliação das experiências de colonização agrícola na Bahia na segunda metade do século XIX. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia – Salvador, 1982, p. 9.

selvagens para uso na filosofia moral europeia, ou abomináveis antropófagos para uso na colônia. No século XIX, eram, quando extintos, os símbolos nobres do Brasil independente e, quando de carne e osso, os ferozes obstáculos à penetração que convinha precisamente extinguir. (CUNHA, 1994, p. 123)⁸.

Como posto anteriormente, é preciso compreender, qual o espaço destinado aos índios na História do Brasil, e quais os espaços destinados a esses grupos indígenas que encontravam-se no Sul da província da Bahia, frente as experiências colonizadores que ali aconteceriam durante a primeira metade do século XIX, uma vez que “paradoxalmente, é no século XIX que a questão da humanidade dos índios se coloca pela primeira vez” (CUNHA, 1992. p.5).

Para além das questões conflituosas que cercam a população indígena ao longo de toda História do território brasileiro, é necessário compreender como a história destes povos encontram-se entrelaçadas a outras histórias, de novas composições sociais e de formação de grupos ao longo do século XIX no Sul da província da Bahia.

Em 1818 o Sul da província da Bahia foi espaço para conexões e trânsitos de pessoas e culturas, uma vez que houve uma circulação maciça de alemães, suíços, franceses e africanos, movidos/induzidos por um projeto colonizador e de organização de uma produção agrícola familiar por parte do governo português.

Embora a coroa fosse portuguesa, as fronteiras políticas não eram impermeáveis, e essa constatação fica ainda mais evidenciada ao passo que a utilização das fontes disponíveis sobre o período, revelam que o próprio governo português incentivou e financiou a vinda de imigrantes europeus para a formação das colônias e ocupação dos locais ainda “despovoados” em suas possessões do além mar (LYRA, 1982, p. 25-27).

Os trânsitos e as circulações intensificados pela expansão ultramarina ibérica permitiram a conexão entre estes mundos, até então tidos como apartados e distantes. Estes movimentos fizeram circular práticas, aprendizados, experiências, costumes e representações, promovendo o contato, ainda que parcial, entre elementos de universos culturais dos mais longínquos lugares (IVO, 2012, p. 29).

A abertura do Atlântico, fomentou contatos e circulações anteriormente diminutas e esparsas. Por mares ou terra circulavam pessoas de diferentes pontos do mundo, trazendo consigo muito mais que o desejo de alcançar riquezas,

⁸ Grifos no original

circulavam-se culturas distintas, diferentes formas de religiosidade, gostos, experiências, e uma habilidade a permeabilização do novo e desconhecido. Sobre isso, Holanda salienta que:

A experiência e a tradição ensinam que toda cultura só absorve, assimila e elabora em geral os traços de outras culturas, quando estes encontram uma possibilidade de ajuste aos seus quadros de vida. Neste particular cumpre lembrar o que se deu com as culturas europeias [e não apenas elas]⁹ transportadas ao Novo Mundo (HOLANDA, 2014, p.46).

É assim que Holanda (2014), percebia os acontecimentos empreendidos por portugueses e demais aventureiros europeus nas terras do Novo Mundo, destacando assim o pioneirismo português durante este processo de avanço. Os contatos promovidos por estes, e por outras pessoas vindas das quatro partes do mundo, refletiram no nascimento de culturas mestiças, diminuindo assim o distanciamento e “estranheza” entre os povos.

A essas inestimáveis vantagens acrescenta-se ainda, em favor dos portugueses, a já aludida ausência, neles, de qualquer orgulho de raça. Em resultado de tudo isso, a mestiçagem que representou, certamente, notável elemento de fixação ao meio tropical não constituiu, na América portuguesa, fenômeno esporádico, mas ao contrário, processo normal. Foi em parte, graças a esse processo que eles puderam, sem esforço sobre-humano, construir uma pátria nova longe da sua (HOLANDA, 2014, p. 77).

Este pioneirismo europeu nas grandes navegações promoveu mudanças significativas, o contato com o atlântico possibilitou a estruturação daquilo que viria ser chamado de “novo mundo”, gerando, para além disso, uma estruturação econômica globalizante que envolveu regiões distintas. As novas rotas pelo Atlântico possibilitaram maior lucratividade, e uma diminuição das perdas humanas e de mercadorias, uma vez que as viagens marítimas representavam menor risco que as terrestres, assim passaram então a priorizar os lugares aos quais se podia chegar através das águas, e quando lá chegavam iniciava-se um processo de instalação e misturas, o que segundo Holanda, caracterizava o fator principal do sucesso português na construção do seu espaço no Novo Mundo.

É importante compreender este movimento de pessoas, nas possessões de terras da coroa portuguesa no Novo Mundo, pois através delas, nos é possível perceber, como o trânsito de pessoas vindas de diferentes partes do mundo, contribuíram de maneira significativa para a construção social e econômica do

⁹ Grifo nosso.

Brasil. “A ideia da existência de um poder “centralizado” e “absoluto” foi sendo substituída por uma abordagem que enfatiza as **redes de poder** existentes na Monarquia portuguesa do Antigo Regime” (LARA, 2005, p. 31)¹⁰.

A respeito dessas redes de poder apontadas por Lara (2005), vale ressaltar que as mesmas constituem-se a fim de que os objetivos das coroas Ibéricas fossem concretizadas. Não se tratava de uma simples ausência de um orgulho de raça, como apontado por Holanda em *Raízes do Brasil*, mas sim de uma relação de força, pela qual se estabeleceria e se sustentaria por mais tempo, aqueles que conseguissem resistir, e isso só seria possível através de um processo de misturas.

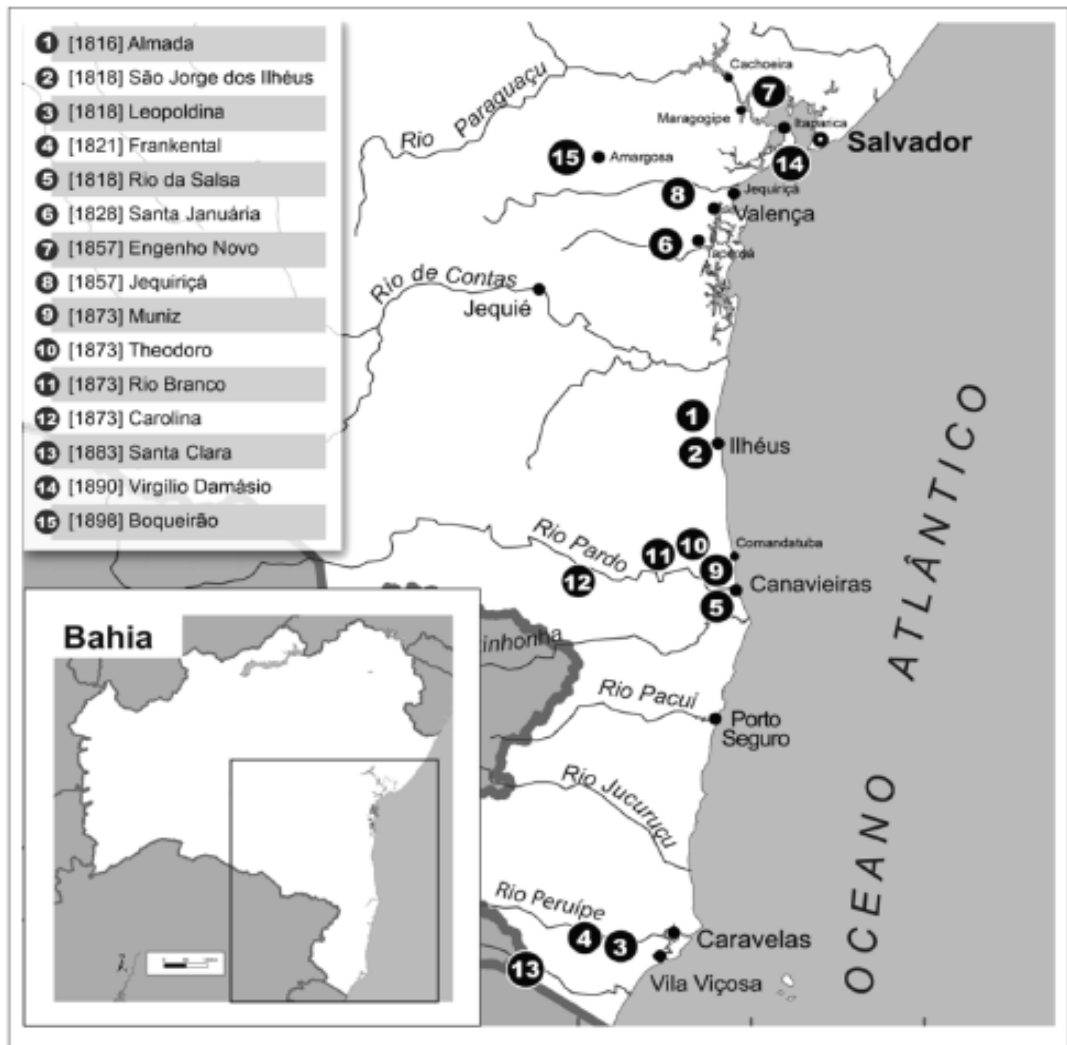
Alguns indivíduos, agentes desses movimentos realizaram ligações entre os espaços mundializados, levando artigos, conhecimentos e crenças, ao passo que se constituíam mediadores entre universos dispares, interiorizando saberes. Além de permitir a conexão entre universos culturais diferentes, a mobilização de homens circulando nas diversas partes do mundo pertencentes ao Império marítimo português, sedimentou os alicerces da dominação lusitana em espaços longínquos. (IVO, 2012, p. 29).

Os espaços de dominação portuguesa, tornaram-se também espaços de fomento a mundialização, não existiam fronteiras impermeáveis, isso talvez explique o sucesso português em suas atividades colonizadoras, para tanto busca-se analisar essas redes de contatos estabelecidos em diferentes momentos da “dominação” portuguesa no Brasil. “As trocas atlânticas passaram a ser compreendidas também a partir de suas conexões com os mercados asiáticos, e os mecanismos do poder podiam ser agora estudados na dimensão imperial” (LARA, 2005, p. 33). Foram essas redes estabelecidas com outras nações que possibilitaram a vinda maciça de estrangeiros europeus para atenderem os diferentes interesses portugueses no Brasil.

A primeira fase de imigração de estrangeiros não portugueses para a província da Bahia, aconteceu durante a primeira metade do século XIX, quando se tem notícias da formação de algumas colônias agrícolas, no entanto foi só a partir de 1818 que se efetivou no Sul da província da Bahia, a formação de uma colônia inteiramente composta por imigrantes europeus. A respeito da formação das colônias, podemos identificá-las a seguir: Almada (1816), São Jorge dos Ilhéus (1822), Leopoldina (1818), Frankental (1821), Rio da Salsa (1818), Santa Januária (1828) (Jones, 2014).

¹⁰ Grifo nosso.

MAPA 1: Colônias estrangeiras na Bahia (1816-1898)



Fonte: BRASIL. Bahia escolar. Rio de Janeiro: IBGE, 2012; BAHIA. FRB/MRB. 1828-1898¹¹.

O governo português no Brasil em diferentes momentos que antecedeu e/ou sucedeu a independência política do país, vislumbrava a criação de uma nova “classe social” que fosse intermediária entre a aristocracia agrária (senhores de terra e escravos) e aqueles que não dispunham das mesmas condições. Esta nova categoria social, nominada de “classe média”, se encarregariam da produção de produtos agrícolas diversificados, voltado para o abastecimento das cidades com gêneros alimentícios (OBERACKER JR., 1967, p. 220-1; CUNHA, 2017, p. 37-8).

¹¹ Mapa adaptado e disponibilizado em: JONES, Cleiton Melo. “Vem aí a imigração”: Expectativas, propostas e efetivações da imigração na Bahia (1816-1900). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2014, 142 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, BA, 2014.

As doações que foram permitidas em 1808 começam a vigorar a partir de 1818 no governo imperial. “Durante a primeira metade do século XIX nota-se uma ausência de uma política de colonização organizada, o que se tinha até então era uma política de acesso à terra” (LYRA, 1982, p. 7).

Essa constatação talvez justifique a brevidade de algumas colônias agrícolas instaladas na Bahia, quer seja pela falta de maiores incentivos por parte do governo imperial e provincial, ou pelas perdas humanas em massa, provocadas por diversas crises epidêmicas.

A partir do mapa 1, nota-se que não houve espaços na província da Bahia que não tivessem sido palco da tentativa imigratória durante todo o século XIX, no entanto nenhuma delas foi tão bem sucedida, exceto uma colônia formada ao Sul da província, na antiga Capitania de Porto Seguro em 1818 batizada de Leopoldina, em homenagem a esposa do então príncipe regente Dom Pedro I.

1.2 Criação e composição étnica da Colônia Leopoldina - 1818

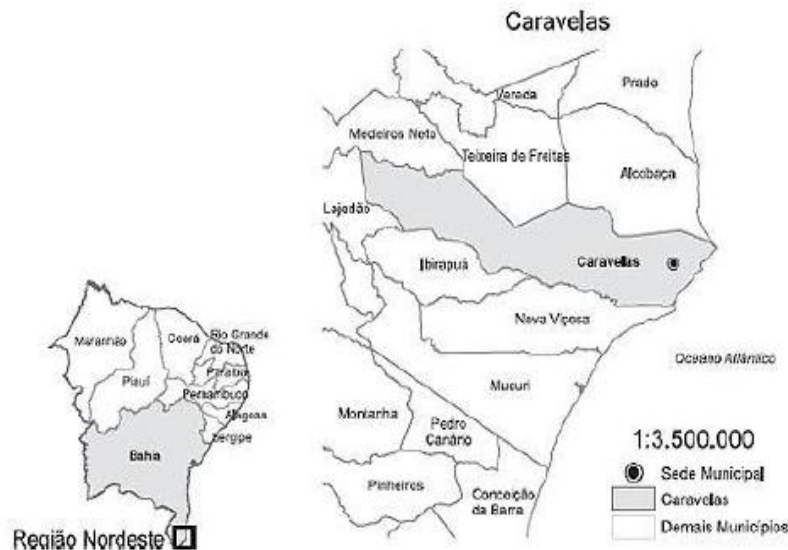
No alvorecer do século XIX, o Sul da província da Bahia, vivenciara uma de suas maiores experiências, a partir da formação de colônias agrícolas, que não demorariam muito tempo para reagirem, e criarem impulsos próprios, fazendo destes espaços ricas zonas agrícolas, tendo na produção de café que se voltava para a exportação sua maior expressão.

Dentre as colônias formados na primeira metade do século XIX, interessa-nos aqui, principalmente a formação e composição da Colônia Leopoldina. A colônia Leopoldina, constituiu-se como a experiência de colonização realizada por europeus não portugueses de maior êxito, não só pela longevidade como também pelo seu papel de destaque na economia baiana, tendo uma estimativa de vida produtiva de aproximadamente 70 anos.

A colônia Leopoldina, foi constituída na atual região extremo Sul da Bahia, nas proximidades da antiga Vila Viçosa, pertencentes a comarca de Caravelas, que até o final do período colonial integrava aos domínios da antiga capitania de Porto Seguro. A recorrência de algumas fontes, indicam que a formação da colônia deu-se no ano de 1818, dez anos após a assinatura do decreto de concessão de terra a estrangeiros por D. João VI, na transmigração da família real portuguesa para o

Brasil, que nesse momento “deixava de ser colônia para assumir o papel de sede do governo imperial” (MATTOSO, 1978, p. 92).

Mapa 2: Extremo Sul da Bahia.



Fonte: Instituto Virtual de Turismo-RJ, apud CARMO, 2010, p. 22.

Para a colônia Leopoldina vieram colonos alemães e suíços, as terras da colônia destacaram-se pela grande produção de café, o que lhes conferiu maior notoriedade dentre as demais colônias, instituídas a partir de 1808 “e a decorrente maior referência nas fontes administrativas” (CARMO, 2010, p. 15).

Ilmo. Senhor Doutor Juiz de Direito

As plantações, que existem no lugar chamado Colônia Leopoldina e que pertencem a estrangeiros, nas quais se cultiva o café em braços de escravos, são as que enumero abaixo:

Banda do Norte do Rio Peruípe

Fernando Krunde, prussiano
 Gustavo e Constancio Jattaros, suíços
 Defunto Abrão Vouga, suíço
 Henrique Borrel, suíço
 Madame Jeoffroi, franceza
 Felipe Moers, hanoverano
 Ernesto e Francisco Krull, hanoveranos
 Banda do Sul do Rio Peruípe
 João Martinho Flach, suíço
 Defunto Augusto Coffrane, suíço
 Defunto Alfredo Coffrane, suíço

Lambert, alemão

Fora destas fazendas nomeadas tem vários sítios lavrados por índios e outras pessoas com suas próprias famílias, mas que são tão pequenos que não merecem nem podem ser lembrados aqui, como o dono muda de instante em instante, e as propriedades brasileiras já por fim não entram nesta enumeração.

João Conrado Lang
Doutor em Philos e Medicina¹²

Como visto pelo documento anteriormente mencionado, Lang em carta escrita ao Ilmo Doutor Juiz de Direito, informa que a composição da colônia Leopoldina foi bastante matizada, vieram indivíduos de diferentes nacionalidades a saber: Georg Wilhelm Freyreiss (Suíço), Barão Von dem Busche (Alemão), Carlos Guilherme Mohardt, um médico que atuava em Vila Viçosa desde 1818, côsul hamburguês Pedro Peyck¹³, além dos homens livres e europeus é possível perceber o grande contingente de escravos africanos, que trabalhavam nas fazendas no cultivo de sua principal cultura, o café. Produto este que angariou riqueza e destaque aos senhores de terra da colônia Leopoldina, “se cultiva o café em braços de escravos”¹⁴.

O documento escrito por João Conrad Lang sinaliza-nos ainda outras questões, ao relatar a existência de outros sítios lavrados nas proximidades da Colônia Leopoldina, quer seja por índios ou outras pessoas, indicando que para além da cultura do café, outras vivências e outros fazeres econômicos se faziam presentes na região, embora o autor do documento tente minimizá-los “são tão pequenos que não merecem nem podem ser lembrados aqui”¹⁵. Isso nos permite retomar por exemplo algumas discussões traçadas por Cunha (1992; 1994) a respeito do processo de invisibilidade que não apenas, mas principalmente as populações indígenas sofrerão ao longo de toda história brasileira.

Outro elemento que merece destaque, é a questão da posse de terra na região Sul da província, especificamente nas proximidades da comarca de Caravelas, pertencentes a capitania de Porto Seguro, é importante ressaltar, que anos antes a implantação da Colônia Leopoldina, a mesma região passou por um

¹² Arquivo Público do Estado da Bahia, Colonos e Colônias, maço 4607, Salvador, apud GOMES, 2009, pp. 43-44.

¹³ CORREA, Lucelinda Schramm. O resgate de um esquecimento: A colônia Leopoldina. GEOgraphia – Ano 7 – Nº 13 – 2005. p. 91.

¹⁴ Arquivo Público do Estado da Bahia, Colonos e Colônias, maço 4607, Salvador.

¹⁵ Idem.

processo de reorganização e ocupação dos “sertões porto-segurenses”, período este que permitiu a criação/emancipação de alguns espaços dando-lhes o caráter de vilas, como foi o caso da Vila Viçosa, São Mateus, dentre outras. Para estes espaços foram enviados índios fugidos dos aldeamentos, indivíduos segregados de outros espaços, mas principalmente vindos de São Paulo e Rio de Janeiro, e por isso talvez a constatação de Lang, ao afirmar que os donos dos sítios lavrados nas proximidades da colônia mudavam de instante em instante¹⁶.

Figura1. Fazenda Pombal, Colônia Leopoldina, Bahia, na primeira metade do século XIX. Bosset de Luze. Aquarela sobre papel, 25,5 x 57 cm



Fonte: Acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo, Brasil. Coleção Brasileira.

A colônia Leopoldina, é considerada o único empreendimento genuinamente composta por imigrantes europeus e de maior sucesso desenvolvida na província da Bahia, isso evidencia-se pela maior recorrência de fontes à respeito e o maior período de vida produtiva. Uma série de fatores contribuíam para esse sucesso, desde as condições climáticas, a proximidades com o porto Santa Luzia em Caravelas, mas principalmente pela manutenção e conservação do trabalho escravo negro africano.

¹⁶ Ver Principalmente: Cancela (2012).

A colônia Leopoldina [à princípio] era formada por três fazendas: Riacho D'Ouro, Pombal e Helvécia [Helvécia], cujos proprietários já mencionamos. Além deles, outros imigrantes, alemães e suíços, residem e trabalham nas terras da colônia, embora [muitos deles] não fossem proprietários de terras. [...] 130 pessoas livres entre estrangeiras e nacionais, e mais de 1.000 escravos (CORREA, 2005, p. 92)¹⁷.

É possível notar que a pujança da Leopoldina, dava-se principalmente pela utilização do trabalho escravo negro, sendo este grupo a maioria absoluta daqueles que povoavam a colônia. Dessa forma, a colônia Leopoldina destacou-se entre as demais colônias agrícolas constituídas tanto por nacionais como por imigrantes que foram formadas ao longo da primeira metade do século XIX, quer seja pela longevidade mas principalmente pelo acúmulo de riqueza adquirida por intermédio da manutenção e conservação da mão de obra escrava africana neste espaço.

Nesta ocasião, aos presidentes da província da Bahia interessavam-se no aumento populacional e principalmente na reposição de mão de obra livre que pudesse atuar nas grandes ou pequenas lavouras, uma vez que no decorrer do século XIX uma série de interferências quanto à manutenção do sistema escravocrata foram suscitadas. “Uma particularidade, porém, deve ser ressaltada: O regime de colonização estabelecido ia frontalmente de encontro ao regime de trabalho e ao sistema fundiário predominantes no Brasil do século XIX” (LYRA, 1982, p. 20), no entanto, ao contrário do que havia sido proposto, a colônia Leopoldina se descaracteriza da condição de colônia agrícola estrangeira.

Os embargos feito pela Inglaterra, o fim do tráfico negreiro, e uma crescente corrente de abolicionistas, deixava evidenciado que a escravidão negra no Brasil, principal mão de obra de trabalho, caminhava para seu estágio final, isso abalaria drasticamente o futuro do império e de suas respectivas províncias, constituindo-se assim uma das principais pautas do governo imperial. No decorrer de todo o século XIX, discutiu-se as questões referentes a substituição de mão de obra escrava, grupos abolicionistas, religiosos e higienistas se ocuparam da seguinte questão: Qual o espaço que o negro africano e seus descendentes ocupariam na nova organização social e de trabalho? Neste sentido, a solução que melhor se apresentava, era a substituição do indivíduo escravizado pelo trabalhador livre, branco e europeu (AZEVEDO, 1987; COSTA, 2010).

Celia Azevedo (1987, p. 60) diz que à princípio

¹⁷ Grifo nosso.

A experiência com a imigração reduzia-se à fundação de colônias pelo governo geral, onde colonos, em geral suíços e alemães, congregavam-se como pequenos proprietários e produtores de gêneros de primeira necessidade para o abastecimento de cidades e vilas próximas.

Tendo todas essas problemáticas em vista, caberia ao governo português no império do Brasil viabilizar mecanismos graduais para a substituição de mão de obra escrava pela livre, atendendo aos interesses ingleses que em troca de apoio e da aliança firmada desde 1808, requeria mercado consumidor para seus produtos, ao mesmo tempo em que deveria atender aos interesses dos grandes latifundiários, tendo em vista que ainda durante o período oitocentista a economia do Brasil pautava-se nas grandes lavouras, sendo dependentes do trabalho escravo africano.

A colonização estrangeira para a Bahia foi sempre justificada pelos presidentes da província como sendo uma política capaz de suprir a paulatina falta de braços para a grande lavoura. No entanto, a forma como foi estabelecida a grande maioria dos colonos importados não estava de acordo com uma importação de mão de obra. (LYRA, 1982, p. 126).

Neste cenário a província da Bahia constituiu-se desde os primeiros momentos como uma importante agente do processo de importação de imigrantes europeus, ainda que durante a primeira metade do século XIX, essa atividade fosse esparsa e insipiente, no entanto encontramos a partir da criação da colônia Leopoldina uma importante referência que ilustra o pioneirismo baiano nesse grande processo, ainda que anos mais tarde, a Leopoldina desobedecesse as normas previamente estabelecidas, contudo, a mesma nunca perdeu ainda que nominalmente o *status* de colônia agrícola estrangeira.

A colônia Leopoldina por algum tempo conseguiu amoldar-se as exigências estabelecidas no decreto de 1808, no entanto, a agricultura familiar começou a enfraquecer-se, somada a isso tinha-se a ausência de políticas que garantissem apoio aos imigrantes vindos para a Bahia, e as dificuldades que se tinha em desenvolver nestes espaços empreendimentos de grande escala e rentabilidade utilizando-se unicamente os trabalhadores livres, estas e algumas outras insatisfações motivaram os colonos europeus a introduzir mão de obra escravizada em suas terras, descaracterizando assim aquilo que foi idealizado para as colônias agrícolas cedidas aos colonos europeus.

Em contraposição a esta proibição, a Colônia Leopoldina, ao invés de ter desempenhado, unicamente a função agrícola de subsistência, utilizando

mão-de-obra familiar e livre, acabou por se destacar no cenário regional como colônia de produção cafeeira para exportação (GOMES, 2009, p, 40).

A referida colônia chegara em meados do século XIX com tanto destaque pela pungência de suas atividades econômicas que o então presidente da província da Bahia o Sr. João Mauricio Vanderley, em 1855 disse que:

Foi fundada em 1818, no município de Vila Viçosa à margem do rio Peruhype. Ignora-se o número de colonos que para ali tem entrado desde a época de sua fundação até hoje; mas o seu estado é relativamente florescente. Entretanto não pode ser considerada como uma colônia regular; por quanto na agricultura empregam-se quase exclusivamente braços escravos.¹⁸

A esta altura, a Leopoldina já não cumpria as normativas de simples colônia agrícola, na fala do Doutor João Maurício Wanderley recitada em primeiro de Março de 1855, deixa-nos transparecer algumas informações que corroboram para a compreensão do dinamismo econômico existente nas fazendas da colônia Leopoldina “seu estado é relativamente florescente”¹⁹, e isso 37 anos após sua fundação. É inegável que os colonos que ali se instalaram eram movidos por ambições comerciais que perpassavam os próprios interesses do governo provincial em simplesmente promover o povoamento dos vazios da província. A este ano, o Brasil destacava-se com as grandes lavouras de café, principalmente as da região Sudeste, neste sentido nos é pertinente dizer que os proprietários de fazendas da Leopoldina, eram também desejosos de espaço nesse grande mercado cafeeiro.

Nesse sentido é importante reforçar que, a principal mão de obra era escrava africana, e o principal item de produção era o café, o que segundo Lyra (1982, p. 26) correspondia a 60% de toda a produção cafeeira da província da Bahia. Claro que quando comparada em um cenário nacional, essa produção era ainda diminuta, no entanto em um cenário regional, obtivera pujança e destaque.

Observemos a seguir as proporções que a produção cafeeira da colônia Leopoldina atingiu na primeira metade do século XIX.

¹⁸ Fala recitada na abertura da Assembleia Legislativa da Bahia pelo presidente da província o doutor João Maurício Wanderley no dia 1º de março de 1855. Salvador: Tipografia de A. Olavo da França Guerra e Comp., 1855, p. 40

¹⁹ Idem.

Tabela 2: Produção de café da colônia Leopoldina 1836-1853²⁰

Ano	Sacas de 60kg
1836	6.610
1842	8.570
1848	Entre 16.156 e 17.138
1851	17.138
1853	24.483

Ao analisarmos as informações acerca da produção cafeeira da colônia Leopoldina entre os anos de 1836 e 1853, é importante destacar que nenhuma outra colônia agrícola obteve tanta notoriedade econômica, este fato está intrinsecamente ligado ao tipo de mão de obra utilizada, se levarmos em consideração que a produção do café em 1853 experimentou um salto de produção em relação aos anos anteriores, mesmo havendo em 1850 a proibição do tráfico de cativos africanos.

Do total de africanos entrados na Bahia no período 1781-1855, a região Sul da Bahia absorveu 63% do total, estando relacionado a uma forte expansão agrícola na região, pois neste período houve a expansão das lavouras de café, principalmente ao sul próximo a Caravelas, sendo a Colônia Leopoldina um exemplo, bem como também a introdução da lavoura cacaueteira na região de Ilhéus (CORREIA, 2005, p. 94).

É possível perceber que a região Sul da Bahia, encontrava-se intimamente ligada ao tráfico de escravos africanos, especialmente os colonos estrangeiros que integravam a colônia Leopoldina, o que fortalece o entendimento que mesmo após a proibição do tráfico de escravos africanos ocorreu um aumento significativo tanto da produção do café, como também no número da população cativa. O que suscita duas possibilidades, uma de que apesar da promulgação da lei Eusébio de Queiroz, que proibia o tráfico de escravos para o Brasil, continuava existindo um tráfico provincial, outra possibilidade latente é que nas fazendas da colônia Leopoldina,

²⁰ LYRA, Henrique Jorge Buckingham. Colonos e colônias – Uma avaliação das experiências de colonização agrícola na Bahia na segunda metade do século XIX. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia – Salvador, 1982, p.26.

havia a manutenção e incentivo a formação de núcleos da família escrava, prática bastante adotada por muitos senhores de escravos, para garantir não apenas o crescimento da população cativa sob seu domínio, como também manter um maior controle contra fugas e motins²¹.

Lyra (1982, p.27) aponta que em 1848 a população escrava estimava-se em 1.267 peças, e que em 1858 esse número quase que duplicou, sendo a população escrava desse período estimada em 2.000. Levando em consideração que a população de escravos da Leopoldina se sobrepunha ao número de colonos livres, e que a sua economia se baseava em produtos de exportação e não para a subsistência, é que uma série de contestações quanto ao *status* de colônia foram feitas para a referida localidade.

[..] Por esta razão, o estatuto de colônia foi, inclusive, contestado diversas vezes na época. Restou, no entanto, a característica de uma comunidade formada, basicamente, por proprietários de terras e de escravos estrangeiros e seus descendentes brasileiros (CARMO, 2010, p. 54).

Alane do Carmo (2010), nos informa que o descumprimento dos critérios básicos para a formação de colônias agrícolas por imigrantes geraram alguns transtornos aos proprietários de terra da Leopoldina, sendo inclusive revogado o seu título de “colônia agrícola estrangeira”, no entanto a pujança econômica da referida localidade, de maneira alguma incomodava aos administradores da província da Bahia, uma vez que a partir da produção de café ali desenvolvida, a província ocupava espaço ainda que pequeno na economia do cenário nacional.²²

A respeito desse incisivo uso de mão de obra escrava por parte dos colonos estrangeiros, mesmo em meio as proibições referentes ao uso de cativos nas colônias instituídas após o decreto de 25 de Novembro de 1808 Oberacker Jr. (1967, p. 221) indica que:

O espírito dominante, e o desprezo ao trabalho corporal considerado humilhante para o homem branco, contagiou em breve todos os imigrantes açorianos e estrangeiros, conduzindo-os ou à ociosidade ou ao emprego de escravos (OBERACKER JR, 1967, p. 221).

²¹ Sobre a formação de famílias escravas ver principalmente: CARMO (2010) e SLENES (1988)

²² Vale ressaltar, que durante todo o período colonial a província da Bahia integrava as zonas produtoras de riqueza, quer seja pela produção de tabaco, algodão ou cana-de-açúcar, mas a partir da entrada do café no cenário da produção econômica nacional, foi perdendo seu espaço para a província de São Paulo e Rio de Janeiro, no entanto destaca-se o dinamismo econômico desempenhado pela Bahia ao longo de todo este período.

A política de povoamento e imigração estrangeira promovida nas primeiras décadas do século XIX, evidenciava dois desejos do governo imperial: povoamento e substituição de mão de obra. O trabalho escravo principalmente do negro africano, que se solidificou no Brasil desde de o início da sua colonização, já estava fadado ao término, por este motivo, ficava proibido que os colonos estrangeiros, conservasse em suas atividades econômicas o emprego de escravos africanos, no entanto as atividades laborativas não apeteçiam aos colonos estrangeiros que não hesitaram em recorrer a este tipo de mecanismo que “estava já a quase trezentos anos, fortemente entranhado no tecido social da colônia Brasil” (CORRÊA, 2005, p. 95).

A agricultura familiar, apresentou-se como a saída emergencial mais “eficaz”, uma vez que as cidades estavam passando por um processo de crescimento, e necessitavam de abastecimento de gêneros alimentícios, visto que a atenção econômica se voltava para a produção e exportação do café (CUNHA, 2017).

Já na segunda metade do século XIX, a colônia Leopoldina, caminhava para a perda da sua condição de “colônia” aos moldes do decreto de 25 de novembro de 1808, uma vez que na mesma, tornara ricos empreendimentos agrícolas, que usavam quase que exclusivamente a mão de obra negra e escrava.

A utilização de mão de obra escrava africana descaracterizava as terras da condição de colônia enquanto tal, isso implicava também na perda de alguns benefícios concedidos exclusivamente para a manutenção das colônias estrangeiras.

Os vários relatórios dos presidentes das provinciais e os documentos do consulado da Suíça na Bahia discutem a questão da mão de obra empregada no cultivo do café na Colônia de Leopoldina. São quase exclusivamente braços escravos, africanos e crioulos em número muito superior ao de estrangeiros. É difícil, entretanto, precisar a exata população escrava na colônia ao longo dos seus quase setenta anos de existência. (CARMO, 2010, p. 31)

Carmo (2010) afirma que a colônia Leopoldina começou a entrar em colapso ainda durante as décadas finais do XIX nos anos que antecederam a abolição da escravidão, pois as fazendas da referida colônia se valiam principalmente do trabalho escravo como o principal meio para o seu desenvolvimento, desta maneira o fim do sistema escravista colocaria a economia da Colônia Leopoldina em crise.

Abre-se a segunda metade do século passado [XIX] com um fato que se pode considerar o ponto de partida de toda nossa evolução posterior: é a

abolição do tráfico de escravos em 1850. Nenhum outro acontecimento da nossa história teve talvez repercussão tão profunda. Por suas consequências, mediatas ou imediatas, ele se faz sentir até os últimos anos do império (PRADO JR., 1972, p. 80)²³.

O período que antecedeu a total proibição da escravidão, foram períodos de intensas resistências contra o sistema escravocrata, e as imposições deste, os indivíduos escravizados resistiram o quanto puderam, isso acontecia de diversas maneiras. “Em suas lutas cotidianas, os escravos impuseram limites à dominação escravista e jamais se acomodaram” (ALBUQUERQUE e FRAGA FILHO, 2006, p.69).

1.3 As últimas décadas da escravidão no Brasil e o declínio da Colônia Leopoldina

Como visto anteriormente, foi a introdução do trabalho escravo e os investimentos feitos na cultura cafeeira que atribuíram riqueza e notoriedade para a colônia Leopoldina. Os fazendeiros estrangeiros desta região se valiam exclusivamente da exploração da força do trabalho de africanos e seus descendentes. Assim sendo, a comunidade escrava da Leopoldina, sobrepunha em grande medida a população livre/branca (CARMO, 2010; LYRA, 1982; SILVA, 2016).

Para a garantia do crescimento da escravaria nas fazendas da colônia Leopoldina, muitos senhores de terra se valiam do incentivo a formação de famílias escravas, Alane Fraga do Carmo (2010) e Ricardo Tadeu (2016), salienta que essa alternativa foi ainda mais intensificada a partir da proibição do tráfico de escravos em 1850, neste sentido, os autores apontam que boa parte dos trabalhadores escravizados das fazendas que compunham a colônia Leopoldina eram “crias da casa”, nascidos e criados na localidade.

O médico Carl August Töelsner, a época proprietário de fazenda na colônia Leopoldina, observou a respeito da escravaria que:

Nasceram e se criaram quase todos na colônia e devem isto ao tratamento humanitário que lhes é despendido e, à vantagem de viverem em descentes e respeitáveis núcleos familiares. Todos são batizados, educados como

²³ Grifo meu.

cristãos e bem tratados. A maioria dos rapazes são admitidos ao estudo de um ofício, as meninas são instruídas em trabalhos caseiros²⁴.

A partir da fala de Töelsner, podemos compreender um dos importantes mecanismos utilizados pelos suíços, alemães e franceses instalados no Sul da província da Bahia e que integravam a colônia Leopoldina para garantirem um número satisfatório de cativos trabalhando nas lavouras de café, isso talvez justifique o fato de que em 1862 eram exportados cerca de 10.000 arrobas de café, que era redistribuído tanto dentro da província da Bahia como para o Rio de Janeiro (SILVA, 2016).

É importante que levemos em consideração que embora a escravidão negra africana no Brasil tenha se alongado por mais de 300 anos, não significa dizer que durante este período os africanos e seus descendentes em estado de escravidão estiveram acomodados em decorrência das atrocidades que o regime escravista objetivava submetê-los. Enquanto perpetuou-se a escravidão ocorreram diferentes maneiras de resistência (REIS e GOMES, 2008).

Ocorreram diferentes formas de resistência negra e podemos acrescentar que, enquanto houve resistência, abriu-se espaço para possíveis negociações entre os cativos e seus senhores, seja individual ou coletiva. A comunidade escravizada compreendia que a força de seu trabalho era essencial para a continuidade e acumulação da riqueza de seus senhores. Os próprios senhores tinham esta ideia, isso fica evidente quando em suas ações os proprietários escravistas abriam espaço para possíveis negociações, ao mesmo tempo em que iam cedendo a exigências feitas pelos grupos de escravos, que encontravam diversas maneiras para pleitearem melhorias para a sobrevivência debaixo da tutela dos seus proprietários (CHALHOUB, 1990).

O caminho percorrido para a conquista da abolição da escravidão foi longo, e fora galgando de forma gradual os direitos de defesa aos indivíduos em estado de escravidão. Por estes caminhos cruzaram-se ideias e objetivos, que hora se assemelhavam e hora divergiam. Homens e mulheres pertencentes as mais diversas camadas sociais, trabalharam e desenvolveram lutas em função da aquisição dos direitos que por anos lhes fora subtraído.

Destaca-se a atuação dos escravos e libertos, que durante muito tempo assumiram o protagonismo de tais reivindicações, quer seja através das fugas,

²⁴ NEESER, Herman. *A colônia Leopoldina*. Salvador, Ba: CEB, 1951, p. 04, apud Silva, 2016, p. 87.

assassinatos de senhores e feitores, casos de filicídio, suicídios e outras tantas formas encontradas pelos indivíduos escravizados que buscavam de forma muito acentuada a conquista da liberdade. Somada as ações lideradas pelos escravizados, criou-se no cenário nacional uma onda abolicionista que nas décadas finais da escravidão contribuíram para o enfraquecimento da instituição (AZEVEDO, 1987).

Segundo Albuquerque e Fraga Filho (2006, p, 173):

Na Europa, desde fins do século XVIII, surgiram movimentos abolicionistas reivindicando o fim do tráfico e a extinção do trabalho escravo. Aqueles movimentos modificaram o posicionamento dos governos das grandes potências em relação à escravidão em seus domínios coloniais.

Em várias partes da Europa movimentos que discutiam a questão da escravidão e o fim desta eram recorrentes, os movimentos abolicionistas como eram chamados, traziam ao seio das discussões as incoerências e os atrasos que a conservação da escravidão gerava aos países que ainda permaneciam tendo como base de sua economia trabalhadores e trabalhadoras em regime de escravidão. Toda essa oposição discutida pelos movimentos da época somada a toda pressão gerada pela resistência de africanos e seus descendentes causavam enormes desgastes ao sistema escravista brasileiro.

A região da colônia Leopoldina não estava isolada dos demais espaços escravistas, nesta localidade uma série de acontecimentos que mobilizaram a questão da liberdade para os cativos, estes acontecimentos variavam em ações de criminalidades ensejadas pelos cativos, como também ações abolicionistas empreendida principalmente por um representante do clero na localidade o padre Geraldo Xavier de Sant'Anna²⁵.

Homens e mulheres negros vivendo ou não em estado de escravidão, nas fazendas, engenhos, cidades e vilas, promoviam enorme pressão entre aqueles que insistiam na ideia de que a escravidão precisava continuar levando em consideração que o escravo simbolizava a “riqueza móvel” dos seus senhores.

Muitos críticos da escravidão na primeira metade do século advertiam que se o tráfico e em seguida a escravidão não desaparecessem o Haiti poderia

²⁵ O principal representante do movimento abolicionista na região da colônia Leopoldina foi o padre Geraldo Xavier de Sant'Anna, que muitas vezes aproveitava-se do seu ofício sacerdotal para proclamar suas ideias libertárias. Ver principalmente: SILVA, Ricardo Tadeu Caires. Criminalidade, resistência escrava e abolicionismo na colônia Leopoldina, Bahia (1889-1888). Revista de História Regional 21(1): 83-109, 2016

repetir-se no Brasil. De fato, para os escravos brasileiros os acontecimentos do Haiti tiveram outro significado, mostraram que era possível sonhar com o fim da escravidão (ALBUQUERQUE e FRAGA FILHO, 2006, p. 173).

O medo de que revoltas escravas de grande porte como a do Haiti acontecesse no Brasil era de fato um dos maiores receios dos escravistas, o temor não era apenas o de “reprodução do Haiti no Brasil”, mas estava ligado à possibilidade de os escravos protagonizarem em pleno século XIX modificações nas conjunturas estruturais, modificações estas já previstas com o fim da escravidão e também da monarquia, uma vez que as dimensões tomadas pela mesma ultrapassaram as suas extensões territoriais, sendo de grande relevância na luta contra o escravismo, ao ponto de se tornar a maior referência de sublevação escrava. Neste espaço os cativos que eram comprometidos com as atividades de extração mineral como também nas empresas açucareiras que haviam sido implantadas desde 1520, após anos de disputas lideradas por escravos fizeram do Haiti o primeiro país independente da América Latina (FONTELLA e MEDEIROS, 2007).

A exemplo dessas revoltas, temos os acontecimentos envolvendo escravos da fazenda Mutum, na colônia Leopoldina, quando em Maio de 1884 atentaram contra a vida do Sr. Venerote em uma emboscada que terminou com a morte do mesmo, a notícia foi veiculada pelo Diário da Bahia e periódicos de algumas outras províncias.

O Diário da Bahia fez saber que

Os autores de tão bárbaro crime foram os escravos da fazenda Mutum, ultimamente comprados pelo Sr. Venerote. Os assassinos, no próprio dia em que mudaram de senhor, declararam que não serviriam aquele que pretendia possuí-los. O cadáver, conforme já dissemos, foi encontrado na manhã do dia seguinte, por volta das 8 horas. Estava em um estreito caminho que ia ter à fazenda Mutum; todo o frontal e parte do crânio estavam despedaçados, o couro cabeludo solto na maior parte, nas costas grandes contusões e manchas negras. Os assassinos serviram-se de armas contundentes. Junto ao cadáver, além de outros objetos, acharam-se dois chapéus ordinários, cujos donos ficaram sendo conhecidos. À roda do cadáver puseram os assassinos moitas de galhos e folhas, a fim de ocultarem; entre esses galhos foram achados quatro cassetetes rachados e manchados de sangue. Sabe-se que os assassinos se internaram no mato²⁶.

²⁶ *Diário de Notícias*, Bahia, 02 de maio de 1884. O periódico pode ser encontrado online em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>.

A notícia proferida pelo Diário da Bahia, demonstra que cativo não estava acomodado com a situação que lhe fora imposta, ao contrário, criava e recriava cotidianamente formas de resistir, demonstrando sua insatisfação e repúdio ao sistema escravocrata. Além disso, algumas notícias acerca dos cativos no Brasil, dizia que muitas revoltas organizadas resultavam em ganho da liberdade em diversas partes, o que por vezes os encorajava a permanecerem resistindo.

A partir das pressões geradas por escravos, libertos, abolicionistas e por alguns países da Europa, o governo imperial do Brasil recorreu a algumas medidas, que indicavam que a escravidão estava com os seus dias contados. No entanto, figurava no ideário de muita gente, que a abolição seria “um tiro no pé”²⁷ da economia brasileira e feriria gravemente os interesses dos latifundiários que dependiam dos braços negros, portanto, defendiam a ideia que “os cativos não estavam preparados para a vida em liberdade, e que fora do cativeiro se tornariam vadios e ociosos” (ALBUQUERQUE e FRAGA FILHO, 2006, p, 175).

Apesar de toda a contestação feita pelos dependentes dos braços cativos, a escravidão estava sim com seus dias contados, não em razão de algum tipo de determinismo histórico, mas, fruto de lutas e engajamento político, que se intensificaram durante todo o século XIX em diversas regiões do Brasil. Neste sentido, na última década da escravidão negra no Brasil, em muitas fazendas da Colônia Leopoldina, além dos escravizados era comum encontrar também trabalhadores livres e assalariados, como bem ilustrou Ricardo Tadeu (20016).

[...] a presença de vários indivíduos livres vendendo a sua força de trabalho aos proprietários da região indica que a transição para o trabalho livre estava adiantada na região e que otimizar a força de trabalho primordial, ainda que para tal se lançasse mão do recurso à violência física (SILVA, 2016, p. 105).

Apesar da utilização de alguns braços livres, muitos proprietários de escravos faziam uso contínuo da repressão, visando um maior aproveitamento no trabalho dos escravizados, entendendo que esta instituição caminhava para o fim. Com tudo, tais medidas só faziam intensificar as constantes fugas, formação de quilombos e a rebeldia cotidiana, tais ações constituíram importantes métodos realizados pelos trabalhadores escravizados para acelerarem o fim da condição servil²⁸.

²⁷ Ver Principalmente: (AZEVEDO,1987).

²⁸ Ver principalmente: (ALENCASTRO, 2000; COSTA, 2010; FREITA, 1967; SILVA, 2016).

Nascimento (1980, p. 16) salienta a ideia de que os ganhos adquiridos pela população negra no Brasil, nem de longe foi uma ação benevolente promovida por uma elite branca, além do que a “humanização” da escravidão nega o protagonismo dos negros em suas frentes de resistência, embora no pós-abolição, a ação da princesa regente tenha figurado como um ato bondoso²⁹.

O mito do caráter benevolente ou não-violento da escravidão no Brasil já foi sobejamente demolido pela produção acadêmica das décadas de 1960 e 1970 e, no momento em que escrevo, não vejo no horizonte ninguém minimamente competente no assunto que queira argumentar o contrário (CHALHOUB, 1990, p. 35).

Já na década de 90, Chalhoub destacava a importância dos caminhos tomados pela historiografia brasileira desde as décadas de 1960/1970, uma vez que os pesquisadores trouxeram um novo caráter as revoltas escravas, fugindo da ideia de uma escravidão harmoniosa, que aparece nas obras da década de 1930 principalmente nas obras de Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda. Freyre em sua obra *Casa Grande e Senzala*, humaniza a escravidão, transforma o senhor opressor em um homem benevolente, além de tentar transformar a senzala em uma extensão da casa-grande, isso tornou-se alvo de muitas críticas no campo científico, principalmente por parte daqueles que concediam todo o protagonismo das conquistas adquiridas aos indivíduos escravizados.

Todo o processo de embates para o fim do sistema escravista, mudaria as bases da economia brasileira, todos os empreendimentos que dependiam única e exclusivamente da força de trabalho do escravo africano, quer seja nos grandes centros ou nas regiões mais longínquas no Estado do Brasil.

Com a colônia Leopoldina não foi diferente, a perda dos escravos comprometeria diretamente as bases da produção cafeeira da localidade, de modo que os colonos estrangeiros abandonaram suas terras, muitos deles já não moravam mais na Leopoldina, estando em muitos casos as fazendas sob tutela de algum parente próximo, neste sentido os antigos escravos permaneceram nas proximidades ou nas próprias fazendas abandonadas. (CORRÊA, 2005, p. 96)

Na atualidade é possível encontrar na região das antigas fazendas que integravam a colônia Leopoldina, comunidades constituídas após o fim da abolição,

²⁹ Para saber mais ler o texto: GOMES, Flávio dos Santos. No meio das águas turvas (Racismo e cidadania no alvorecer da República: a Guarda Negra na Corte - 1888-1889). Estudos Afro-Asiáticos, (21): 75-96, dezembro de 1991.

tendo sua população constituída majoritariamente por homens e mulheres negras, que mantém até hoje, costumes e tradições das antigas comunidades negras.

Neste ponto, encontramos no distrito de Helvécia, estabelecido nas terras da antiga fazenda Helvétia, pertencente ao Senhor João Martinho Flack, elementos para que possamos discutir as questões relacionadas a vivência de escravos na atual região extremo Sul da Bahia, buscando perceber como a memória da escravidão tem influenciado na atualidade a organização destes espaços, que em sua maioria obtiveram por parte da Fundação Cultural Palmares o título de comunidades remanescentes quilombolas.

O período pós-abolição, é então entendido como o momento pelo qual os antigos escravos buscavam inserir-se no meio social, uma vez que até 1888 os mesmos não eram compreendidos enquanto cidadãos. Tem-se durante as décadas finais do século XIX a dura missão de inserir estes indivíduos naquilo que se delineava enquanto projetos de inserção social.

Quais os lugares reservados aos negros e negras egressos do cativo? Quais profissões os mesmos ocupariam? Estes foram muitos dos questionamentos suscitados antes e depois a abolição. No entanto, se essa era uma preocupação dos grandes centros urbanos, em quais condições eram tratados os libertos e libertas que se encontravam nos interiores do Brasil, como era o caso da população escrava que se encontrava na colônia Leopoldina, no Sul da província da Bahia?

É importante ressaltar que na região Sul da província da Bahia, especificamente na colônia Leopoldina ocorreram fenômenos distintos das demais regiões do império. A terra não perde seu valor com a abolição da escravidão, no entanto, terra sem braços cativos representava espaços inutilizados, principalmente para aqueles que não podiam obter outro tipo de mão de obra de trabalho. Neste sentido é importante investigar quais os elementos que provocaram a evasão dos “homens brancos”.

Para essa questão existe uma série de possibilidades, em primeiro lugar é preciso ter em vista a supremacia da população negra na região em detrimento a de colonos brancos europeus, outro aspecto importante é o fato de que muitas fazendas que integravam a colônia Leopoldina já não eram administradas por seus proprietários, e sim através de procuradores, isso talvez justifique a ausência desses colonos na Leopoldina após 1888, somado aos diversos conflitos que se intensificam entre o consulado Suíço e brasileiro.

Em 1888, em decorrência da lei de abolição da escravidão no Brasil, os escravos das fazendas de café que formavam a colônia Leopoldina, abandonaram seus respectivos senhores, causando dessa maneira, a desarticulação e ruína dos fazendeiros da antiga colônia. (LYRA, 1982, p. 28).

A partir desta data chega ao fim toda a pungência e grandiosidade do maior empreendimento baiano, formado e dirigido por imigrantes europeus. Das antigas fazendas da colônia Leopoldina restaram um grande contingente de homens e mulheres negros, ex-escravos que buscavam de alguma maneira reorganizar-se de forma social, econômica e cultural.

Essa reorganização do espaço, deu origem a diversos distritos, conhecidos na atualidade, formados majoritariamente pela população negra, famílias que descenderam dos egressos do cativeiro, como os distritos de Helvécia, Comunidade de Rio do Sul, Comunidade de Cândido Mariano, Comunidade de Naiá.

Interessa-nos nesta pesquisa, especificamente as informações referentes a organização do distrito de Helvécia, situada nas proximidades da antiga fazenda *Helvétia* que integrava a colônia Leopoldina durante sua fase de pungência econômica.

A comunidade de Helvécia como será adiante apresentada, foi reconhecida no ano de 2005 pela Fundação Cultural Palmares como remanescente quilombola, levando em consideração a resignificação que o conceito passou a receber a partir de 1988, para tanto foi necessário discutirmos a questão dos quilombos brasileiros em diferente momentos da história da Brasil para que fosse possível compreender quais os elementos que possibilitaram esse reconhecimento.

2. QUILOMBOS: DA MARGINALIZAÇÃO AO PROCESSO DE LEGALIDADE

2.1 Quilombo: Conceituação Primária

No século XV quando se deu início ao processo de escravização moderna realizada principalmente pelos europeus no continente africano, tal prática não consistiu algo novo, levando em consideração que a escravidão estava longe de ser um fenômeno da idade moderna, sendo anteriormente praticada pelos Árabes no tráfico transmarino, ou até mesmo pelo sistema de escravização interno em África, “na verdade a escravidão estava enraizada em estruturas legais e institucionais arraigadas das sociedades africanas, e sua operacionalização diferia muito do modo pelo qual subsistia nas sociedades europeias” (THORNTON, 2004, p. 125).

Foi a partir da idade moderna que a escravidão ganhou novos significados e maiores proporções, fator este que a diferiu de outros momentos históricos e em lugares distintos do mundo. O processo de escravização de diferentes povos durante a idade moderna foi transformado pela ideia de lucratividade trazida pelos europeus. A justificativa de anseios por lucros deram novos contornos para algo antes já praticado. (MATTOSO, 2016; QUEIROZ, 1993).

A África esteve intimamente ligada a esta história, tanto como fonte principal de escravos para as antigas civilizações, o mundo islâmico, a Índia e as Américas, quanto como uma das principais regiões onde a escravidão era comum. (LOVEJOY, 2002, p. 29).

Em África era possível tornar-se escravo por meio das rivalidades internas entre tribos diferentes, em alguns casos existiam uma espécie de escravidão permitida, com o intuito de salvaguardar sua própria existência ou dos seus pares contra a escassez de água e de alimentos, em algumas outras regiões era imputada a condição de escravo como forma de punição para aqueles que de alguma maneira contrariavam as leis. Contudo a escravidão interna africana reconhecia o cativo enquanto indivíduo e não como peça, não havia necessariamente a intenção de objetificação do indivíduo, muito pelo contrário, este podia ser inserido nas mais diversificadas atividades, e em muitos casos passavam a integrar a ordem familiar daqueles que obtiveram sua “posse”. No entanto o contato com aquilo que Lovejoy

(2002) designará de “forças externas” mudariam drasticamente os contornos e as bases da escravidão interna em África.

Os primeiros chefes negros que tinham escravos domésticos vendiam seus escravos. Quando a demanda se tornou maior foi necessário ir buscar escravos no interior, o que provocou o início das guerras praticadas entre os negros, antes eram guerras nacionais, tal rei contra tal rei, mas depois o mercantilismo ligado ao tráfico levou-os a fazer guerras de lucros, para terem mais escravos e vendê-los aos navios ocidentais para receber quinquilharias, fuzis [...]. Escravo contra fuzil, fuzil para ir buscar o escravo, tudo isso criava um circuito infernal do qual não se saía mais.³⁰

Corroborando com a informação anterior Katia Mattoso (2016) aponta a eficácia do comércio entre europeus e africanos, sendo este o responsável direto pelas mudanças nas relações escravistas. O negro africano tornou-se o “produto” mais importante destas atividades comerciais, seguidos dos metais preciosos e marfim, uma vez que a descoberta do novo mundo exigia braços em abundância para o desenvolvimento das atividades econômicas, tornando assim o “tráfico lucrativo [e] muito indispensável” (MATTOSO, 2016, p. 40).

As coroas Ibéricas foram as que mais se destacaram nesse comércio de escravizados, sendo este de suma importância para a manutenção e conservação das suas conquistas na América. Alguns pesquisadores buscaram contabilizar ainda que minimamente a quantidade de escravos vindos para a América portuguesa e espanhola, Katia Mattoso (2016) aponta que durante o período quinhentista cerca de 25.000 escravos foram trazidos para o Novo Mundo. Décio Freitas (1976) sinaliza ainda que para o Brasil veio a maior percentagem de escravos africanos, estimando um número superior a 9.500.000, correspondendo a 40% de todo o tráfico, absorvendo bem mais cativos que os EUA, as colônias inglesas e a própria América espanhola.

A respeito dessa vinda maciça de escravos africanos, Moura (1987) sinaliza que este contingente de africanos teria sido espalhada por todas as regiões da colônia em proporções variadas, no entanto destacam-se a Bahia, Rio de Janeiro e

³⁰ Texto extraído do documentário Atlântico Negro. Na Rota dos Orixás. Duração: 53 min., 41 seg. Diretor: Renato Barbieri. Projeto e roteiro: Victor Leonardi e Renato Barbieri. Idealização e realização: Videografia; Instituto Itaú Cultural. Patrocínio: Ministério da Cultura; GDF-SCE; Pólo de Cinema e Vídeo do DF; Fundação Cultural do Distrito Federal. O documentário busca mostrar as contribuições que África e Brasil obtiveram uns dos outros a partir das ligações transatlânticas. Ligações estas que vão além do envio e recebimento de escravos pelos navios negreiros. A troca cultural, principalmente religiosa. Para discutir o assunto grandes nomes, pesquisadores do tema como Alberto Costa e Silva e João José Reis, contribuem com entrevistas, além de importantes nomes das lideranças religiosas afro-brasileira, que relatam as experiências e contribuições com estes dois lados do Atlântico.

São Paulo como os principais locais com maior absorção do trabalho escravo africano, os dois últimos, principalmente a partir do início da cultura cafeeira na região Sudeste.

Décio Freitas³¹ (1976), aponta que só em Salvador, entre os anos de 1807 e 1835 o contingente de escravos africanos e seus descendentes compunham a maioria esmagadora, levando em consideração que nesse período 28% eram brancos, 20% pardos e 52% eram negros (africanos e crioulos). O autor sinaliza ainda que “terras, engenhos e escravos formavam um complexo econômico inseparável³²”. Deste modo pode-se compreender os motivos pelos quais no Brasil, a aplicação do trabalho escravo esteve tão engendrado em todas as regiões da colônia portuguesa.

O tráfico de escravos tornou-se o negócio mais lucrativo do Atlântico. No tocante ao Brasil, colônia portuguesa na América, o trabalho escravo sempre esteve intrinsecamente envolto na malharia da economia colonial, antes mesmo da vinda maciça de africanos escravizados, tendo em vista a vastidão territorial, e as muitas dificuldades de exploração das terras “conquistadas” isso fará com quem em um primeiro momento as populações indígenas, aqui residentes fossem os primeiros alvos do trabalho compulsório.

Os indígenas escravizados foram denominados “negros da terra”, este processo contou com uma intervenção da igreja que por meio das chamadas guerras justas buscavam impor a fé católica e subordiná-los ao trabalho compulsório na extração das matérias primas tão valiosas para o comércio europeu. “Por volta da segunda metade do século XVI, a oferta de escravos indígenas começou a declinar e os africanos começaram a chegar em maior quantidade para substituí-los” (ALBUQUERQUE e FRAGA FILHO, 2006, p.40). No entanto a chegada em massa de mão de obra escrava originária do continente africano não significou que tenha tido fim a escravização das populações indígenas em diversas regiões do Brasil. (CUNHA, 1992).

A dinâmica escravista brasileira perdurou por mais de três séculos, e não nos faltam trabalhos que abordam a temática da escravidão brasileira, de igual modo as constatações de como esse processo foi perverso, de modo que desqualificava o trabalhador escravizado, considerado como animal. Embora a partir de 1930 alguns

³¹ FREITAS, Décio. Insurreições escravas. Porto Alegre: Movimento, 1976.

³² FREITAS, Décio. Palmares a guerra dos escravos. 3º ed. Rio de Janeiro, Graal, 1981.

pesquisadores, dentre eles destaca-se o papel de Gilberto Freyre em sua conhecida obra *Casa-Grande & Senzala*, em uma sistemática tentativa de humanizar a escravidão, transformando em uma fantasiosa ideia de harmonização nas relações entre escravo (em sua maioria negros africanos), e dos senhores.

A respeito do real caráter do escravismo brasileiro Décio Freitas sinaliza que:

A consequência derradeira de tudo isso era a alienação da própria identidade humana do escravo. Então, como queria a lei, ele não se distinguia de um animal. Para evitar este lúgubre desfecho muitos se suicidavam, outros tentavam resgatar sua humanidade pela fuga (FREITAS, 1978, p. 35).

A partir disso podemos observar que a escravidão brasileira, foi tão brutal como qualquer outra, e que as relações escravistas que assim se estabeleceram não constituíram de modo algum um paraíso nos trópicos, isso se faz refletir nas constantes tentativas de aquisição da liberdade por parte do cativo. A história da escravidão é também a história de lutas e resistência por parte dos trabalhadores escravizados, essa resistência se fazia perceptível de diversas formas, fugas, assassinatos, recusa ao trabalho, abortos e suicídios.

José Jorge de Carvalho argumenta que:

Em cada região das Américas, onde o regime escravagista se instalou, registraram-se movimentos de rebelião contra essa ordem, o primeiro deles datado de 1522, na ilha de Hispaniola. Isso significa dizer que a história do cativo negro nas Américas se confunde com a história da rebelião contra o regime escravagista (CARVALHO, 1996, p. 14).

Os africanos que aqui chegaram participaram intimamente dos diversos processos da produção econômica da colônia, nos seus diferentes empreendimentos, como engenhos, plantação de algodão, atividades auríferas, de modo que era impossível desassociar o desenvolvimento da economia do sistema de escravização do trabalhador negro africano, onde era comum a presença dos escravizados, existiam revoltas, sublevações e motins contra o sistema que lhes oprimia e os privavam da liberdade (MOREIRA, 2016).

No tocante a resistência dos trabalhadores africanos escravizados, destaca-se a forma mais conhecida de busca pela liberdade, a fuga e a formação de quilombos, essa não era a única maneira, no entanto é nesse tipo de resistência que a maioria dos pesquisadores tem se debruçado ao longo de muito tempo, intuindo construir um panorama da escravidão, buscando investigar os quilombos como fruto

da negação ao sistema escravocrata. “A quilombagem deve ser vista como um processo permanente e radical entre aquelas forças que impulsionaram o dinamismo social na direção da negação do trabalho escravo” (MOURA, 2001, p. 109).

Nas diversas regiões da América o início do protesto escravo, da resistência e da formação de quilombos deu-se enquanto resultado de negação ao sistema escravocrata. Os estudos a respeito dos quilombos comprovam que os mesmos possuíam capacidade de se reorganizarem, e distinguiam-se no número de habitantes, durabilidade e organização política e administrativa.

O termo quilombo no seu original *Bantum* faz alusão aos “acampamentos guerreiros na floresta”. A partir desse aspecto, o termo “quilombo” se popularizou no Brasil e demais países da América Latina como a forma de protesto mais comum utilizada pelos escravos africanos para contestarem sua situação servil³³.

No Brasil, desde as primeiras décadas da colonização, tais comunidades ficaram conhecidas primeiramente com a denominação mocambos e depois quilombos. Eram termos da África Central usados para designar acampamentos improvisados, utilizados para guerras ou mesmo apressamentos de escravizados (GOMES, 2005, p. 10).

A princípio quilombo foi definido pelo rei de Portugal, em resposta ao Conselho Ultramarino datado de 02 de dezembro de 1740, como toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles (MOURA, 1987, p.11).

As regiões que se constituíram enquanto escravistas transformaram-se de igual modo em palcos para a rebeldia e levantes dos trabalhadores escravizados. Sublevações, assassinato de senhores e feitores, suicídios, quebra das ferramentas de trabalho, fugas individuais ou coletivas seguidas de formação de quilombos, eram umas das muitas maneiras que africanos e seus descendentes encontraram para se salvaguardarem não apenas biologicamente, mas também socialmente.

[...] Dessa forma, os escravos negros, para resistirem à situação de oprimidos em que se encontravam, criaram várias formas de resistência, a fim de se salvaguardarem social e mesmo biologicamente, do regime que os oprimia. Recorreram, por isso, a diversificadas formas de resistência, como guerrilhas, insurreições urbanas e quilombos [...] (MOURA, 1987, p. 10).

Não nos faltam registros destes motins ao curso de todo o período colonial escravista e pós-abolicionista a respeito dessas sublevações. O protesto escravo por

³³ Ver Principalmente: Reis (1979) Gomes (2005)

outro lado diluía a ideia de que o indivíduo escravizado era apenas um objeto passivo em meio ao processo de escravização corporal, neste sentido o escravizado assume o caráter de protagonismo no processo que visava à reiteração de sua liberdade.

Clóvis Moura (2001) sinaliza que, para o Brasil os quilombos surgem como protesto radical e permanente, que contribuiu de forma significativa para a crise da manutenção do sistema escravistas, indicando que se faziam necessária a criação de novas ordenações sociais, neste sentido começa a se analisar a necessidade de uma categoria de trabalhadores livres como foi discutido por Emília Viotti em sua obra *Da senzala à colônia*.

Essa prática é percebida em todos os lugares onde coexistiu a escravidão africana, “na Colômbia, Cuba, Haiti, Jamaica, Peru, Guianas, finalmente onde quer que a escravidão existisse, o negro *marron*, o quilombola, portanto, aparecia como sinal de rebeldia permanente contra o sistema que o escravizava” (MOURA, 1987, p.11).

No Brasil temos ainda um fato bastante peculiar, ao contrário dos outros países da América, em que o trabalhador escravizado por vezes estava restrito a algumas partes, na América portuguesa não houve região onde o escravo africano não havia sido inserido na malharia da produção econômica.

No Brasil, o quilombo marcou sua presença durante todo o período escravista e existiu praticamente em toda a extensão do território nacional. À medida que o escravismo aparecia e se espraiava nacionalmente, a sua negação também surgia como sintoma da antinomia básica desse tipo de sociedade. (MOURA, 1987, p. 13).

Como apontado por Moura e depois reforçado por João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (1996) “onde houve escravidão houve resistência³⁴”. Fato que é comprovado pela dinâmica da resistência escrava, estudos apontam que em diferentes espaços e de diferentes formas, os escravizados reinventavam sua liberdade, cotidianamente.

“Em suas lutas cotidianas, os escravos impuseram limites à dominação escravista e jamais se acomodaram” (ALBUQUERQUE e FRAGA FILHO, 2006, p.69). Isso se faz refletir na quantidade da documentação que evidenciam a formação destes agrupamentos de fugitivos, que durante todo o período colonial

³⁴ REIS, João José. GOMES, Flávio dos Santos. [orgs.] Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, p. 9. 1996.

constituía-se como a principal via de acesso entre a escravidão e a liberdade. É bem verdade que existiam outras maneiras de se obter liberdade em meio ao sistema escravista, escravos que acumulavam pecúlio podiam comprar sua alforria, no entanto isso sempre acontecia em proporções menores, uma vez que nem todos possuíam a mesma possibilidade, sendo uma prática mais corriqueira entre os escravos urbanos e de ganho.

Como posto anteriormente o quilombo em seu primeiro momento recebeu do rei de Portugal uma significação bastante estática, e que nos leva a algumas reflexões acerca desse movimento social. Como resposta ao conselho Ultramarino, o quilombo passa a ser entendido como lugar isolado, com número mínimo de pessoas com ou nenhuma instituição de fomento a economia, “lugar recantado, que passem de cinco, mesmo não havendo ranchos e nem pilões” (FIABANI, 2012).

As diferentes abordagens a respeito dos quilombos brasileiros corroboram para compreendermos o quão diversificado eram esses lugares. Os quilombos possuíam logicas próprias e individualizadas. Emília Viotti (2010), ao analisar algumas condições dos quilombos paulistas ressalta que estes sempre apresentaram número reduzidos de pessoas, com número mínimo de cinco pessoas e máximo de vinte, no entanto a autora constata que nas últimas décadas que antecederam ao fim da escravidão era possível encontrar quilombos com uma quantidade maior de aquilombados.

No entanto a abordagem com a qual a temática vem sendo discutida é bastante variável na historiografia brasileira, em muitos aspectos associados a pesquisas de cunho sociológico e antropológico, permeiam sempre entre análises culturalistas e marxistas, que buscam discutir qual o caráter e a objetividade dos protestos escravos. Neste sentido muitas dessas pesquisas convergem em muitos aspectos e se divergem em outros, no entanto todos buscam de algum modo demonstrar o protagonismo do trabalhador negro em estado de escravidão, quer seja na formação de uma nova África ou na forma de protesto contra a escravidão e que posteriormente culminaria com o desgaste do sistema escravista.

Entre as análises feitas a respeito dos quilombos, estudiosos divergiram quanto ao caráter do protesto escravo. Muitos destes estudos buscam apresentar o quilombo como um projeto restauracionista, que objetivava a recriação de uma nova África no Brasil. Esta abordagem foi defendida por estudiosos tais como Nina

Rodrigues (1945)³⁵, Arthur Ramos (1934)³⁶; (1979)³⁷. Edson Carneiro (1988)³⁸ que debateram em torno da inferioridade dos africanos, e trataram os quilombos como fenômeno contra-aculturativo, apesar disso esses autores já sinalizavam um rompimento com a ideia de isolamento a qual os quilombos no Brasil eram vislumbrados desde o período colonial.

A ideia de formação de quilombo como a recriação de uma nova África vigorou até meados da década de 1960, nas produções acadêmicas. Esse tipo de abordagem discutia apenas o aspecto cultural do quilombo, perdendo de vista as finalidades deste enquanto processo de negação ao sistema escravista no qual estavam inseridos, além de não perceber o dinamismo que existia em torno do mesmo, reforçando a ideia de isolacionismo empregado pela conceituação primária do quilombo, que trazia a ideia deste como lugar de escravos fugidos, afastado e com pouca ou nenhuma atividade econômica ou de subsistência.

As obras de Décio Freitas (1978) e Clóvis Mora (1987) e (1988), foram cruciais para uma nova interpretação do papel dos quilombos brasileiros. A partir principalmente destes autores, aspectos ativos da vida dos escravos passaram ser ressaltados, desacreditam principalmente que os quilombos não foram criados com a intenção de reprodução de uma nova África no Brasil, e apresentam o escravo aquilombado como protagonista de sua liberdade, contudo em muitos aspectos conservam ainda que sem intenção a ideia de isolamento dos quilombos.

As comunidades quilombolas representaram, durante o regime colonial e imperial, uma forte estratégia de resistência negra e um elemento de desestabilização da lógica escravista, uma vez que se constituíam como ruptura social, ideológica e econômica com o modelo vigente (SOUZA, 2008, p. 26).

É preciso no entanto analisar este movimento social, tão importante como foram os quilombos brasileiro, levando em consideração os aspectos políticos desta instituição. Digo instituição com a intencionalidade de afirmar que os trabalhadores escravizados que se aquilombavam buscavam de diversas formas a manutenção sistemática dos seus agrupamentos, indo desde as atividades econômicas e de subsistência as formas de organização das lideranças nos próprios quilombos.

³⁵ RODRIGUES, Nina. Os africanos no Brasil. 3º ed. São Paulo. CEN, 1945.

³⁶ RAMOS, Arthur. O negro brasileiro. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1934.

³⁷ RAMOS, Arthur. As culturas negras no novo mundo. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

³⁸ CARNEIRO, Édson. O quilombo dos Palmares. 4º ed. São Paulo: Editora Nacional, 1988.

Segundo Albuquerque e Fraga Filho (2006, p, 118):

[...] O escravo que fugia nem sempre retornava ao cativo. Em todo lugar a liberdade era a principal aspiração de quem vivia a triste experiência de ser escravizado. Ver-se livre, isento do controle e da subordinação a qualquer senhor foi o principal objetivo de muitos homens e mulheres que, sozinhos ou em grupo, resolviam escapar da escravidão. Fugir era perigoso, difícil e, geralmente, dependia da solidariedade de outros escravos, libertos e livres. Era preciso alguém que pudesse facilitar a fuga, fornecer abrigo, alimentação e trabalho para não levantar suspeitas. Os escravos podiam buscar refúgio em fazendas, povoados e cidades, onde podiam misturar-se aos negros livres e libertos, mas também recorriam aos quilombos.

Fugas seguidas da formação de quilombos foram uma das formas mais utilizadas pelos cativos como forma de protesto contra a escravidão. Desde o século XVI já se tinha notícias da formação destes agrupamentos, que em sua maioria era composta por negros, como exemplo disso temos o quilombo que mais logrou destaque, o quilombo de Palmares, na serra da barriga, localizado no atual Estado de Alagoas.

O quilombo de Palmares é considerado até hoje como um dos mais importantes agrupamentos de escravos fugidos e se tornou um dos maiores símbolos da luta contra a escravidão. Palmares sofreu inúmeras investidas do governo português, que buscava destruir este espaço, que de alguma maneira colocava em descrédito o poder dos senhores de escravos, e sua capacidade em manter os mesmos cativos em suas terras. Os palmarinos foram liderados por Ganga-Zumba e depois Zumbi, o quilombo possuía uma complexa organização militar, política e econômica. Em 1695 forças repressoras contratadas para isso, avançaram contra o quilombo na Serra da Barriga, nesta investida, conseguem derrubar as paliçadas, além de prender e matar muitos palmarinos inclusive Zumbi. (GOMES, 2005).

A memória de Palmares, além de ficar guardada na mente de autoridades e senhores na virada dos Setecentos, propiciou mudanças na legislação escravista para a repressão de quilombos e fugitivos. Outros Palmares não poderiam aparecer. De qualquer modo, se na mente estava Palmares, autoridades e senhores viam cada vez mais, com seus próprios olhos, mocambos se estabelecendo em todas as partes do Brasil (Gomes, 2005, p. 25).

Os quilombos possuíam uma lógica social, econômica e cultural muito própria, fruto das vivências na América por africanos e seus descendentes, bem como as constantes trocas com os demais grupos étnicos que estavam dentro e fora dos

quilombos. Como foi o caso do quilombo de Palmares, que sobreviveu a intensas investidas do governo colonial por mais de cem anos, e se tornou uma das principais fontes de pesquisa para a abordagem organizacional dos quilombos, enquanto agentes de ações próprias e da criação de uma instituição que reagiu ao sistema de opressão escravista.

O quilombo foi, incontestavelmente, a unidade básica de resistência do escravo. Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, em qualquer região que exista a escravidão, lá se encontra ele como elemento de desgaste do regime servil (MOURA, 1981, p. 87).

Não se deve compreender os quilombos como algo uniforme, ou pleitear que todos tenham surgido numa mesma lógica organizativa. Cada quilombo que se formava criava dinâmicas peculiares, eram verdadeiras redes de interação social, não só entre as comunidades escravas como também com proprietários de terra que, de alguma forma, eram beneficiados com trabalhos oferecidos pelos cativos aquilombados, além das relações comerciais mantidas com pessoas das vilas próximas.

É preciso atentar para o fato de que estar na invisibilidade por vezes era a garantia da sobrevivência do grupo, no entanto mesmo localizando-se em lugares com proteção e de difícil acesso, a maior parte desses quilombos não ficavam totalmente isolados, “mantendo uma rede de apoio e interesses que envolviam escravos, negros livres e mesmo brancos de quem recebiam informações sobre movimento de tropas e outros assuntos estratégicos” (REIS, 1996, p. 18).

Sobre essas relações Reis (1996, p, 18) afirma:

Com essa gente eles trabalhavam, se acoitavam, negociavam alimentos, armas, munições e outros produtos; com escravos e libertos podiam manter laços afetivos, amigáveis, parentais e outros. A ideia muito comum, de que os quilombos formavam comunidades isoladas e auto-suficientes não é confirmada.

Neste Sentido, importantes trabalhos como o de João Reis (1996) e Flávio Gomes (2006), divergem em grande medida dos primeiros trabalhos acerca dos quilombos principalmente os que propagaram as teorias do isolamento dos quilombos, ou a ideia de recriação de uma nova África como foram os trabalhos de Nina Rodrigues e Edson Carneiro, uma vez que os quilombos se constituíram e se mantiveram através das interações sociais.

Em sua abordagem sobre os quilombos do Rio de Janeiro, mais especificamente aqueles que compunham o recôncavo da Guanabara, na região do Iguaçu, Flávio Gomes (2006) denominara de “campo negro” todo esse espaço, objetivando informar uma teia de relações e sociabilidades que passariam a vigorar entre os trabalhadores que se aquilombaram, fugindo das plantações de cana de açúcar e engenhos. O campo negro era fortalecido a partir dos contatos e atividades comerciais entre os membros dos quilombos no Iguaçu com comerciantes, taberneiros e até mesmo fazendeiros locais.

Podemos ver em todos esses contatos entre quilombolas, cativos e taberneiros, envolvendo, circunstancialmente, mascates, lavradores, agregados, arrendatários, fazendeiros e até mesmo autoridades locais (muitas das quais também proprietárias de fazendas), bem mais do que uma conexão estritamente econômica. Constituíram a base de uma teia maior de interesses e relações sociais diversas, por meio das quais quilombolas souberam tirar proveito, visando à manutenção de sua autonomia. Representava um verdadeiro campo negro no qual as ações dos agentes históricos envolvidos tinham lógicas próprias, entrecruzando interesses, solidariedades, tensões e conflitos. Defino, aqui, *campo negro* como uma complexa rede social permeada por aspectos multifacetados, envolvendo em determinadas regiões do Brasil, movimentos sociais, assim como práticas econômicas com interesses multifacetados. Tal qual uma arena social, constituiu-se palco de lutas e solidariedade conectando comunidades de fugitivos, cativos nas plantações e nas áreas urbanas vizinhas, libertos, lavradores, fazendeiros, autoridades policiais e outros tantos sujeitos que vivenciaram os *mundos das escravidão* (GOMES, 2006, p. 45)³⁹.

A própria comunidade quilombola era bem diversificada, acomodando, para além dos cativos fugidos, pessoas que de algum modo viviam às margens da estruturação social escravocrata. Em alguns quilombos, apesar de prevalecer os africanos, a população não era somente de escravos fugidos, tinha em sua composição a presença de “outros tipos de trãnsfugas, como soldados desertores, os perseguidos pela justiça secular e eclesiástica ou simples aventureiros” [...] (REIS, 1996, p.16).

Se antes o quilombo era visto como resistência ao processo de escravização do negro, a partir dali ele se converteu em símbolo, não só de resistência pretérita, como também de luta no tempo presente pela reafirmação da herança afro-diaspórica e busca de um modelo brasileiro capaz de reforçar a identidade étnica e cultural. (GOMES; DOMINGUES, 2013, p. 10).

Sobre os quilombos no Brasil e suas abrangências, diferentes estudos e discussões vêm acontecendo. Essa questão tem ganhado importante espaço na

³⁹ Grifos no original.

representação das lutas de afrodescendentes, sendo os quilombos considerados no período colonial de escravidão uma das principais formas de resistência de africanos e seus descendentes. Os quilombos ganham também novos significados atualmente, constituindo deste modo “um símbolo no processo de construção e afirmação social, política, cultural e identitárias do movimento negro contemporâneo no Brasil” (GOMES; DOMINGUES, 2013, p. 10).

2.2 A continuidade dos quilombos: Renovação conceitual

Nos períodos que se seguiram ao pós-abolição da escravidão negra de africanos e afro-brasileiros, algumas práticas antes criminalizadas pela chefia do Estado, passaram por um processo de esquecimento ou silenciamento. Nesse sentido podemos destacar a respeito dos quilombos brasileiros que, enquanto no período que antecedeu a lei Aurea esse movimento era visto como algo que remetia à criminalidade do escravizado, no pós-abolição ele simplesmente deixou de aparecer na base legal. Entendendo que, se não existiam escravos também não coexistiam os quilombos.

Os quilombos, historicamente, se constituíram como unidades de protesto e de experiência social, de resistência e reelaboração dos valores sociais e culturais dos africanos e seus descendentes em todas as partes nas quais a sociedade latifundiária-escravista se manifestou (SOUZA, 2008, p. 26).

Neste sentido a luta e reivindicação dos ex-escravos permeavam um novo prisma, no entanto o eixo central permanecia o mesmo, a luta pela terra. Se antes a formação dos quilombos consistia na forma de se obter liberdade frente ao regime que os oprimia, no pós-abolição, ter acesso à terra, um espaço para o “começo” da vida em liberdade, consistia em um dos maiores dilemas dos quais os egressos do cativeiro enfrentariam.

Somadas a todas as dificuldades enfrentadas por essa nova categoria social, tinha-se o que havia sido estabelecido pela Lei de terras de 1850 que dizia: “Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja a compra”⁴⁰.

⁴⁰ LEI N° 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850.

Os negros foram sistematicamente expulsos ou removidos dos lugares que escolheram para viver, mesmo quando a terra chegou a ser comprada ou foi herdada dos antigos senhores através de testamento lavrado em cartório. Decorre daí que para eles, o simples ato de apropriação do espaço para viver passou a significar um ato de luta, de guerra (Leite, 2000: 5-6).

Em consonância com a Lei de Terras de 1850, que traz um novo contexto sobre a posse de terra, e com aquilo que foi proposto por Leite (2000), podemos compreender como o processo de pós-abolição tornou-se também um processo por acesso e direito a terra, principalmente para aqueles que recém saídos do cativeiro, não dispunham das condições necessárias para se estabelecerem nela, bem como a ausência de políticas que pudessem promover uma inserção destes nos meios sociais.

Flávio Gomes (2005) sinaliza que desde os tempos mais remotos da escravidão no Brasil, a luta dos trabalhadores escravizados podem, e devem ser também analisados sob a perspectiva da “formação de micro-sociedades camponesas”. Uma vez que a formação dos quilombos é também a luta pelo acesso e manutenção da terra, por aqueles que não dispunham dos meios legais para possuí-las. “Muitos desses camponeses negros e mestiços, além de cultivar suas próprias terras e com seus produtos excedentes acessarem mercados locais, acabavam se transformando em trabalhadores rurais para outros proprietários” (GOMES, 2005, p. 452).

A partir dessas constatações, podemos analisar que o pós-abolição constituiu-se também em um período que marginalizou e excluiu os ex-escravos, principalmente no que diz respeito ao acesso à terra. Segundo Silva (1996, pp. 152-153), a promulgação da Lei que renovava os meios de acesso à terra precisa ser analisada com maior atenção “pela importância social que adviria da sua aplicação”, uma vez que proibida a apropriação da terra por meio da posse, a repressão neste tipo de “ocupação” recaía com maior afinco sobre os pequenos proprietários em sua maioria ex-escravos, enquanto os grandes latifundiários gozavam de válvulas de escape que lhes garantia a manutenção das terras de suas propriedades.

Quilombos, mocambos, comunidades quilombolas, campo negro, terra de preto, terras de santo, comunidades negras rurais, estas foram as variadas formas pelas quais os agrupamentos de ex-escravos foram denominados ao longo de toda historiografia brasileira, espaços marcados por significações, conflitos e resistências.

Os quilombos passaram da ordem da ilegalidade, ao processo de esquecimento, e só retorna ao cenário de uma jurisdição legal como fruto de embates políticos dos movimentos que se engajavam em torno das lutas da população negra brasileira durante o século XX. “As reivindicações dos movimentos sociais encontraram eco no parlamento e permitiram o resgate de lutas em favor do reconhecimento de direitos” (Leite, 2004: 19).

Embora os descendentes de africanos tivessem adquirido o *status* legal de “cidadão” após a promulgação da Lei Áurea, a eles não foram reconhecidas as mínimas condições de cidadania de fato: direito à educação, ao emprego, ao salário, ao alimento, à saúde, à moradia e à terra. (OLIVEIRA, 2005, p. 25).

Da categoria de revolta, o termo “quilombo” passa ser reivindicado como forma de pleitear direitos constitucionais que dizem respeito a cidadania, neste sentido acontece uma reversão dos estigmas atribuídos historicamente pelo pensamento jurídico e da ordem econômica latifundiária e escravocrata. Assim, as lutas protagonizadas por ex-escravos ganham voz através dos movimentos sociais.

Na atualidade encontramos os “quilombos” no centro de intensos conflitos sociais, sendo percebidos como instrumentos de lutas e de constantes mobilizações políticas, que estão intimamente ligadas aos movimentos negros rurais, nesta perspectiva os “quilombos” em um contexto atual fazem menção ao domínio político organizativo, além de estarem diretamente ligados ao processo de afirmação das identidades étnicas, somadas as reivindicações por direitos sociais e de acesso à terra.

Ainda durante a primeira metade do século XX surgiram nos meios urbanos, grupos que encabeçavam as lutas por grupos negros, tendo em suas discussões centrais as questões de preconceito racial e o constante processo de marginalização a qual os grupos negros eram submetidos. Neste sentido, destacam o papel da Frente Negra Unificada (FNU), o fortalecimento da “imprensa negra” em São Paulo, e que mais na metade do século XX influenciaram nas Ações do Movimento Negro Unificado, além de intelectuais que retomaram a discussão a respeito dos quilombos, não como fenômeno do passado, mas buscando retomar as discussões a respeito da continuidade dos quilombos brasileiros.

Quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial. Repetimos que a sociedade quilombola representa uma etapa no progresso humano e sócio político em termos de igualitarismo econômico. (...) Como sistema

econômico o quilombismo tem sido a adequação ao meio brasileiro do comunitarismo e/ou ujamaísmo da tradição africana” (NASCIMENTO, 1980, p. 263).

Ao utilizar a categoria de “quilombismo” Abdias Nascimento (1980) faz menção ao *status* “econômico, social e político” dos quilombos brasileiros, para o autor os quilombos, eram respostas contrárias ao sistema capitalista, uma vez que nos antigos quilombos coloniais vigorava um sistema de “comunalismo/comunitarismo”. (NASCIMENTO, 1980).

O assunto concernente aos quilombos e das populações negras ganham maior força no Brasil a partir da década de 1980, quando encabeçados pelo MNU e por políticos como Abdias do Nascimento, em decorrência do fim do período de ditadura militar e da reabertura política, sendo uma pauta para a elaboração da nova constituição feral que viria ser promulgada em 1988.

A elaboração da Constituição de 1988, em especial o seu artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), representou uma grande vitória para os movimentos negros, em suas diferentes frentes de luta, tanto no campos como nas cidades, uma vez que incluiu em sua proposta o reconhecimento do Brasil como sendo um Estado pluriétnico, além de promover o “reaparecimento” das comunidades quilombolas a partir das vias legais. “Aos *remanescentes das comunidades dos quilombos* que estejam ocupando suas terras é reconhecido a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988, p, 159)⁴¹.

A Constituição de 1988 e o Artigo 68 trazem à tona, no que concerne à dimensão fundiária, a necessidade de que o Estado Brasileiro reconheça outros usos territoriais, para além da terra privada. O Artigo 68, bem como o Artigo 231 referente aos povos indígenas, atribui um status especial na legislação para territórios que se constituem em outra perspectiva, uma vez que o uso da terra no Brasil é bastante heterogêneo (SOUZA, 2008, p. 52).

Um dos pontos importantes para análise são as novas concepções que a Constituição Federal de 1988 faz acerca da terra, sendo esta agora entendida não apenas com fins privados, pois também passou a reconhecer que existem outras formas e usos distintos da terra para além da lógica capitalista de terra privada. É nesta perspectiva que se incluiu a proposta para o reconhecimento das terras de remanescentes quilombolas, como ganho das lutas travadas ao longo de vários

⁴¹ Grifo Nosso.

períodos da história, por movimentos liderados pelos próprios cativos somados à força e ação de diversos outros segmentos sociais, “também em vários contextos, os quilombolas se articularam com lutas e movimentos sociais locais, ampliando os sentidos políticos das suas próprias lutas” (GOMES, 2005, p. 458).

A constituição Federal de 1988 em seu artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, além de trazer visibilidade legal aos “quilombos”, ele atribui uma nova definição jurídica e conceitual, ao apresentar esses agrupamentos como “remanescentes das comunidades dos quilombos”.

Quilombo tem novos significados na literatura especializada, também para grupos, indivíduos e organizações. Ainda que tenha conteúdo histórico, vem sendo ressemantizado para designar a situação presente dos segmentos negros em regiões e contextos do Brasil. Quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de população estritamente homogênea. Nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados. Sobretudo consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e na reprodução de modos de vida característicos e na consolidação de território próprio. A identidade desses grupos não se define por tamanho nem número de membros, mas por experiência vivida e versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade como grupo. Constituem grupos étnicos conceituados pela antropologia como tipo organizacional que confere pertencimento por normas e meios de afiliação ou exclusão (ABA, 1994, p.1).

É a partir da CF de 1988 e do artigo 68 do ADCT é que novas interpretações sobre os “quilombos” foram sendo apresentadas, uma vez que buscava-se ainda vestígios da vida dos ex-assenzalados nesses espaços.

Comunidade negra rural habitada por descendentes de africanos escravizados, com laços de parentesco. A maioria vive de culturas de subsistência, em terra doada, comprada ou secularmente ocupada. Valoriza tradições culturais de antepassados (religiosas ou não) e as recria no presente. Possui história comum, normas de pertencimento explícitas, consciência étnica (MOURA, 2006, p. 330).

Ainda sob a ressignificação do quilombo, Decreto nº 4887, de 20 de Novembro de 2003, interpretou-se que:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.⁴²

⁴² Decreto nº 4887, de 20 de Novembro de 2003, Art. 2o.

A garantia dada as comunidades negras com relação ao direito, ao reconhecimento, demarcação e titulação das terras já ocupadas, mostra-se um ganho adquirido a partir de anos de luta. Outro fator importante a ser destacado do artigo 68 foi o novo termo utilizado a estes agrupamentos “remanescentes das comunidades quilombolas”.

Durante o processo constituinte, nem uma única discussão foi registrada nos anais do Congresso sobre o futuro Art. 68 do ADCT. Incluído inicialmente em uma das propostas sobre a proteção do patrimônio cultural brasileiro, a proposição de titulação das terras dos remanescentes de Comunidades de quilombos foi deslocada para o ADCT devido à sua própria natureza transitória (...) A primeira menção que se faz ao assunto no Congresso, já posterior à Constituinte, foi em 1991, em um discurso do Deputado Alcides Modesto (PT-BA) sobre o conflito fundiário na região do Rio das Rãs. (OLIVEIRA Jr., 1996: 224-225)

Conforme dito na citação anterior, falar em remanescente quilombola é também falar de autoafirmação e isso não é algo material, é uma condição. Os indivíduos passam por um processo de reconhecimento a partir do momento que se aproximam e se identificam com alguma causa, e aqui, especificamente, a luta de homens e mulheres negros, na busca de inserção social, além de contribuir sistematicamente para a desconstrução daquilo que foi reproduzido pelo senso comum sobre os quilombos ou a prática de se aquilombarem.

As questões de identidade e autoreconhecimento, serão discutidas com mais afinco no segundo capítulo desta pesquisa, buscando identificar quais elementos provocam em alguns indivíduos de Helvécia, situações conflituosas no que se refere a sua autodefinição étnica.

2.3 Formação do distrito de Helvécia

A comunidade negra rural de Helvécia, está localizada no extremo Sul da Bahia, sendo pertencente ao município de Nova Viçosa, encontra-se a 958 km de Salvador tendo a BR 418 e a BR 101 como suas principais vias de acesso. Segundo dados preliminares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes à elaboração do censo de 2010 a população total do distrito de Helvécia era de 3.741 habitantes.

O município de Nova Viçosa originou-se da antiga Vila Viçosa, criada em 1768 como consequência dos projetos da política joanina que destinava-se a expansão e ocupação das extensas terras na colônia, e executada durante o período pombalino, na antiga capitania de Porto Seguro, nas proximidades do rio Peruípe, tendo originado-se do então arraial de Campinhos.

Antes de se constituir como um movimento efetivo de povoamento, a criação das novas vilas na capitania de Porto Seguro se instituiu, na verdade, como uma política de consolidação e institucionalização da ocupação territorial pré-existente. (CANCELA, 2012, p. 162).

Na atualidade Helvécia encontra-se localizada na região que durante o século XIX integrou as faixas de terras pertencentes a Colônia Leopoldina. Foi a partir das margens do rio Peruípe, localizado a doze léguas acima da antiga Vila Viçosa, na então comarca de Caravelas, no Sul da Província da Bahia, que se formou a Colônia Leopoldina, constituída a partir da doação de cinco sesmarias de mata Atlântica a colonos europeus de outras nacionalidades que não portuguesa. “Em 1938, a localidade passou a denominar-se Distrito de Helvécia, no atual município de Viçosa, onde ainda existem descendentes e remanescentes destes imigrantes pioneiros” (MÜLLER, 2010, p. 1).

A história da comunidade remanescente quilombola de Helvécia é construída principalmente através da oralidade, amparados principalmente pela memória. Através desta, tradições, práticas, fazeres culturais foram mantidos e reformulados ao longo do tempo. No que diz respeito a memória, Bergson (1999, p 32) diz que ela [a memória] tem por finalidade primeira chamar todas as percepções passadas equivalentes a uma percepção do/no presente, rememorar o que antecedeu e o que seguiu, indicando assim a decisão mais coerente ao momento.

As memórias tecidas por moradores de Helvécia, direcionaram o andamento da pesquisa, uma vez que foi por meio desta, enquanto objeto de análise que foi possível uma maior interação dentro da comunidade a fim de buscar uma compreensão do processo de organização do distrito de Helvécia como comunidade remanescente quilombola.

Assim sendo, através do ato de lembrar e rememorar é que foi possível tecer as teias de informações a respeito da comunidade negra rural de Helvécia, sendo dessa maneira possível vislumbrar qual a Helvécia que permeia na memória dos seus moradores. Neste sentido, Oliveira (2005), aponta que nestas comunidades

tradicionais, a memória é sempre acionada como uma espécie de alerta, ou como ferramenta eficaz na manutenção da unidade do grupo.

As narrativas orais servem, dentre outros empregos fundamentais, para armazenar e transmitir informações acerca da realidade circundante, bem como contribui para o conhecimento da experiência humana e a apreensão do cotidiano. São veículos de sociabilidade das experiências individuais compartilhadas e socialmente admitidas (ABREU, 2014, p. 22).

Os relatos orais, constituem-se neste sentido como importantes fontes históricas, contribuindo para uma (re)constituição do passado no tempo presente, ou como aponta Abreu (2014, p. 22) “a memória transmitida oralmente traduz-se em presença real”. Assim sendo, os relatos orais, sob o prisma de fonte histórica, requerem os mesmos cuidados exigidos no trato com as fontes documentais. A respeito dessa construção Marc Bloch sinaliza que

A diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele. É curioso constatar o quão imperfeitamente as pessoas alheias a nosso trabalho avaliam a extensão dessas possibilidades. É que continuam a se aferrar a uma ideia obsoleta de nossa ciência: a do tempo em que não se sabia ler senão os testemunhos voluntários. Criticando a “história tradicional” por deixar na penumbra fenômenos consideráveis”, porém “prestes de consequências, mais capazes de modificar a vida futura do que todos os acontecimentos políticos” [...] tenha paciência. A história ainda não é tal como deveria ser. Não é uma razão para imputar à história tal como pode ser escrita o peso de erros que só pertencem a história mal compreendida. (BLOCH, 2001 pp. 79-0)

Os testemunhos tecidos por moradores e moradoras da comunidade negra rural de Helvécia, dão substancialidade a pesquisa, e contribuem para a reelaboração dessa memória. As narrativas materializam as ações dos homens que compuseram a história de Helvécia, um misto de passado no presente, sempre bem alinhavado pela memória, e de forma alguma devem ser descartadas, ou colocadas em descredito. A oralidade é a forma de manter as memórias dos grupos sempre vivas, fazendo assim, com que aqueles que embora não tenham presenciado determinados acontecimentos, sintam-se também pertencentes a essa memória.

Para Le Goff (1990, p,423)

Memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.

Le Goff aponta que a memória torna-se uma propriedade para os indivíduos, e estas memórias aparecerão quando e da maneira que julgarem necessárias, desta

forma nota-se que os indivíduos exaltam determinados acontecimentos em detrimento de outros. O que é importante ser dito? O que merece ser evocado pela memória? Entendendo que a memória toma um caráter de construção, e passa por um constante processo de reelaboração.

A memória evocada por moradores de comunidades que baseiam-se principalmente na oralidade, constitui-se em um elemento de grande importância para o levantamento histórico do espaço por eles são ocupado. Uma vez que a memória possibilita a reconstrução de fatos históricos no seio destas comunidades.

Neste sentido, é importante ressaltar que a memória a qual referimo-nos não trata-se apenas de uma atividade que permeia o campo das faculdades físicas e mentais dos indivíduos, mas sim as interações sociais, sofridas pelos indivíduos ao longo do tempo, nas suas relações de sociabilidade. Dessa maneira, trata-se de uma memória utilizada também como categoria de análise no campo das ciências sociais.

Neste texto, cabe a apropriação, daquilo que foi intitulado por Maurice Halbwachs (2013) como “memória coletiva”. Em Halbwachs a memória é um processo de (re)construção, e essa (re)construção nunca é uma ação puramente individual, encontra-se imbricadas em um tecido social, sofrendo fortes influências dos grupos.

Assim sendo, Maurice Halbwachs traça as definições de dois aspectos da memória a saber: “memória individual” e “memória coletiva”. A primeira está diretamente associada a segunda, uma vez que para ele não existe memória individual sem a coexistência de uma memória coletiva, ou ainda, para ele “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”, neste sentido podemos compreender a memória individual, como sendo fruto de uma coletividade, da ação e da influência sofrida por um indivíduo inserido dentro de um grupo.

Essa memória coletiva, que é evocada por determinado grupo e que está entrelaçada ao tecido social dessas pessoas, nem sempre foi vivida ou experimentada por todos, ou ainda, mesmo que estas memórias sejam “individuais” elas nunca pertencem unicamente a quem a evocou, uma vez que as lembranças não são pontos isolados dentro de um grupo, e embora não tenha que ser necessariamente vivenciada por cada indivíduo, contudo, não necessita de “testemunhos”, “confirmar ou recordar uma lembrança, não são necessários

testemunhos no sentido literal da palavra, ou seja, indivíduos presentes sob uma forma material e sensível” (HALBWACHS, 2013, p. 31).

Assim sendo para Halbwachs (2013), a memória nunca deve ser isolada, ela precisa estar em alinhamento com os demais membros do grupo, uma vez que são as conexões que a memória proporciona que irão gerar o tecido social do grupo.

Não basta reconstituir pedaço por pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstituição funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa, o que será possível se somente tiverem feito e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo (HALBWACHS, 2013, p. 39).

Segundo Halbwachs (2013) Para que nossa memória seja beneficiada pela dos outros componentes do grupo, não basta apenas que eles forneçam seus testemunhos, é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja pontos satisfatórios de contato entre ela e as demais para que a lembrança que os outros nos apresentam possam ser reconstruída sobre uma base comum.

No que se refere a memória coletiva, Le Goff, sinalizará que:

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória (LE GOFF, 2013, p.435).

Nesta perspectiva, nota-se que a memória, como também foi elencado por Pollak (1982), torna-se um elemento de disputa, principalmente na transposição da memória mantida na oralidade para a transcrição, ou documentação dessas memórias, concebendo-as de forma coletiva.

Assim, a história oral representa a realidade com as respectivas diferenças, explora as relações entre memória e história, coloca em evidência a construção dos atores de sua própria identidade, reconhece que as lembranças são artes do indivíduo e redimensiona as relações entre passado e presente, ao perceber que o passado é construído segundo as necessidades do presente, chamando a atenção para os usos políticos do passado (LUCENA, 1999, p, 22).

O indivíduo conceberá aquilo que representa como passado a partir das necessidades do presente. Além de compreender que no seu percurso histórico as

peças se configuram enquanto agentes políticos. Neste sentido a memória se comporta também como agente político, uma vez que aquilo que é lembrado passa por um processo de filtragem, ou seja, o locutor da memória/lembrança só fará questão de verbalizar aquilo que julgar importante ou necessário, ou como afirmou Pollak (1992) a memória é seletiva.

Michael Pollak (1989) ao analisar as questões referentes a memória, salienta que, quando a memória coletiva é analisada por Maurice Halbwachs, ele enfatiza a força dos diferentes pontos de referência, que estabelecem a nossa memória e que a coloca no seio de uma memória coletiva na qual se torna pertencente. Dentre toda esta estruturação da memória, conclui-se também aquilo que fora proposto por Pierre Nora “lugares de memória”, onde os grupos deixam registradas suas impressões, o que resultara na sua memória coletiva.

Pollak (1989 e 1992) aponta que essa memória é estruturada com suas hierarquias e classificações, memória que no passo que define o que é comum a um grupo, e determina os pontos de diferenças com outros grupos, possibilitando desta maneira a fundamentação e um reforço do sentimento de pertencimento, além da conservação das fronteiras sócio-culturais, ou ainda em uma perspectiva durkheimiana, sinaliza que o destaque é dado à força quase institucional dessa memória coletiva, à duração, à continuidade e à estabilidade.

Para Halbwachs, não é adequado perceber essa “memória coletiva” como sendo uma imposição, ou uma forma particular de dominação ou mesmo como uma violência simbólica, ao contrário, ele aguça as funções positivas exercidas pela memória comum, de avigorar a coesão social, não pela coerção, mas sim pela aderência afetiva ao grupo. No que se refere aos estudos das tradições europeias do século XIX, o autor sinaliza que, a ideia de nação constitui a forma mais aperfeiçoada de um grupo, assim sendo, a memória nacional, configura-se como a forma mais completa de uma memória coletiva. Por variados momentos Maurice Halbwachs, sinaliza não apenas a seletividade da memória, mas também o processo no qual chamará de “negociação”, principalmente quando se refere a tentativa de promover uma conciliação entre aquilo que é individual e coletivo. (POLLAK, 1989)

A respeito das questões relacionadas ao estudo da memória e da importância das abordagens feitas com o uso história oral Pollak (1989) aponta que de certo modo ao privilegiarmos uma análise daqueles que foram historicamente excluídos, dos grupos marginalizados e das minorias, suscitamos a partir da história oral aquilo

que ele considerou como “memórias subterrâneas”. As memórias subterrâneas apresentam-se como parte integrante do grupo, e são conservadas pelas culturas minoritárias ou das ditas comunidades “dominadas”. Esse tipo de cultura, normalmente se opõem aquilo que em determinado momento é estabelecido como a “memória oficial” do grupo, ou da considerada “memória nacional”. Assim sendo, retomamos o que foi sinalizado por Halbwachs (2013) ao apontar que a memória só é considerada coletiva, ou neste caso mais especificamente, ela só pode ser considerada uma “memória nacional”, caso essas lembranças apresentem pontos comuns para todos os membros do grupo (nação).

A partir de pontos diversos, a abordagem metodológica que via a revitalização da memória das minorias, diferencia-se da ideia de Maurice Halbwachs, uma vez que este acredita estarem estas memórias soterradas por aquilo que fora colocado como memória coletiva nacional. Em contrapartida, essas “memórias subterrâneas” que continuam seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa, neste sentido, na maioria das vezes os objetos de análises são escolhidos de preferência onde existem conflitos e competições em torno da memória, aquilo que é estabelecido como oficial e aquilo que até determinado momento encontrava-se soterrado (POLLAK, 1989 e 1992)

Ainda sobre as ditas memórias subterrâneas as quais Michael Pollak fez menção, constata-se também a sobrevivência destas durante muito tempo, tornando-se em certa medida lembranças traumatizantes, que aguardam por longos anos até que surja o momento oportuno para serem expressadas. Lembranças estas que permaneceram confinadas durante muito tempo no silêncio, e que outrora eram transmitidas unicamente pela tradição oral. Esse silêncio está longe de promover o esquecimento, ele é antes uma prática de resistência em que alguns grupos se utilizam para se opor aquilo que é posto como discurso oficial. (POLLAK, 1992).

Em contrapartida, existem nas lembranças regiões de sombra, silêncios, coisas não ditas. As fronteiras desses silêncios e “não ditos” com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncios, mas também de menções e metáforas, são também arquitetadas pela tristeza de não encontrar alguém para escutar. (POLLAK, 1992).

As barreiras existentes entre aquilo que é dizível ou indizível, o confessável e o inconfessável, separa aquilo que é memória coletiva subterrânea da sociedade civil ou de grupos específicos, de uma memória coletiva mais organizada, sendo aquilo que uma sociedade majoritariamente deseja expor e impor. De acordo as circunstancias acontece à manifestação de certas lembranças, de modo a deformar ou reinterpretar o passado. (POLLAK, 1992).

Assim também, há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. E essas constatações se se aplicam a toda forma de memória, individual e coletiva, familiar, nacional e de pequenos grupos. Desta maneira existe uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. (POLLAK, 1992).

Todo o trabalho de enquadramento da memória alimenta-se do material que lhe é fornecido pela história, esse material é então analisado, interpretado e então integrado a diversas outras referências sua preocupação não é de apenas manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las. No entanto as instituições se estabelecem a partir das imagens que forjaram de si, de modo que não podem romper com isso brutalmente, mas podem buscar novas imagens a partir das reinterpretações do passado individual de sua organização.

Nesse sentido as memórias que constroem o panorama histórico de Helvécia, surgem tal como foi proposto por Halbwachs como fruto de uma coletividade, sendo possível perceber na fala dos seus moradores pontos em comum. Isso reflete a forma como essa memória enquanto construto social foi elaborada e reelaborada, criada e recriada nesta comunidade, entendendo que para o referido autor “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”.

Para a construção deste panorama, fizemos uso das narrativas orais, estas amparadas em outros trabalhos bibliográficos contribuíram para compreendermos a Helvécia que é então apresentada nesse texto. A respeito das contribuições orais destacamos que “a fonte oral sugere mais que afirma, caminha em curvas e desvios obrigando a uma interpretação sutil e rigorosa” (BOSI, 2003, p. 20). Perceber neste sentido o que a memória em disputa queria ressaltar, buscando ler até mesmo os silêncios, o não dito.

Em Helvécia as narrativas apresentam-se equipadas sempre em três momentos: Colônia Leopoldina, Estrada de ferro Bahia e Minas, Comunidade remanescente quilombola.

O Sr. Zé da Paz, morador da comunidade de Helvécia a 49 anos, formado em Técnicas agrícolas, ex-vereador pelo distrito de Helvécia, atualmente é coordenador do museu de Helvécia, lugar onde encontra-se depositados instrumentos de trabalho utilizados pelo trabalhador escravizado, lapides de antigos colonos e escravos, materiais de cerâmicas que datam da época da colônia Leopoldina, ao iniciar sua fala a respeito das suas vivências no distrito, optou e iniciar sua narrativa a partir da história da Colônia Leopoldina, portanto ele evidenciou que:

[...] Então nós tivemos a Colônia de Helvécia, nós tivemos a Colônia do Morro da Glória, nós tivemos a Colônia do Eunípio, nós tivemos a Colônia do Maquinista e nós tivemos a Colônia de Volta Miúda, entendeu? Ai veio a família Schtz, alemã; a família Medici, alemã, entendeu? Essas famílias vieram pra cá, e a família cru, também é alemã. Até hoje tem gente dessa família aqui, tem a família Schtz, a família Medici e a família Cru. Então esse colonizador ele tinha uma senzala aqui, e os negros viam da África, eles viam pelo mar até o Porto de Santa Luzia, que é no município de Caravelas, do Porto de Santa Luzia, eles pegavam uma barca e vinha de canoa até o Peruípe aqui na ponte. Ai daí pra cá eles subiam a pé, entendeu? Ai Helvécia teve três nomes, Helvétia, porque o colonizador nasceu em Helvétia, lá na Suíça, Colônia Leopoldina, porque na época Dom Pedro era o imperador e o governador mor Tomé de Souza da Capitania de Salvador, resolveu homenagear ele, colocou o nome da esposa dele que era Leopoldina, né? Ai botou o nome de Colônia Leopoldina, ai falaram vamos colocar no português logo que fica melhor, Helvécia. E Helvécia tá até hoje. Com essa beleza que você tá vendo aqui, rica em cultura, rica em... nós temos aqui o Bate Barriga, nós temos o samba de viola, nós temos capoeira, nós temos maculêlê, entendeu? Nós temos isso aqui tudo⁴³.

Do mesmo modo ao ser inquerido a respeito da história de Helvécia, o Sr. Manoel Peixoto, residente da comunidade desde a década de 1940, comerciante na localidade e também ex-vereador, inicia sua narrativa não a partir do momento em que o mesmo se mudou com a família para a referida localidade, e sim a partir da composição da região sob o aspecto de fazendas integrantes à Colônia Leopoldina.

[...], essa faixa de terra, logo primeira, ele era português, depois, logo a segunda doado para alemães, depois pelo que a gente pode constatar para francês, depois pegou uma faixa para suíços, entendeu?. Essa cada uma faixa que eu falo é uma sesmaria, suíços, e essa faixa de terra suíça, é justamente a que pegou essa faixa aqui que é Helvécia. Helvécia ficou aqui dentro dessa faixa.⁴⁴

Ao narrar sobre a composição étnica dos ocupantes das sesmarias doadas pelo governo português aos estrangeiros europeus, o Sr. Zé da Paz e o Sr. Manoel Peixoto evidenciaram que o atual distrito de Helvécia está situado na extensão de

⁴³ Entrevista concedida pelo Sr. Zé da Paz ao autor da dissertação no dia 20 de Fevereiro de 2018.

⁴⁴ Entrevista concedida ao autor pelo sr. Manoel Peixoto em 13 março 2016, no distrito de Helvécia Bahia.

terras que fora doada aos suíços, e essa afirmativa se fez presente repetidas vezes durante as entrevistas, revelando talvez o desejo de informar a importância histórica do espaço no qual residem. “Então Helvécia faz parte da Colônia Leopoldina, e toda essa faixa, a faixa toda ficou chamada Leopoldina⁴⁵”.

As informações a respeito da composição e nacionalidade daqueles que formaram a colônia Leopoldina, fazem-se presentes também nas memórias tecidas pela Senhora Faustina, mulher que se autodeclara negra, funcionária pública municipal, 65 anos de idade e residente do distrito de Helvécia desde o seu nascimento. Quando inquerida a falar sobre a História de Helvécia a mesma ressalta que:

[...] agora como aqui você vê que já teve gente da Suíça, alémã tudo que já morou aqui, inclusive não tem ano que morreu uma que é da família dos alemão, Suíça esses canto. Então tem pessoas de cor (...) quer dizer tem pessoas claras e tem pessoas negras, e eu tenho maior orgulho dessa cor⁴⁶.

A entrevistada acrescenta ainda que:

[...] eu conheço, porque desde de pequena já cresci dançando acompanhando meus pais que faziam estas festas da época do quilombo, então isso veio de geração a geração, você vê que se meus pais aprendeu é pelos meus avós, se meus avós aprendeu é pelos meus tataravós que já foi bem no tempo do cativoiro né⁴⁷?

A partir dessa narrativa, da Sra. Faustina nota-se aquilo que foi apresentado por Michael Pollak (1992, p. 201) como “memória herdada”, e essa memória do que foi, do que aconteceu e que foi repassada unicamente através da oralidade atravessando as gerações, como afirmou a mesma “isso veio de geração a geração”. Neste sentido para a entrevistada, essa memória é evocada e perpetuada para ela através das manifestações culturais e as práticas de sociabilidade existentes na comunidade.

Essa memória não é fruto de uma exclusividade familiar, “é de geração para geração, eu aprendi algo com meus pais, meus avós sentavam contavam história como é que era antigamente, história qual meus tataravós contavam para eles⁴⁸”.

⁴⁵ Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Manoel Peixoto em 13 março 2016, no distrito de Helvécia Bahia.

⁴⁶ Entrevista concedida ao autor pela Sra. Faustina em 14 de março de 2016, no distrito de Helvécia Bahia.

⁴⁷ Idem

⁴⁸ Entrevista concedida ao autor pela Sra. Faustina em 14 de março de 2016, no distrito de Helvécia Bahia.

Assim, desenha-se um quadro em que a memória apresenta-se como construção da coletividade, as impressões e assimilações que são absorvidas e (re)apropriadas ao longo dessa construção.

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes (POLACK, 1992, p. 201).

Com efeito, podemos analisar as narrativas dos moradores e moradoras de Helvécia, entendendo que a memória é antes de tudo construída através da coletividade do grupo, e como tal é também sujeita a flutuações, uma vez que estamos lidando diretamente com pessoas que embora elenquem pontos comuns neste construto social, são pessoas que por vezes divergem quanto aquilo que “deve ser lembrado”, “a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento” (NORA, 1993, p. 9).

[...] a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando, todas, pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção (LE GOFF, 1994, p. 469).

Essa construção e imposição é percebida nas ações desenvolvidas pelos moradores e moradoras de Helvécia, o fato de narrarem suas histórias sempre pautadas nos aspectos do passado da comunidade, e aqui referimos ao fato de as terras do atual distrito de Helvécia estarem nas localidades que integravam a colônia Leopoldina, indicando que o “resgate” da memória no tempo presente é imprescindível para a legitimação da importância que os mesmos desejam atribuir a história do lugar, no entanto “a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas censura ou projeções” (NORA, 1993, p. 9).

Dito de outra maneira, o cenário encontrado em Helvécia se aproxima dos estudos de Montenegro (2007), onde se atesta a potencialidade dos relatos orais. Para o autor:

Foi a partir desses depoimentos que pudemos compreender, um pouco, quais histórias a população tem, de forma consciente, preservadas em sua

memória. Por outro lado, é nessa senda que se descortinam as diversas histórias, apesar do esforço constante de alguns grupos em apresentarem sua versão como verdadeira, única, totalizante (MONTENEGRO, 2007, p. 15).

Por conseguinte, temos que o distrito de Helvécia ou mesmo a comunidade negra rural de Helvécia, tal como está posta na atualidade oferecem para aqueles que se dispõem a tecer discussões sobre a localidade uma gama de perspectivas a serem analisadas. As narrativas feitas por alguns moradores possibilita-nos lançar olhares sobre as muitas fissuras existentes no âmbito do lugar. O distrito hoje é reconhecido pela Fundação Cultural Palmares como comunidade remanescente quilombola, e este processo que de certa maneira movimenta as memórias e coloca esta como um instrumento em constante disputa.

Ao sinalizar a importância de se trabalhar com essas comunidades, Maiza Messias Gomes sinaliza que:

Nestas comunidades, as atividades cotidianas são reproduzidas ao longo das gerações, ainda que os costumes e as tradições sejam renovados e modificados com o passar dos anos. As tradições chegam às novas gerações por meio da oralidade, das memórias, das histórias e das narrativas dos velhos (2018, p. 74).

É a partir de todos estes pressupostos, que destacamos a importância que a memória exerce para essas comunidades tradicionais, uma vez que na maior parte dos casos, referem-se a comunidades que em sua gênese eram iletradas, possuindo assim uma forte tradição oral. O dito, o experimentado, o vivenciado pelos mais velhos norteiam a composição da história dos lugares, lugares onde a memória está alojada nas feitura cotidianas, nas festas populares, nas músicas, e imprimem com isso as identidades dos seus moradores.

3. RECONHECIMENTO QUILOMBOLA E OS DILEMAS EM TORNO DA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA

3.1 Os tempos áureos da estrada de ferro: Organização social

As últimas décadas do século XIX e início do século XX foram marcadas por sucessivas alterações nos meios sociais, quer sejam nas modificações das formas de trabalho, quer seja pelos pensamentos de inovação e de anseio pelo “novo” e tão esperado progresso da modernização.

No cenário de tais anseios e aspirações modernizadoras, histórias se cruzam, e estas histórias marcariam lugares muito bem delimitados geograficamente. No distrito de Helvécia esse fragmento de “modernização” é constantemente percebido através da memória que alguns moradores fizeram questão de evocar. Estamos nos referindo principalmente ao que é orgulhosamente apontado pelos seus moradores como o maior símbolo histórico do distrito, o prédio da antiga estação de trem erguido em 1897, que compunha um dos trechos de passagem da Estrada de Ferro Bahia e Minas (EFBM).

Figura 2: Prédio da antiga estação de trem da Estrada de Ferro Bahia e Minas



Fonte: Fotografia feita pelo autor da dissertação. Fevereiro de 2018

A princípio é importante compreendermos de que maneira o projeto da EFBM (1878-1966) delineou o que hoje conhecemos como o distrito de Helvécia, e de que maneira este projeto interferiria na organização social dos espaços anteriormente “desconexos”. A estrada de Ferro Bahia e Minas surge como fruto do desejo do político liberal e então deputado Teófilo Benedito Otoni da província de Minas Gerais. Sua aspiração era ligar a região Norte-Nordeste de Minas ao Sul da província da Bahia, uma vez que poderia contar com os portos de Caravelas, São Mateus para um rápido escoamento de seus produtos e também para a importação daquilo que fosse necessário para a manutenção e subsistência dos moradores daquela região (GIFFONI, 2006).

O plano de construção de uma estrada de ferro que ligasse o Norte-Nordeste de Minas ao Sul da província da Bahia, contagiava também o imaginário dos políticos baianos. É importante ressaltar que durante todo o século XIX os presidentes da província da Bahia buscavam inserir-se nos projetos modernizadores, intencionando retomarem seus impulsos econômicos que ficaram ainda mais devassados com o vultoso impulso da economia cafeeira na região Sudeste.

Em 1879, o Sr. Dr. Antônio de Araújo de Aragão Bulcão, então presidente da província da Bahia, posicionou-se dizendo que:

A estrada de que vos falo, partindo de Caravelas, porá em fácil comunicação o sul da nossa província com o Norte da de Minas. Será incontestavelmente uma das mais importantes, e o seu custo ver-se há em poucos anos resgatado, deixando ainda não pequena fonte de renda.⁴⁹

A ideia de progresso e modernização que permeava o imaginário dos presidentes e representantes políticos das províncias da Bahia e de Minas, teve como foco as regiões Nordeste de Minas e Sul da Bahia. A estrada de ferro, o transporte por meio dos trens, configurava nas últimas décadas do século XIX um dos maiores símbolos da “modernização” na sociedade brasileira (GIFFONI, 2006). Essa ideia figura ainda hoje o imaginário dos moradores da então comunidade de Helvécia. É impossível desassociar as três dimensões da memória que compõem a

⁴⁹ Benedito P. Ralile. Monografia histórica de Caravelas. Salvador: Tipografia São Miguel, 1949, p.60, apud GOMES, 2009, p. 73.

história de Helvécia: Colônia Leopoldina; Estrada de Ferro Bahia e Minas; Comunidade remanescente quilombola.

As três dimensões da memória da comunidade de Helvécia, apresentam sempre correlacionados. Isso fica evidenciado na entrevista concedida pelo Sr. Manoel Peixoto, o mesmo indica que:

[...] esta estação ai **[Apontando para a estação]**, que hoje é... **É uma estação ferroviária, aqui passava estrada de ferro**, e ai era estação ferroviária, a estrada de ferro passava por aqui, e passava aqui, direto aqui até Araçuaí, **saia de Ponta de Areia e Araçuaí**, né, aqui, a Bahia vai até Argolo e depois de Argolo já tem a divisa com minas, então a maior parte dela era minas, até hoje, que essa estrada ela foi uma das estradas que o Teófilo Otoni, ele foi um dos... das pessoas que se interessaram, achou que deveriam fazer a estrada de ferro aqui para comunicar minas, mas a intenção dele não era bem ligar minas, a intenção dele era depois de fazer a estrada eles, Minas tomar esta região, até um certo tempo ai eles queriam insistir, reivindicando uma faixa de terra aqui para levar minas ao porto, que seria o porto de Caravelas. Então o interesse da estrada saiu mais lá de minas lá, com essa intenção de (...) fazer essa faixa de terra aqui.⁵⁰

Em Helvécia nem mesmo os silêncios são mudos, como o Senhor Manoel Peixoto mora em frente ao prédio da antiga estação da linha férrea, a entrevista foi realizada nos bancos da praça, espaço de sociabilidade da comunidade, e durante todo a conversa, o entrevistado fazia também uso da linguagem corporal, indicando o local em que os trilhos passavam, onde eles se “reforçavam”, e de que maneira a comunidade se organizou no entorno da antiga estação.

Bom, e no fazer a estrada de ferro, Helvécia se tornou um ponto estratégico, da estrada de ferro, porque a estrada de ferro vinha até aqui com menos ladeira (...) e não sei porque aqui [indicando com as mãos] vinha uns trilhos mais reforçados daqui pra lá, daqui para ponta de areia a estrada de ferro era bem mais sinuosa, cheia de curvas e tudo mais, e muita ladeirada, geograficamente era muito mais difícil, para levar as mercadorias que eles mandavam de minas para os porto de ponta de areia, que a maioria da mercadoria que vinha propriamente dito era só madeira, aquelas toras enormes de madeira, todo dia o trem estava carregando mercadoria, aquelas toras de madeira. Aqui uma locomotiva vinha de minas, por exemplo, com dez planchas de toras. Chegava aqui, aqui tinha três desvios, tinha a estrada principal, outra que vinha aqui, e outra que vinha aqui, esse desvio era para eles deixar os excessos das planchas que eles traziam, porque eles traziam dez e daqui para lá, outra locomotiva pegava a metade... se eles traziam dez levava metade e deixava cinco para eles aqui, ia levando de cinco em cinco. **E aqui ficava mais, aqui ficava mais desvios, mais movimento de máquina, mais movimento da Bahia e Minas**, então exigiu mais ferroviários, então naquele tempo, praticamente não existia renda de nada e coisa nenhuma, então a maior renda que existia era de ocasião do ferroviário. E aqui criou um número bem maior de ferroviário do que outros lugares. E como aqui ele já fizeram, tanto assim

⁵⁰ Entrevista concedida ao autor pelo sr. Manoel Peixoto em 13 março 2016, no distrito de Helvécia Bahia. Grifo nosso.

que **aqui foi uma das estações melhores e mais bonita de todas da Bahia e Minas**, dentro das cidades pequenas, **essa era a principal**, melhor do que essa só tinha em Nanuque e ponta de areia e Teófilo Otoni, do resto, essa aqui era a quarta ou a quinta estação mais bem estruturada, entendeu? Era essa estação [Apontando para o prédio].⁵¹

Leio estas assertivas, como se o entrevistado fizesse questão de deixar evidenciado o período de maior “sucesso” do distrito de Helvécia que permeia suas memórias. Na sua fala não existia espaço para as mazelas do período, como a ausência de saneamento básico, escolas, até mesmo de moradias apropriadas, para o narrador era este período de florescência que merecia ser lembrado.

A família do Sr. Manoel Peixoto, migrou de caravelas para Helvécia na década de 40, o mesmo conta que o seu pai era balconista na antiga cidade, mas com a mudança o mesmo se converteu em dono do próprio comércio, uma vez que a maior circulação de pessoas se dava neste perímetro, que correspondia o Km 74 da EFBM, “então por isso aqui tornou-se um comércio, onde cresceu mais, onde tinha maior movimento, foi as custas da Bahia e Minas né. Se você vê aí a data é de 1897, já, é quando foi inaugurado esta estação, mas antes já havia maior movimento aqui”.⁵²

Não apenas o Sr. Manoel Peixoto, como outros moradores da comunidade, lembram do período mais “promissor” da localidade com saudosismo. “[...] Gente tempo da Bahia e Minas era outra coisa, não havia negócio de quilombola não [...]”.⁵³ Na narrativa da Sra. Toninha, é possível fazer importantes constatações, sua total saudade da EFBM e sua total negação do atual *status* que a comunidade possui “quilombola não”. Neste aspecto podemos notar que as histórias em Helvécia estão sempre indissociáveis, no entanto existem os pontos que merecem orgulho e saudade, e aqueles que os locutores julgam “desnecessários” e “vergonhosos”.

A locomotiva além de despertar os fatores da indústria, aproveitará as fontes da produção e aumentará a população em proporções imprevistas; a corrente de imigrantes encontrará nos caminhos de ferro o alvo por onde naturalmente irá precipitar-se.⁵⁴

⁵¹ Entrevista concedida ao autor pelo sr. Manoel Peixoto em 13 março 2016, no distrito de Helvécia Bahia. Grifo nosso.

⁵² Entrevista concedida ao autor pelo sr. Manoel Peixoto em 13 março 2016, no distrito de Helvécia Bahia.

⁵³ Entrevista concedida ao autor pelo sra. Toninha em 13 março 2016, no distrito de Helvécia Bahia

⁵⁴ MINAS GERAIS, Relatório da Província 1883, p. 74-75)

Essa é a parte da memória que salta na fala daqueles que se entusiasmam com o fato de o distrito ter tido seus momentos de maior crescimento durante a ativação da EFBM. A população da vila aumentou, o comércio chegou. As idas e vindas do trem de ferro movimentava a região. Era a possibilidade de escoar aquilo que era produzido, nas roças de mandioca, abacaxi e demais gêneros alimentícios, sendo o elemento responsável pela organização de muitos espaços ainda hoje existentes, como é o caso do distrito de Helvécia. Contudo, como a história é cíclica e de forma alguma estática, existiam pontos altos e baixos “[...] bom, teve os tempos bons e os tempos ruins, das vacas gordas e das vacas magras”⁵⁵ (GOMES, 2009).

Neste sentido, podemos inferir que a desativação da linha férrea da EFBM, simbolizou os tempos das “vacas magras” sinalizado na narrativa do Sr. Manoel Peixoto. É importante ressaltar que a desativação da EFBM está intrinsecamente ligada a construção da BR 101, tirando o “foco” de Helvécia e apontando os horizontes para os novos municípios que se erguiam as margens da rodovia.

É a partir deste contexto que temos a formação da comunidade de Helvécia, lugar marcado pelo trabalho de cultivo na terra, com uma população majoritariamente negra, oriunda das antigas comunidades de senzalas que atuavam como mão de obra cativa nas fazendas de café da extinta colônia Leopoldina.

É a partir deste contexto que membros da comunidade iniciaram um debate a respeito das latentes possibilidades de Helvécia ser reconhecida como comunidade remanescente quilombola, tendo em vista que não só a história mas os costumes preservados na comunidade se cruzam com costumes (re)criados por africanos e seus descendentes no Brasil.

3.2 “Helvécia nunca foi quilombo”: Rediscutindo o conceito de quilombo

Como visto nos tópicos anteriores tratar a respeito dos quilombos brasileiros na contemporaneidade está intimamente também ligado ao processo de discutir as mudanças pelas quais a conceituação e compreensão das conceituações de “quilombo” e “quilombola” receberam no bojo das discussões no cenário acadêmico e da política nacional.

⁵⁵ Entrevista concedida ao autor pelo sr. Manoel Peixoto em 13 março 2016, no distrito de Helvécia Bahia.

A compreensão dessas ressignificações torna-se ainda mais necessárias caso os leitores atribuam aos quilombos apenas aquilo que foi determinado em um primeiro momento pelo Conselho Ultramarino ao afirmarem que se tratava de “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”⁵⁶. Fazendo isso a definição e a compreensão do que foram os quilombos brasileiros estaria sob um crivo bastante estatizado, uma vez que deixaríamos de compreender de que maneira esse movimento que buscava garantia da liberdade se constituiu como o maior símbolo de luta dos escravizados contra os escravizadores, deixando assim de compreender as peculiaridades desse movimento em diferentes partes.

É sob a perspectiva da renovação conceitual do termo “quilombo” que se torna possível investigar os elementos que no tempo presente oportunizam a busca por reconhecimento quilombola por parte das comunidades negras rurais ou urbanas constituídas no período que seguiu a abolição da escravidão no Brasil, ao ingressarem na luta por reconhecimento e titulação das terras ocupadas por eles a partir da autoafirmação enquanto “remanescentes quilombolas”.

A respeito do termo remanescente quilombola Arruti (2006) nos informa que no At. 68 do ADCT da Constituição Federal de 1988 a expressão “remanescentes” aparece na intencionalidade de solucionar algumas questões quanto a continuidade ou descontinuidade dos quilombos e suas relações com o passado escravista brasileiro, como se em muitos casos “a descendência não parece [parecia] ser um laço suficiente” (ARRUTI, 2006, p. 81). Neste sentido quando referia-se as comunidades quilombolas que se formaram nos períodos subsequentes a abolição da escravidão, buscava-se também nesses espaços, evidências materiais que comprovassem que de fato se tratava de uma comunidade quilombola.

Os grupos quilombolas não precisam apresentar (e muitas vezes não apresentam) nenhuma relação com o que a historiografia convencional trata como quilombos. Os remanescentes de quilombos são grupos sociais que se mobilizam ou são mobilizados por organizações sociais, políticas, religiosas, sindicais etc. em torno do autoreconhecimento como um grupo específico e, conseqüentemente, busca-se a manutenção ou a reconquista da posse definitiva de sua territorialidade. Eles podem apresentar todas ou algumas das seguintes características: definição de um etnônimo, rituais ou religiosidades compartilhadas, origem ou ancestrais em comum, vínculo

⁵⁶ Quilombo era, segundo definição do rei de Portugal, em resposta à consulta do Conselho Ultramarino, datada de 2 de dezembro de 1740, “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (MOURA, 1987, p.11).

territorial longo, relações de parentesco generalizado, laços de simpatia, relações com a escravidão e, principalmente, uma ligação umbilical com seu território (GOMES e MARQUES, 2013, p, 142).

A partir dessa informação compreende-se que a partir da Constituição Federal de 1988 diferentes formas de se compreender a continuidade dos quilombos brasileiros tornaram-se possíveis. Neste aspecto deixa de valer apenas a compreensão de espaço que foi composto por negros fugidos, estendendo-se para que outros tipos de relação quer seja sanguínea, relação com a terra ou ancestralidade se fizessem presentes no bojo da compreensão a respeito do reconhecimento quilombola.

É sob este contexto, que tornou-se possível que diversas comunidades negras situadas nos espaços urbanos ou rurais, alcançassem a titulação legal das terras as quais ocupavam. Nesta perspectiva, encontramos o distrito de Helvécia, situado no Extremo Sul do Estado da Bahia, localizado nas terras que um dia foram pertencentes à Colônia Leopoldina, cuja composição étnica é constituída majoritariamente por homens e mulheres negros, onde no ano de 2002 iniciaram um processo que buscava a garantia da posse das terras por eles ocupadas, frente aos problemas enfrentados pela comunidade diante do crescente embate com empresas de celulose instaladas na região, tais movimentações culminariam posteriormente com o reconhecimento do distrito como comunidade remanescente quilombola.

Para tais compreensões recorreu-se ao uso da memória coletiva para um levantamento histórico de como a comunidade foi constituída e quais as relações que esta apresentava com aqueles que ocuparam o espaço onde se encontra na atualidade a comunidade ao longo de todo o século XIX. A respeito dessa memória Le Goff (1990, p. 423) salienta que:

Memória como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.

Dessa maneira, a memória constituiu-se o elemento norteador para a construção da história de Helvécia, o ato de lembrar, rememorar possibilitou que a partir da junção dos fatos, das lembranças, das memórias individuais ou coletivas fosse possível a compreensão de que Helvécia poderia ser reconhecida e titulada como uma comunidade remanescente quilombola. É importante ressaltar que a

memória que nos é cara nessa pesquisa não diz respeito unicamente as questões cognitivas e psíquicas mas antes de tudo um importante instrumento de construção social, que possibilita a compreensão de um grupo em um determinado tempo e espaço.

Quando inqueridos a respeito da ocupação do espaço que corresponde o distrito de Helvécia, os moradores buscam na memória coletiva as explicações, demonstrando que as terras historicamente ocupadas por eles é fruto de laços consanguíneos com os ex-cativos que habitavam nas fazendas de café da colônia Leopoldina.

A respeito da construção dessa territorialidade o Sr. José da Paz argumentou que:

Então Helvécia teve esses três nomes. E nós ficamos sabendo, nós não, eles, os negros, ficaram sabendo da libertação dos escravos depois de um ano. Que um padre veio celebrar uma missa e falou, na missa, a lei áurea, que assinou uma lei que libertou todos os escravos. Os brancos fugiram com medo de represaria, né? Largaram tudo, saíram da missa, largaram o padre sozinho e racharam fora. E ficou a comunidade que tomou conta de tudo. Por isso que Helvécia hoje é a comunidade que tem 96% de negro. Porque eu sou intruso, eu sou branco, mas sou intruso, não sou daqui, entendeu? E assim tem muitas pessoas também.⁵⁷

Corroborando com as informações o comerciante Manoel Peixoto destaca que:

E depois com a abolição da escravatura, eles até seguiram um pouco para frente, acompanhando o Rio do Norte, não sei o que... Certo, essa região toda. E como aqui era o principal comércio, então [...] eles vinham muito para aqui. Toda região aqui, desde Teixeira, para lá do Teixeira, para lá de Posto da Mata, ai o Rancho Alegre, e todas essas regiões ai abastecia aqui, então aqui se tornou um comercio principal, entendeu? Então aqui era o ponto convergente deles, dos pretos, porque também o povo que ficou foi eles, os brancos foram embora e ficaram os pretos, então aqui ficaram muitos pretos.⁵⁸

Na afirmativa dos senhores Zé da Paz e Manoel Peixoto ficam evidentes alguns elementos que foram transferidos ao longo do tempo através da oralidade e que foram substanciais na construção de uma memória coletiva no seio da comunidade de Helvécia, nota-se nas narrativas tecidas pelos dois entrevistados no tocante ao assunto que envolve a abolição da escravidão, o mesmo surge e é apresentado como um fato rápido e ou esporádico e não como algo processual,

⁵⁷ Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Zé da Paz em 20 de Fevereiro de 2018, no distrito de Helvécia, Bahia.

⁵⁸ Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Manoel Peixoto em 13 março 2016, no distrito de Helvécia Bahia.

como a própria historiografia brasileira nos indica, e antes disso sinaliza que a abolição se deu como benevolência de um grupo dominante e não como fruto das constantes tensões e movimentações promovidas pelos cativos da Colônia Leopoldina.

A respeito dessa sublevações de escravos nas fazendas que compunham a colônia Leopoldina, Carmo (2010) aponta-nos alguns acontecimentos, dentre eles, a sublevação de escravos que aconteceu na fazenda do vice-cônsul da Suíça no Brasil no ano de 1882.

Em cinco de dezembro de 1882, o Conselheiro Pedro Luiz Pereira de Souza recebeu um telegrama da estação do Peruípe comunicando que os escravos da Fazenda Monte Christo “tinham dado dois tiros no feitor da mesma fazenda; e que esses escravos, em número de 200, estavam revoltados, receiando-se graves acontecimentos com a sublevação de outros das demais fazendas”. O mesmo conselheiro providenciou que uma força policial fosse enviada à fazenda para prender os diversos escravos que estavam armados e haviam-se recusado ao trabalho alegando serem maltratados por seus senhores. Nove escravos foram recolhidos à cadeia de Villa Viçosa, acusados de liderar a revolta (CARMO, 2010, pp. 71-72).

Essas sublevações escravas ocorridas na Leopoldina, aconteceram durante todo o período de existência da mesma, revelando que a população cativa, das regiões mais afastadas dos grandes centros produtivos, como era o caso do Sul da província da Bahia, não estavam alheios e nem tão pouco acomodados, quanto a luta pela liberdade, que seja de forma individual ou coletiva.

Um segundo elemento evidenciado pelas narrativas dos senhores Zé da Paz e Manoel Peixoto é o fato de que os proprietários das fazendas da Colônia Leopoldina, tendo em vista a perda da força dos trabalhadores escravizados em suas fazendas abandonaram as terras pois não viam motivos para permanecerem na região. Por fim a falas indicam que os que ficaram na região das antigas fazendas da Leopoldina o fizeram não por motivo de resistência e vitória e sim porque não tinham para onde ir, revela também o fato de Helvécia na atualidade ser composta em sua maioria por pessoas que se autodefinem como negros.

Apesar de as falas serem colocadas de modo que em certa medida desqualifica a ação dos egressos do cativeiro na região pertencente a Colônia Leopoldina, podemos compreender a partir delas, a formação de núcleos rurais formados em sua maioria por ex-escravizados, indicando-nos em certa medida a

formação de campesinato negro⁵⁹. Uma vez que a saída dos grupos dominantes da região da Leopoldina, e a presença maciça de egressos do cativo influenciaram de forma significativa a história social e demográfica da região Sul da Bahia.

[...] os grupos que hoje são considerados remanescentes de comunidades de quilombos se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos, que incluem as fugas com ocupação de terras livres e geralmente isoladas, mas também as heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, a simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após a sua extinção. Dentro de uma visão ampliada, que considera as diversas origens e histórias destes grupos, uma denominação também possível para estes agrupamentos identificados como remanescentes de quilombo seria a de “terras de preto”, ou “território negro” [...], que enfatizam a sua condição de coletividades camponesa, definida pelo compartilhamento de um território e de uma identidade (CARVALHO, SCHMITT, TURATTI, 2002, p, 3).

A citação anterior ao trazer os elementos “terras de preto” e “território negro” revela como os espaços constituídos etnicamente por pessoas negras em sua maioria, apresentam ligações com as terras que são ocupados por eles, sejam estas ligações mantidas por ancestralidade direta ou por questões de apropriação cultural. Sinalizando ainda que existiam diversas formas de dificultar o acesso à terra, por parte de ex-escravos.

Durante todo o período escravistas a mensuração da riqueza se dava por meio da posse de terras e escravos, e ao passo que a escravidão deixava de ser uma instituição legal no país, aqueles que durante muito tempo mantiveram o monopólio econômico, buscavam fazer valer o texto instituído pela Lei de terras de 1850, que dizia que a posse de terras a partir desse período só seria possível por intermédio de compra, dificultando de igual modo a posse legal da terra por parte dos grupos egressos do cativo, bem como para todos que compunham um pequeno campesinato nacional.

Chama a atenção a fórmula encontrada pelas elites para obstruir o acesso à terra. Formalmente, nem o rico nem o pobre teriam acesso livre à terra, já que deveriam pagar por ela. O plano e o espírito que nortearam a elaboração da Lei de Terras de 1850 era claríssimo. Seu principal objetivo foi manter o monopólio do acesso à terra. Mesmo que o preço fosse irrisório, os camponeses pobres do Brasil [...] dificilmente teriam recursos para pagar pela terra e menos ainda para pagar as despesas legais

⁵⁹ A respeito da categorização de “Campesinato negro” ver principalmente: GOMES, Flávio dos Santos. *Mocambos e Quilombos: Uma história do campesinato negro no Brasil*. 1. Ed. São Paulo: Claro Enigma, 2015 (Coleção Agenda brasileira).

inerentes ao processo de requerer e legitimar os terrenos (FIABANI, 2012, pp. 351-352).

Na atualidade as “terras de preto” ou “território negro, efetivamente dizem respeito as “[...] terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural”.⁶⁰

Isso fica evidente na fala da senhora Tidinha moradora de Helvécia, pedagoga, ex-diretora da escola municipal João Martinho Peixoto (escola do distrito de Helvécia), membro da Associação Quilombola de Helvécia (AQH), quando narra que o objetivo de busca pelo reconhecimento da localidade como remanescente quilombola “[...] é trazer este resgate de preservação da cultura, e todo pelo seu contexto histórico”.⁶¹

Na narrativa tecida pela moradora observamos a partir do seu olhar enquanto professora qual a importância do reconhecimento de Helvécia como comunidade remanescente quilombola referente à necessidade de se conhecer a história do local e a sua valorização cultural. Do mesmo modo o Sr. Zé da Paz ressalta a necessidade de se estudar a História do local pelos moradores a fim de que os mesmos sintam-se parte dela.

Então quer dizer, você tenta segurar as raízes [Referindo-se a cultura do lugar], agora, eu vejo uma fraqueza muito grande nas nossas escolas. Porque você muitas vezes não sabe nada da sua comunidade, mas você procura saber a história do mundo, quê que me interessa a história da Inglaterra? História do Estados Unidos? Não. Me interessa as terras da comunidade onde eu moro, a história dali, entendeu? Então é isso aí que a gente tinha que colocar no currículo, as secretárias de educação tinha que colocar no currículo escolar, você vai contar a história do seu distrito, das suas comunidades, onde você mora para as pessoas ficar sabendo como é que nasceu, como é que existiu, com é que tá até hoje. Isso não existe. Isso é um erro. Agora eu quero saber de história de Itália que brigou com Alemanha? Pra quê que eu quero saber história? Dessas história? Mas eu tenho que saber a história da minha comunidade.

A partir das narrativas, compreendeu-se que a busca por uma compreensão da História da comunidade de Helvécia foi o ponto principal que movimentou alguns moradores a iniciarem o processo de busca por reconhecimento quilombola. Conhecer a História local tornou-se a válvula encontrada pelos moradores para

⁶⁰ Decreto nº 4887, de 20 de Novembro de 2003, Art. 2º., § 2º.

⁶¹ Entrevista concedida ao autor pela senhora Tidinha em 14 março 2016, no distrito de Helvécia Bahia.

lutarem contra o avanço da monocultura do eucalipto que invadia as terras da comunidade, privando-os de suas atividades costumeiras.

Assim, entende-se que quilombos na atualidade não correspondem apenas a espaços ocupados por escravos que fugiam do sistema escravista, mas sim os grupos que possuem trajetórias próprias, e mais do que isso, que apresentem ligações específicas com as terras que ocupam. (SOUZA, 2008).

Quanto à questão de titulação de terras para remanescentes quilombolas Ilka Leite (2008) faz menção da vinda maciça de imigrantes europeus no início do século XX, o que caracterizou a intensificação da exclusão de homens e mulheres negros, que permaneceram no campo da invisibilidade, sendo excluídos de direitos constitucionais, e só em 1988 estes grupos receberam visibilidade, foram criadas inúmeras redes de administração com a finalidade de desenvolver projetos de políticas públicas nestas comunidades remanescentes quilombolas.

De certo modo, o debate sobre a titulação das terras dos quilombos não ocupou, no fórum constitucional, um espaço de grande destaque e suspeita-se mesmo que tenha sido aceito pelas elites ali presentes, por acreditarem que se tratava de casos raros e pontuais, como o do Quilombo de Palmares (LEITE, 2004, p. 19).

Como é sinalizado pela autora, até mesmo para aqueles que discutiam a respeito da entrada do artigo 68 no ADCT, a questão da continuidade dos quilombos brasileiros em certa medida aparecia como algo esporádico, pois a associação que ainda se faziam a respeito dos quilombos era a de terras ocupadas por escravos fugidos, e uma vez inexistindo o sistema escravista, conseqüentemente também inexistia esses espaços tradicionalmente ocupados por eles.

Levando em conta todas estas prerrogativas, buscou-se compreender quais elementos fizeram do distrito de Helvécia, comunidade constituída após o fim do trabalho escravo no Brasil, receber da Fundação Cultural Palmares (FCP) a titulação de comunidade remanescente quilombola.

A partir do que foi estabelecido pela Fundação Cultural Palmares, em nota publicada em 1994, a partir da Constituição Federal de 1988 no artigo 68 do ADCT quilombos passariam a ser compreendidos como “os sítios historicamente ocupados por negros e que hoje detém resíduos arqueológicos; os sítios historicamente ocupados por negros e que são possuidores de conteúdos culturais de valor etnográfico; as comunidades negras isoladas que contribuíram para a segurança

das fronteiras, e para com o processo civilizatório nas diversas regiões do País” (SOUZA, 2008).

Percebe-se com isso, que existe uma fuga de uma ideia estatizada e homogênea de quilombo, evidenciando que cada comunidade remanescente quilombola apresentaria questões particulares e peculiares quanto a sua formação, bem como a importância dessas no tecido social brasileiro, indo desde a preservação de matrizes culturais até a importância delas enquanto “protetoras” de fronteiras nacionais.

Leite (2003) aponta que tratar dos quilombos e dos quilombolas leva-nos a dois campos distintos de discussão que estão entrecruzados uma vez que a questão suscita um debate no campo política, e leva-nos a uma reflexão científica em processo de construção, por outro. E isso deixa claro que buscar reconhecimento para uma comunidade majoritariamente negra faz parte do campo de resistência política e cultural, embora os agentes opressores sejam outros, eles não deixaram de existir no pós-abolição, “os quilombos passaram a integrar a ordem pós-abolicionista relacionando-se, não sem conflitos, com as estruturas pós-coloniais” (LEITE, 2008, p, 966).

A luta contra as forças pós-coloniais fica latente em muitas narrativas de moradores e moradora de Helvécia ao falarem sobre os motivos que os impulsionaram quanto ao processo de busca por reconhecimento quilombola.

[...] o porquê do reconhecimento a gente sabe que é por esta grande extensão da monocultura do eucalipto existe um deputado chamado Luís Alberto que ele tem um trabalho exclusivo com estas comunidades tradicionais, e o que diante disso afeta estas comunidades, e assim ele não tinha um conhecimento muito profundo da nossa comunidade, mas ao ele vim para fazer um passeio aqui ele percebeu essa **grande extensão da monocultura do eucalipto, a gente sabe que todo quanto é tipo de monocultura ela traz malefícios para o meio ambiente**, então a gente precisaria dar um freio nisso, dar um basta ou pelo menos amenizar a questão dessa monocultura. E ai por Helvécia ser uma comunidade que tem várias características e que da a ela esse direito de ser reconhecido como remanescente de quilombo, então a gente começou a estudar essa possibilidade juntamente com esse deputado⁶², então ele começou vim na comunidade, fazer reunião e mostrar para a comunidade as vantagens, o que a comunidade teria ao ter este reconhecimento. A gente sabe assim que o reconhecimento de uma comunidade como Helvécia um dos pontos positivos seria a questão do resgate da cultura, a preservação da cultura, né?⁶³

⁶² A entrevistada está fazendo menção ao Deputado Federal Luiz Alberto PT-BA

⁶³Entrevista concedida ao autor pela senhora Tidinha em 14 março de 2016, no distrito de Helvécia Bahia.

Nessa narrativa da senhora Tidinha, ela ressalta a importância da ajuda que tiveram de agentes externos da comunidade, além de deixar explicitado contra qual força a comunidade representada pela Associação Quilombola de Helvécia estariam dispostos a lutar. A monocultura do eucalipto, que constituía um enorme entrave para a comunidade, e isso se dava por diversos fatores, como expropriação de terras, ações de grileiros até mesmo o cercamento de muitas propriedades pelas plantações de eucalipto, e que vivenciando tal situação, muitos dos pequenos proprietários de terras da região não viam outra alternativa a não ser vender suas propriedades por preços muitas vezes insignificantes. O “dar um freio” no qual a entrevistada se refere é justamente buscar pelas vias legais o impedimento de que essas empresas de celulose continuassem um processo de avanço sobre as terras da comunidade⁶⁴.

Ainda sobre os entraves pós-coloniais vivenciados pelas comunidades negras rurais, e mais detidamente sobre a situação do distrito de Helvécia, o Sr. Danilo, membro da Associação Quilombola de Helvécia (AQH), corrobora com a fala da sra. Tidinha, ao sinalizar contra qual força estavam lutando.

[...] a gente não tá querendo brigar tanto com quem tem as terra, os moradores daqui que tem uma maior quantidade de terra. Mas sim com a questão das empresas. Sempre o nosso objetivo foi entrar com a titulação pra ver as terra da empresa que tomaram dos moradores de Helvécia, tipo assim, compraram a preço de banana, né? Você tá com sua fazenda aqui e eles cercaram você ao redor todo de eucalipto, te obrigaram a você a vender a sua terra. Então a sua terra era menor, você acabou vendendo e perdendo. Então nosso objetivo era esse ai, entrar com a titulação pra demarcação da terra das empresa, né? Devolver pra comunidade e nem tanto dos próprio moradores aqui que tinha bastante terra⁶⁵.

Desse modo, o fato de buscarem o reconhecimento quilombola, partia principalmente pelo desejo de salvaguardarem o espaço da comunidade diante da ação desenfreada de empresas da iniciativa privada, que desapropriava ou limitava a liberdade individual/coletiva quanto ao uso das terras e de práticas costumeiras entre moradores da comunidade, como a caça e a pesca. Compreendemos ainda que é a partir da atualização e da ampliação da compreensão das novas dimensões da categorização de quilombo, que podemos analisar as ações e os motivos pelos

⁶⁴ Sobre os entraves gerados pela monocultura do eucalipto na comunidade de Helvécia, ver principalmente o trabalho de Liliâne Maria Fernandes Cordeiro Gomes (2009) intitulado: *HELVÉCIA: homens, mulheres e eucaliptos (1980-2005)*.

⁶⁵ Entrevista concedida ao autor pelo senhor Danilo em 18 de fevereiro de 2018, no distrito de Helvécia.

quais integrantes da comunidade aceitaram dar início ao processo de reconhecimento quilombola.

Em atenção ao ofício PRM/IOS/BA nº 702/2000, informo a vossa Senhoria, que foi aberto no âmbito desta Fundação processo administrativo, referente ao reconhecimento da Comunidade Negra Rural de Helvécia, localizada no município de Nova Viçosa/BA, nos termos do Art. 68 do ADCT e Arts. 2015 e 2016 da CF/88.⁶⁶

Motivados pela autoafirmação da consciência de sua negritude e pela resistência à monocultura do eucalipto na região, a comunidade de Helvécia encaminhou para a Fundação Cultural Palmares (FCP) uma carta informando por quais motivos era iniciado o processo que buscava o reconhecimento como Comunidade Remanescente Quilombola.

Nós, comunidade de Helvécia, nos autodefinimos remanescentes de quilombo, portanto, pedimos e requeremos o registro no livro de cadastro geral, expedição de certidão pela Fundação Cultural Palmares.

Esta carta é, portanto, uma declaração comunitária, feita através da Associação e Comunidade Afro do Município de Nova Viçosa, Bahia, visando o reconhecimento da comunidade negra e do distrito de Helvécia, deste mesmo município, e as comunidades e terras negras adjacentes, como Comunidades Remanescentes de Quilombo, perante o **artigo 68 da Constituição Brasileira de 1988**, e diante o decreto nº 4887, feito pelo Presidente da República no dia 20 de novembro de 2003.

A declaração e o pedido abrangem a comunidade negra de Helvécia, e o distrito com o mesmo nome, localizado no Município de Nova Viçosa, Bahia, incluindo, portanto, a comunidade do Rio do Sul e a zona rural do distrito. Além destas, o pedido inclui a comunidade de Candido Mariano, no Município de Nova Viçosa, a comunidade de Volta Miúda, no município de Caravelas, e as áreas e roças que beiram o Rio Peruípe, como Naiá e Muntum, entre outras, também do Município de Caravelas, áreas estas que fazem fronteira municipal com Nova Viçosa, e, portanto com o distrito de Helvécia, e onde uma grande quantidade dos moradores de Helvécia tem roças e seus parentes.

A área acima mencionada constituía, entre, mais ou menos, os anos 1820 e 1900 a Colônia Leopoldina, grande empreendimento cafeeiro, movido por mão-de-obra escrava, formada por cerca 13 fazendas, e cujos proprietários eram alemães, suíços, franceses, holandeses, e alguns portugueses. A partir da abolição a área se tornou uma comunidade quase exclusivamente negra. [...].

Atualmente estamos perdendo a nossa liberdade de ir e vir em busca do nosso próprio sustento devido o grande plantio de eucalipto ao nosso redor e nas nossas terras. O eucalipto tem destruído o resto da Mata Atlântica e da nossa terra, e empobrece as nossas roças. Somos impedidos, através de forças policiais, e das empresas (Aracruz e Bahia Sul), de caçar, pescar e tirar lenha nas nossas próprias terras.

⁶⁶ Ofício N.º 1104/2000 – PRES/GAB /FCP/MinC. Datado de 11 de outubro de 2000. O ofício é parte integrante da documentação cedida em forma de cópia pela Fundação Cultural Palmares, de todo o processo para o reconhecimento de Helvécia como Comunidade Remanescente Quilombola.

Portanto reiteramos pedido de certificação como remanescente de quilombos, reconhecendo, delimitação, demarcação e titulação de nossas terras pelo órgão competente.⁶⁷

O conteúdo da carta enviada a Fundação Cultural Palmares (FCP), como forma de atestarem a autoafirmação do grupo, revela-nos singularidades ao mesmo tempo que salienta pontos comuns no que diz respeito as demais comunidades negras rurais em todo o território nacional, e revela ainda a construção de uma História do local, bem como o conhecimento dos aspectos que atribuem legalidade ao processo/pedido de reconhecimento quilombola. A tomada de consciência por essas comunidades, bem como a compreensão das dimensões do artigo 68 da Constituição Brasileira de 1988, e diante o decreto nº 4887, feito pelo então Presidente da República no dia 20 de novembro de 2003, dão substancialidade para o pleito de tais reivindicações.

Fica explícito a retomada de valores culturais e afirmativos por parte do grupo que representa a comunidade no processo de reconhecimento, bem como a luta pelo direito de ir e vir, pois a carta evidencia ainda a situação conflituosa vivenciada pelos moradores de Helvécia em relação às empresas de eucalipto instaladas nas proximidades da comunidade:

Como ressaltam Gomes e Marques (2013) os remanescentes quilombolas não precisam necessariamente moldar-se àquilo que foi estabelecido numa primeira instância pela historiografia sobre quilombos. Arruti (2005) ressalta que seria impossível atribuir uma única caracterização aos quilombos brasileiros, pois podiam variar quanto o tamanho, longevidade, diversas maneiras de obter renda e diferentes formas de organização social.

Na atualidade declarar-se como quilombola é um processo de autoafirmação pelo qual as comunidades envolvidas passam por perceberem nos seus fazeres culturais e nos espaços em que estão inseridos, fortes traços com uma cultura negra africana, compreendidas como tradicionais. Essa autoafirmação, e busca por reconhecimento quilombola, no entanto não ocorreu de forma consensual, e não contou com o apoio de toda a comunidade, que assim como qualquer grupo é marcada pela heterogeneidade, deste modo além dos conflitos externos (empresas de eucalipto), existia o conflito interno, o desconhecimento de alguns a respeito da

⁶⁷ Pedido de reconhecimento como comunidade remanescente quilombola, Helvécia, 23 de outubro de 2004. In: Fundação Cultural Palmares, Reconhecimento da Comunidade Negra Rural de Helvécia, Nova Viçosa/BA, fls. 09 e 10.

ressignificação do termo quilombo/quilombola, a negação histórica do passado da escravidão na localidade e o processo de resistência empreendidos por escravos nas senzalas da Leopoldina, provocaram fissuras, arestas que precisariam ser aparadas, inicia-se um processo de disputa da memória, considerar-se negro(a) em Helvécia não significava reconhecer-se quilombola.

3.3 “Eu não sinto ser quilombola”: Os dilemas da autoafirmação quilombola

O distrito de Helvécia constituiu-se como comunidade remanescente quilombola a partir da abrangência conceitual que o termo recebeu, isso sem dúvidas como soma de um conjunto de entraves e lutas encabeçados por diversos grupos que militavam em prol da discussão a respeito do negro brasileiro e quais espaços foram destinados a estes no pós abolição, com o intuito de diluir as disparidades sociais historicamente conservadas no Brasil relacionadas as questões de raça e racialidade, dentre estes grupos destacamos o papel do Movimento Negro Unificado (MNU) e da influência destas frentes de luta que resultaram na promulgação do artigo 68 ADCT da Constituição Federal de 1988 (MOREIRA, 2016; OLIVEIRA, 2005).

Podemos entender então, que nesse processo de luta por parte dos movimentos negros, é também a luta por construção de uma identidade do negro brasileiro. No entanto, no tocante a luta travada pelas comunidades quilombolas da contemporaneidade, a busca por reconhecimento, demarcação e titulação das terras não pode ser entendida como um acontecimento consensual no qual toda a comunidade se esforçou pelo mesmo objetivo, que dizia respeito a construção de uma identidade quilombola coletiva, na qual todos os membros se sentissem pertencentes ao processo, para que assim o requerimento aos órgãos responsáveis pelo reconhecimento como comunidade remanescente quilombola, como previsto no at. 68 ADCT da CF. 1988, obtivesse maior força.

Em Helvécia, logo de imediato pontos de tensões foram sentidos, onde através de posicionamentos contrários e mobilizações as situações conflituosos no seio da comunidade se faziam notáveis. Se para algumas pessoas o “resgate

cultural” e a preservação física do espaço em que a comunidade está localizada eram os motivos pelos quais se posicionavam favoráveis ao processo, outro grupo não menos organizado, por uma série de fatores buscava gerar um entrave ao andamento dos tramites que visava consolidar o reconhecimento do distrito de Helvécia como comunidade “remanescente de quilombo” (GOMES, 2009; MOREIRA, 2016).

E essa questão do reconhecimento, Helvécia é uma comunidade remanescente de quilombo, ela aconteceu de maneira rápida, muito rápida. A gente nem esperava que fosse tão rápido assim. Mas o ponto de partida foi na universidade, a academia, nos ajudou a pensar.⁶⁸

A luta pelo reconhecimento quilombola é também a busca por uma construção identitária, e teve como ponto de partida as discussões tecidas no ambiente acadêmico, onde por meio do ingresso de alguns moradores da comunidade de Helvécia em cursos de graduação, foi possível a tomada da dimensão das possibilidades de Helvécia ser reconhecida como comunidade remanescente quilombola a partir das atribuições feitas na CF de 1988. Por outro lado, também, é a retomada daquilo que por algum motivo se perdeu ao longo do tempo. A partir da percepção da senhora Tidinha, um dos pontos mais importantes quanto ao início das discussões do reconhecimento seriam o de “resgate da cultura” o de preservação da cultura negra da localidade.

No centro das discussões em torno do reconhecimento quilombola em Helvécia, as relações de composições identitárias reforçam diferenças que até então encontravam-se ocultas, principalmente se tratando de uma comunidade onde os moradores em sua maioria integram as mesmas famílias. Liliane Gomes (2009) ao analisar os acontecimentos que promoveram o processo de busca por reconhecimento quilombola em Helvécia e os conflitos surgidos em decorrência disso, sinaliza que, ao contrário do que se podia esperar em relação a uma unidade, abriu-se espaço para que outras identidades, e outros sentimentos de pertença os quais não necessariamente atendiam ao modelo que era esperado como típico ou muitas vezes tradicional em uma comunidade onde as relações de parentescos aparecem sempre como ponto forte.

Do mesmo modo Maiza Gomes (2018) ao tratar do reconhecimento quilombola nas comunidades negras rurais no município de Guanambi, na Bahia,

⁶⁸ Entrevista concedida ao autor pela senhora Gilsineth em 18 de fevereiro de 2018, no distrito de Helvécia.

realça que embora fossem comunidades que apresentavam um mesmo tronco familiar, tal reconhecimento gerou conflitos de cunho identitário, uma vez que embora se sentissem pertencentes a comunidade, nem todos apropriavam-se do termo “remanescente quilombola”.

A respeito do surgimento de tais tensões na comunidade de Helvécia, a professora Gilsineth, apontou que:

[...] A gente sabe do lado positivo, que é a questão de dizer não a esse regime e a questão de buscar a liberdade, uma questão boa, a questão da luta. Mas as pessoas não viam assim, eles viam a questão, quilombo. Eu não quero, eu não sou; eu não sou negra, aquela coisa. E aí foi uma luta, tivemos que recuar, ficamos quietinhas muito tempo, porque Helvécia é uma comunidade pequena, Helvécia é uma comunidade que a gente conhece todo mundo, Helvécia é uma comunidade onde fulana é parente de fulana, é uma família. Então a gente também não podia criar esse conflito, de bater de frente.⁶⁹

Essas tensões também se fizeram notáveis na narrativa tecida pela senhora Tiquila, moradora da comunidade de Helvécia, ex-diretora da Escola João Martins Peixoto⁷⁰ e à época da entrevista atuava como presidente da Associação da Agricultura Familiar, quando ela sinaliza que:

A nossa comunidade hoje é remanescente quilombola. Eu lembro que na época, eu fiz até abaixo assinado. Porque foi aprovado no diário oficial acho que foi no 5 de abril de 2010, 2005 um negócio desse. E bati firme, e disse: Gente não existe Helvécia não era quilombo não. O povo aqui em Helvécia tá acostumado com quilombo, o local onde os negros fugiam escondiam para não ser escravo, e hoje não é só isso, é um direito que nós temos por ser negros na comunidade, e o povo aqui não está sabendo disso, nós temos que brigar para esclarecer melhor. Mas brigar como se já estava no diário oficial?⁷¹

Além de uma memória em disputa as narrativas revelam que nem tudo foi consenso, se por um lado existia um grupo em sua maioria composto por mulheres que atuavam na área da educação, estavam engajadas na proposta de luta pelo reconhecimento quilombola, autoafirmação de sua negritude e o desejoso de preservação cultural na comunidade de Helvécia, existia também um grupo de oposição as propostas da Associação Quilombola de Helvécia (AQH), grupo este não menos organizado e engajado que buscava frear o avanço do processo enviado para a Fundação Cultural Palmares. Quando a entrevistada sinaliza que: “eu fiz até

⁶⁹ Entrevista concedida ao autor pela senhora Gilsineth em 18 de fevereiro de 2018, no distrito de Helvécia.

⁷⁰ Única escola existente em Helvécia.

⁷¹ Entrevista concedida ao autor pela senhora Tiquila em 13 março 2016, no distrito de Helvécia Bahia.

abaixo assinado” revela-nos o quanto as disputas internas na comunidade se intensificavam ao longo de todo esse processo em busca do reconhecimento quilombola. Neste sentido, nota-se o quanto o temor de ser “quilombola” movimentou diversos moradores a se posicionarem contrários a esse processo.

Observa-se em narrativas tecidas por alguns moradores, principalmente nas memórias do Sr. Manoel Peixoto e das Sras. Tiquila e Toninha o que Stuart Hall apontou como “fluidez identitária”, indicando que as identidades não são estáticas e nem são uniformes. A partir daquilo que Halbwachs (2013) chamou de memória coletiva, podemos inferir que se tratando da organização de um grupo ou comunidade como é o caso de Helvécia, existe o desejo de construção de uma identidade ou mesmo a tentativa da criação de uma identidade coletiva.

Assim, a memória está intimamente relacionada ao próprio processo de construção da identidade, de autorrepresentação. Ao acioná-la, indivíduos e grupos negociam suas identidades, seus valores, seus desejos e seus projetos de vida. Tal como a memória, a identidade também é construída relacionalmente, ou seja, na interação do sujeito com os outros (VASSALLO, 2011, p.336).

Essa percepção no entanto apresenta-se bastante problemática, principalmente se levarmos em consideração as subjetividades existentes na construção de uma memória coletiva, que corroboram para a afirmação de uma identidade, quer seja para o próprio indivíduo, quer seja para um determinado grupo em questão. Hall (2006) indica que no processo de (re)criação ou re(construção) de uma identidade no seio de determinados grupos, “os sujeitos” assumem identidades diferentes em momentos opostos, identidades que não necessariamente precisam estar articuladas em torno de um “eu coerente”. Em Helvécia não aconteceu de maneira diferente, reconhecer-se enquanto cidadão de Helvécia não significava ao mesmo tempo se identificar como remanescente quilombola, “[...] é quilombola, mas eu me sinto aqui como um cidadão helveciano”.⁷²

Enquanto para o Sr. Manoel Peixoto a identidade quilombola é posta como uma negatividade, para a Sra. Fautina, essa identidade quilombola é apresentada como algo positivo e digna de orgulho.

Eu reconheço, porque desde de pequena já cresci dançando⁷³ acompanhando meus pais que faziam estas festas da época do quilombo,

⁷² Entrevista concedida ao autor pela senhor Manoel Peixoto em 13 março 2016, no distrito de Helvécia Bahia.

⁷³ A entrevistada em sua narrativa refere-se à dança do bate-barriga praticada na comunidade de Helvécia, trata-se de uma herança desde o período colonial do Brasil, e configura-se como uma

então isso veio de geração a geração, você vê que se meus pais aprendeu é pelos meus avós, se meus avós aprendeu é pelos meus tataravós que já foi bem no tempo do cativo né?⁷⁴

O que a senhora Faustina deixa revelar em sua fala pode ser entendido como aquilo que Pollak (1992) irá chamar de “memória quase que herdada”. Segundo o autor, existem acontecimentos que marcam a vida dos indivíduos, em uma proporção tão grande que essa memória ultrapassa os limites do tempo, alcançando dessa maneira as gerações posteriores, e isso em sua maioria acontece através da oralidade, onde se lê: “meus pais que faziam estas festas da época do quilombo”, o que fica evidenciado na narrativa é que as memórias que foram transmitidas para a Sra. Faustina, das festas organizadas pelos pais contribuíram para a formação da senhora Faustina enquanto mulher negra, moradora de Helvécia e que assume sua identidade quilombola.

A memória coletiva que foi arquitetada, por vezes se mostra conflituosa na fala de alguns moradores, principalmente ao trazerem elementos do passado em oposição à composição de uma identidade quilombola no presente. Dizer-se quilombola é também dizer-se negro, e isso por vezes traz à tona conflitos raciais que encontravam-se subterrâneos no seio das discussões dentro da comunidade.

Na narrativa de dona Toninha, moradora de Helvécia, 69 anos de idade, temos: “[...] Nasci aqui, sempre morei aqui a idade que eu tenho. Ah tá tudo diferente, tudo, tudo, tudo mudou. [...] Deus não deixa, esses tipos de quilombola que tem por aí... antigamente era bem melhor [...]”.⁷⁵

A partir dessa fala, percebemos que o retorno ao passado contribuiu para o posicionamento de dona Toninha no tempo presente, ao apresentar uma visão negativa ao que seriam os quilombos e quilombolas da atualidade, ou mais precisamente ao referir-se ao processo que caracteriza o espaço em que ela vive desde o seu nascimento como comunidade remanescente quilombola.

Eu não sinto ser quilombola porque o meu pai sempre falava que nós ser colônia Leopoldina desde do tempo dos escravos é colônia Leopoldina. Agora

dança praticada apenas pelas mulheres com o intuito de agradecer aos deuses pelo direito da maternidade. (SANTOS, 2010).

⁷⁴ Entrevista concedida ao autor pela senhora Faustina em 14 março de 2016, no distrito de Helvécia Bahia.

⁷⁵ Entrevista concedida ao autor pela senhora Toninha em 13 março 2016, no distrito de Helvécia Bahia.

depois de uns cinco anos para cá que eles apareceu com um negócio de quilombola [...]. Eu não sinto não, porque não sou.⁷⁶

Nessa narrativa dona Toninha afirma sua negação ao *Status* de remanescente quilombola, a partir da memória que a mesma carrega das falas de seu pai. É importante salientar que na fala da entrevistada o elemento “escravo” não deixa de aparecer, conseqüentemente os elementos “cativos”, “cativeiro”, estão nas entrelinhas. No entanto apesar disso, verifica-se a total negação ao direito adquirido pelo distrito em ser reconhecido como comunidade remanescente quilombola. É importante perceber que o passado da escravidão na região onde a comunidade encontra-se na atualidade não é negado, no entanto o conhecimento de tal fato, não se mostra suficiente para que alguns moradores reconheçam o processo de construção de uma identidade quilombola.

Para dona Toninha, falar em “quilombo” “quilombola” é apenas falar em escravos fugidos, e isso talvez a afaste da compreensão da atualização do conceito de quilombo ou como rege a carta magna “remanescentes de quilombos”, nota-se que ao tratarmos da memória em comunidades constituídas no pós abolição por descendentes de egressos do cativeiro, as fugas ou a própria memória da escravidão, na maioria das vezes não compõem as narrativas que se referem a formação do lugar, e quando surgem aparecem sempre nas entrelinhas ou com certo ar de “vergonha” e negação.

Em outros momentos, essas memórias são evocadas no intuito de salvaguardarem socialmente a continuidade da comunidade, ainda que isso provoque rachaduras nas relações internas do grupo.

Os grupos que se consideram minoritários e discriminados acionam suas próprias histórias, paralelas às histórias oficiais, pois entendem que a compreensão do passado é um passo decisivo rumo à afirmação positiva da identidade do presente. Com isso, constroem suas memórias e elaboram seus projetos para o futuro. (VASSALLO, 2011, p. 336)

É possível pois afirmar ainda que

A memória é um fenômeno construído. Quando falo em construção, em nível individual, quero dizer que os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes. O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização (POLLAK, 1992, p, 204).

⁷⁶ Entrevista concedida ao autor pela senhora Toninha em 13 março 2016, no distrito de Helvécia Bahia.

Para aqueles envolvidos de forma direta com processo de busca por reconhecimento quilombola, a memória assim como mencionado por Vassallo (2011) e Pollak (1992) constituiu-se como um instrumento de luta, mas para que isso fosse possível, ocorreu em um primeiro momento um processo de construção, essa construção que em muitos casos variavam entre ações conscientes e inconscientes corroboram para a construção de uma história local, bem como para o fortalecimento de uma memória coletiva que em certa medida desaguaria, ou que ao menos deveria desaguar na construção ou reformulação de uma identidade negra e quilombola e que fosse comum a todos os integrantes da comunidade de Helvécia.

Na fala do Sr. Danilo, membro da Associação Quilombola de Helvécia (AQH), os elementos dessa construção identitária e dos conflitos surgidos a partir dessa tentativa, ficam evidenciados ao ponto que o mesmo afirma que:

Então ai no começo as pessoas realmente não se aceitou, achou que Helvécia ia voltar no tempo de escravidão, que quem tinha duas casa tinha que dá uma casa pra quem não tinha. Então surgiu vários boato de pessoas, de um grupo pequeno, né? Que não queria que esse reconhecimento fosse reconhecido. Colocou na cabeça das outras pessoas, até abaixo-assinado teve pra não deixar a associação prosseguir, deixar a comunidade. Mas depois saiu o reconhecimento, né? Tentou fazer um abaixo-assinado pra acabar, pra poder não ser reconhecido, mas já o reconhecimento já tinha acontecido, não tinha como voltar atrás, né?⁷⁷

Ao investigar assuntos concernentes a comunidade negra de Helvécia, Liliane Gomes (2009), deparou-se também com problemas concernentes a autoafirmação e construção de uma identidade quilombola, na ocasião percebeu-se grandes fissuras no processo que culminou com o reconhecimento quilombola. Fissuras essas causadas por uma disputa de memória que é muito latente na fala de alguns moradores da comunidade.

Neste construir, houve espaço para diferentes processos identitários, o que significa dizer que o ser quilombola em Helvécia foi/é lido por alguns de seus membros como uma fantasia, uma inverdade, enquanto que para outros ser de Helvécia se traduz no fato, para eles vivido e, portanto, inquestionável, de ser quilombola (GOMES, 2009, p, 176).

Nota-se assim que as identidades são negociadas (HALL, 2006). “Assim, um sujeito, no seu fazer-se, pode assumir para si identidades diversas e inclusive contraditórias” (GOMES, 2009, p, 176). Se por um lado parte da comunidade deixa

⁷⁷ Entrevista concedida ao autor pela senhor Danilo em 18 de fevereiro de 2018, no distrito de Helvécia.

transparecer seu sentimento de pertença e apoio ao movimento que buscava o reconhecimento quilombola “nós, comunidade de Helvécia, nos autodefinimos remanescentes de quilombo”, temos uma outra parte, também composta por moradores, igualmente politizados que diziam não a toda essa movimentação, ainda que se autoafirmassem negros(as) não faziam o mesmo quando se tratava da identidade quilombola, como afirmou dona Tiquila “eu vou assumir que eu sou negra, eu só não sou remanescente quilombola”.⁷⁸

Também, pelo exposto, fica evidente que o reconhecimento de Helvécia como comunidade remanescente quilombola não ocorreu de maneira consensual por parte de todos os grupos de pessoas que compõem a comunidade “helvéciana”. Podemos compreender isso a partir do que Pollak (1992) conceberá como “memória subterrânea”, uma vez que a discussão em torno das ancestralidades africanas e a ligação direta com a história da escravidão no Sul da Bahia, trouxe à tona reivindicações que até então encontravam-se na invisibilidade. Neste cenário surgiu espaço para uma disputa de memória, ou ainda assim o desejo de que a sua memória herdada ou coletiva fosse tida como a oficial.

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1992, p. 426).

A narrativa a seguir foi tecida pela senhora Tidinha integrante da Associação Quilombola de Helvécia, e ressalta em quais situações no ano 2000 iniciou-se a luta pelo reconhecimento dos direitos quilombolas garantidos pelo artigo 68 da ADCT da Constituição Federal 1988.

[...] diante de tudo isso, então assim a gente criou um grupo, eu já estava fazendo faculdade, um grupo fazia UNEB no caso a Netinha, Roseli, Regina fazia a UNEB que era uma extensão, e eu mais um outro grupo, mais umas cinco pessoas fazíamos a Pitágoras... A FACTEF que hoje é Pitágoras, a gente fazia pedagogia, aí começamos a criar um grupo e a participar de alguns movimentos e diante disso a gente criou esse projeto para pedir esse reconhecimento, eu fazia parte desse grupo. A gente criou esse projeto aqui na comunidade, na época tinha um antropólogo Martin⁷⁹, que era do Rio de Janeiro e estava fazendo o doutorado aqui, tanto que ele nos ajudou a criar esse projeto e a fazer todo esse estudo.⁸⁰

⁷⁸ Entrevista concedida ao autor pela senhora Tiquila em 13 março 2016, no distrito de Helvécia Bahia.

⁷⁹ A entrevistada referia-se a Tomas Martin Ossowicki, que na ocasião estava realizando algumas pesquisas na comunidade.

⁸⁰ Entrevista concedida ao autor pela senhora Tidinha em 14 março 2016.

A fala da entrevistada aponta como a participação e a atuação em espaços outros que fomentam discussões acerca da educação, além de debates que dialogam e sistematizam o processo do fazer cultural e de construção de uma identidade comum ao grupo, encontraram a partir das estudantes residentes na comunidade de Helvécia uma via de acesso para tais debates, “diante disso a gente criou esse projeto para pedir esse reconhecimento”.

Além do uso de espaços acadêmicos ocupados por alguns moradores de Helvécia, houve a participação de sujeitos de fora da comunidade, estes em grande medida mantinham o papel de orientadores no projeto para o pedido de reconhecimento, destacou-se na fala “na época tinha um antropólogo Martin” para além do antropólogo, aparecerá também na fala da entrevistada (Tidinha) outro ator social, sendo este um Deputado Federal “existe um deputado chamado Luís Alberto⁸¹ que ele tem um trabalho exclusivo com estas comunidades tradicionais” (MOREIRA, 2016).

Para Gomes (2009) a presença, de um integrante do poder legislativo federal atuando diretamente na comunidade de Helvécia por meio da mediação e da orientação feita por estes representantes foi de fundamental importância para que o reconhecimento da comunidade enquanto remanescente quilombola viesse acontecer. Uma vez que essas pessoas possuíam uma maior dimensão das possibilidades para que o reconhecimento viesse acontecer, principalmente por se tratarem de pesquisadores e ativistas políticos que lidavam diretamente com o assunto.

Se nas narrativas da senhora Tidinha a participação de um deputado federal e de um antropólogo na orientação do projeto de busca por reconhecimento quilombola surgem como um ponto forte e positivo, os mesmos aparecerão de forma inversa nas narrativas de outros moradores, como fica explícito naquilo que foi dito pelo Sr. Manoel Peixoto.

[...] um deputado lá de... acho que faz parte lá da Bahia, sobre associações quilombolas da Bahia e tudo mais, o deputado Luis não sei de que, mas todo mundo aqui sabe, então esse deputado ele veio, veio e olhou aqui e tal, como, eu não sei se era por interesse político ou porque eu não sei qual essa distinção, mas eu sei que ele achou então por bem que aqui fosse uma cidade quilombola, entendeu? [...] então por isso aqui, esse deputado veio e fundou uma associação quilombola ai, por sinal, ele, eu achei que ele

⁸¹ Deputado Federal PT /Bahia.

foi até muito, ele fez a coisa, muito assim em segredo e tudo mais, ele não me convidou nenhuma das vezes, as reuniões dele.⁸²

No que diz respeito às questões identitárias, nota-se na narrativa de Manoel Peixoto como sua percepção a respeito da política local contribuíram ou deixaram de contribuir para que o mesmo atuasse em conjunto com aqueles que objetivavam a construção de uma identidade comum, ou seja uma identidade quilombola. O silenciamento presente na fala do mesmo a respeito deste processo “o deputado Luís não sei de que”, indica sua indignação ao fato de ter sido “excluído” das reuniões.

Outro ponto que podemos analisar nessa narrativa, é o silenciamento da memória, ou a seletividade da mesma, Pollak (1992) apontará que memória é de fato seletiva, o não lembrar o sobrenome do então deputado federal, sugere-nos que esta seja uma memória indizível, ou que não deva ocupar espaço em sua narrativa “ele não me convidou nenhuma das vezes”. Isso revela possíveis contradições que serão notáveis durante a busca por reconhecimento. “As contradições atuavam tanto fora, na sociedade, atravessando grupos políticos estabelecidos, quanto “dentro” da cabeça de cada indivíduo” (HALL, 2006, p, 20).

A abertura do processo foi encaminhada para Brasília apesar da inexistência de uma concordância total no seio da própria comunidade, tendo início em 10 de novembro de 2000. “Solicito a vossa senhoria abertura de processo para o reconhecimento da Comunidade Negra Rural de Helvécia, localizada no município de Nova Viçosa/BA, nos termos do at. 68 do ADCT e arts. 2015 e 2016 da CF/88”.⁸³

Neste jogo, pudemos observar que não existia consenso, pertencer a Helvécia não significava necessariamente se reconhecer como quilombola, e este não-reconhecimento não implicava um pertencimento menor do ponto de vista daquele que não se identificava (GOMES, 2009, p, 195).

Assinado por membros da Associação e Comunidade Afro – ACA a solicitação de reconhecimento como comunidade remanescente de quilombo foi expedido em 23 de outubro de 2004. No ano seguinte no uso de suas atribuições legais o então presidente da Fundação Cultural Palmares emitiu a Certidão de Auto-reconhecimento.

⁸² Entrevista concedida ao autor pelo senhor Manoel Peixoto em 13 março 2016, no distrito de Helvécia Bahia.

⁸³ Fundação Cultural Palmares, Coordenação Nacional de Comunidades Remanescentes de Quilombos, memorando nº 90/2000, 10 de novembro de 2000. In: Fundação Cultural Palmares, Reconhecimento da Comunidade Negra Rural de Helvécia, Nova Viçosa/BA, fl. 02

Segue a Certidão de Auto-reconhecimento atribuída pela FCP em 2004 referente ao pedido feito pela Associação Quilombola de Helvécia no ano de 2002:

O presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, 1º e 2º, art. 3º, 4º do decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade de Helvécia**, localizada no município de Nova Viçosa, Estado da Bahia, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 002, Registro n. 129I, fl. 34, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da, FCP n.º 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n.º 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS**.⁸⁴

A velocidade com que o processo de reconhecimento de Helvécia como comunidade remanescente quilombola se deu, causou um impacto muito grande, não só aos “distantes” do procedimento como também aqueles que estavam engajados no processo, como foi exposto na narrativa da Sra. Tidinha e da professora Netinha quando convidadas a falar sobre o processo de reconhecimento e suas implicações na comunidade.

A Sra. Tidinha apontou que:

[...] só que a gente não achava que ia sair tão rápido, porque para o reconhecimento de uma comunidade tem que fazer vários estudos, leva de 10 a 15 até 20 anos no mais como o deputado até falou. Mas no nosso caso Helvécia é uma cidade culturalmente conhecida, mundialmente pela sua riqueza, e aí esse reconhecimento saiu em menos de dois meses, quer dizer, nem nós que fazíamos parte do grupo estava assim tão preparado, né?⁸⁵

Ainda na fala da professora Netinha, evidenciou-se que:

[...] aí fizemos um documento e pedimos o reconhecimento à Fundação Palmares. E... foi em dois mil e cinco isso, foi tudo muito rápido, acho que questão de seis meses, cinco meses e Helvécia já recebeu uma certidão como comunidade remanescente de quilombo. Como foi uma coisa muito rápida, pensamos, ouvimos, a academia ajudou a gente pensar nisso, mas nós não pensamos na comunidade, e aí? A comunidade quer? E quais são os pontos positivos, né? As políticas? Quê que é bom? Quais os lados, pontos positivos disso? Isso não foi discutido, também não teve uma comunicação com a comunidade. Porque foi um grupo de mulheres, cinco, seis mulheres, buscamos esse reconhecimento, fizemos algumas reuniões, a gente não ouviu a comunidade. Então, quando sai o reconhecimento, aí

⁸⁴ Fundação Cultural Palmares, Coordenação Nacional de Comunidades Remanescentes de Quilombos, Certidão de auto-reconhecimento. In: Fundação Cultural Palmares, Reconhecimento da Comunidade Negra Rural de Helvécia, Nova Viçosa/BA, fl. 23. Grifo nosso.

⁸⁵ Entrevista concedida ao autor pela senhora Tidinha em 14 março 2016, no distrito de Helvécia Bahia.

vem o reconhecimento, aí vem conflito, tudo junto. E aí nós criamos uma associação, né? AQH – Associação Quilombola de Helvécia, justamente pra gente ter um ponto de partida pra começar a trabalhar essa questão na comunidade, mas também foi conflito, bastante conflito, aí surgiram grupos de pessoas negras, que dizia não, não sou quilombola, eu não vou voltar, eu não vou retroceder, Helvécia vai ser um retrocesso⁸⁶.

A “rapidez” no processo no qual as duas moradoras, professoras e participantes ativas no processo de reconhecimento quilombola fazem menção sugere que elas enquanto membros da AQH não tiveram tempo hábil para preencherem algumas lacunas deixadas nos anos que antecederam o reconhecimento por parte da FCP, “nem nós que fazíamos parte do grupo estava assim tão preparado, né?”.

[...] visto que existisse dentro da comunidade uma variedade de noções de pertencimentos e identificações que não se referia a ser ou não ser quilombola. Essa variedade se pautava, por exemplo, em relações construídas no campo das sociabilidades políticas, religiosas e de parentesco, e, ao que parece, eram fluidas (GOMES, 2009, pp, 192-193).

Essa “fluidez” presente nas concepções de formação das identidades em Helvécia contribuíram para que se intensificasse uma série de conflitos já existentes no seio da comunidade. Nos bares, praças, casas, açougues, nos múltiplos espaços de sociabilidade, as discussões pautavam a questão do reconhecimento. As lacunas que não foram preenchidas no período que antecedeu a emissão da certificação de reconhecimento quilombola foram as vias que possibilitaram o ensejo de diversos conflitos. “O conflito mesmo aconteceu após o reconhecimento”⁸⁷ (MOREIRA, 2016).

E aí foi uma luta, tivemos que recuar, ficamos quietinhas muito tempo, porque Helvécia é uma comunidade pequena, Helvécia é uma comunidade que a gente conhece todo mundo, Helvécia é uma comunidade onde fulana é parente de fulana, é uma família. Então a gente também não podia criar esse conflito, de bater de frente, aquela coisa⁸⁸.

Esses conflitos que se faziam revelar colocaram diversas pessoas em lados opostos, uma vez que nem todos pleiteavam o reconhecimento quilombola de Helvécia, por múltiplos fatores: Medo de perderem suas propriedades privadas, desconhecimento da ressignificação do conceito de quilombo, alguns não queriam

⁸⁶ Entrevista concedida ao autor pela senhora Gilsineth em 18 de fevereiro de 2018, no distrito de Helvécia.

⁸⁷ Entrevista concedida ao autor pela senhora Tidinha em 14 março 2016, no distrito de Helvécia Bahia.

⁸⁸ Entrevista concedida ao autor pela senhora Gilsineth em 18 de fevereiro de 2018, no distrito de Helvécia.

carregar a carga negativa da significado primário dos quilombos, dentre uma série de outros fatores percebidos nas narrativas feitas por alguns moradores.

Assim sendo na tentativa de solucionar tais lacunas a AQH buscou fazer na escola da comunidade um trabalho de reconhecimento e de valorização da cultura negra, somando-se a essas ações, atores sociais vindos de outros espaços, como pesquisadores e políticos engajados na causa das comunidades quilombolas, buscaram apresentar aos moradores da comunidade a importância e a riqueza que existia neste processo de reconhecimento, afim de que houvesse um fortalecimento das raízes afro-brasileiras, bem como a importância dele para a conservação do espaço físico de Helvécia que a muito tempo vinha sofrendo com a instalação de empresas de celulosa na região (MOREIRA, 2016) .

[...] Veja bem, aí, com esse reconhecimento, houve esse, que foi o ponto mais negativo que aconteceu foi esse conflito interno, então nós, o único caminho que a gente achou foi de dar um tempo, dar um tempo né? Professor Valdir mesmo que é da UNEB ele fez vários trabalhos aqui na comunidade, falando sobre esse reconhecimento, o quanto isso seria bom para Helvécia, mas as pessoas não queria ouvir nem acreditar que isso era possível. Ai o tempo foi passando, Deus foi maravilhoso, coisas boas foram acontecendo, e ai eles começaram a amenizar, a começar a aceitar, mas é [...] se você andar aqui pela comunidade de 15% a 20% ainda não se reconhece enquanto quilombola, porque eles veem, eu sou um quilombola, eles acho que trazem aquela retrospectiva do passado, o que, que era ser negro, escravo, então o quilombola para eles e para muitos tem essa concepção e por isso essa não aceitação.⁸⁹

A memória da escravidão que permeava o imaginário de muitos membros de Helvécia, tomava o centro dos questionamentos e causava insatisfação em muitas pessoas da comunidade. Apropriar-se de uma identidade negra seria de alguma forma admitir toda a carga histórica por vezes associada a ideia de negatividade em razão do desconhecimento das resistências e protagonismo dos africanos escravizados e seus descendentes. O desconhecimento de tais fatos fizeram-se bastante pesados no que dizia respeito ao autodefinição quilombola, de maneira que alguns moradores, como já visto anteriormente criaram verdadeiras frentes de resistência para não se assumirem uma identidade coletiva, neste sentido a identidade quilombola. “A gente sabe que o negro no passado ele sofreu muito e a sociedade ela é muito carrasca em relação a isso”⁹⁰ (MOREIRA, 2016).

⁸⁹ Entrevista concedida ao autor pela senhora Tidinha em 14 março 2016, no distrito de Helvécia Bahia.

⁹⁰ Entrevista concedida ao autor pela senhora Tidinha em 14 março 2016, no distrito de Helvécia Bahia.

Paralela a essa percepção negativa Carmo (2010) aponta que para a compreensão deste espaço de sociabilidade enquanto lugar de resistência, a comunidade passou por momentos importantes em sua análise. De tal forma, pesquisas acerca da história da colônia Leopoldina permitiu perceber os focos da resistência escrava, e as vias que esta resistência abria para a negociação com seus senhores. Isso torna sólida a visão de que a resistência escrava acontecia de diferentes maneiras, desde o assassinato dos senhores ou capatazes até a fuga e formação de quilombos, como notado nas frequentes rebeliões escravas na antiga colônia Leopoldina.

Por volta do ano de 1847 os escravos da fazenda Alta Ribeira, pertencente a Augusto de Coffrane, empreenderam uma fuga coletiva enquanto eram resolvidas as questões referentes ao inventário de seu senhor. Estes escravos reivindicavam melhores condições de vida e se queixavam de que lhes faltava alimento, uma responsabilidade do administrador da fazenda. Ao que parece, as denúncias oferecidas contra senhores do sul baiano, que negavam a alimentação aos escravos - como aconteceu em Ilhéus, na devassa de 1813- eram procedentes. Sublevação de escravos não era coisa rara nas fazendas leopoldinenses. O próprio administrador da fazenda Alta Ribeira, Henrique Petoud, declarou em ofício enviado ao cônsul da Suíça na Bahia, em 1846, que muitas plantações na colônia tinham àquela época seus escravos insubordinados (CARMO, 2010, p. 63).

Dessa forma é possível visualizar que a história da escravidão no Sul da Bahia é marcado por conflitos e resistências, de diversas maneiras os escravos da colônia Leopoldina buscavam válvulas para escaparem dos trabalhos forçados ou mesmo para adquirirem melhores condições de existência dentro do próprio sistema escravista, como ocorreu em diversas partes do Brasil.

Em relação a problemática da propriedade revelou-se a seguinte narrativa sobre as tensões à época do processo de reconhecimento

Porque não foi fácil realmente, eu por exemplo, na época eu fazia faculdade a noite, eu tive que parar de estudar uns dois meses, porque a gente foi ameaçado de morte né? Pelos grandes latifundiários, pelas próprias pessoas da comunidade que estavam muito revoltadas porque pelo que passavam para eles, porque existia outro grupo fazendo um trabalho contrário, então eles acreditavam nesse outro grupo porque era a elite né? Porque é o branco. Então eles acreditavam nestas pessoas. “Ah e que Helvécia não vai ter mais energia”, “que Helvécia todo mundo ia ser escravo”, “Que não vai ter mais escola, que ninguém ia ser dono do que era seu”, sabe? Tudo [...].⁹¹

⁹¹ Entrevista concedida ao autor pela senhora Tidinha em 14 março 2016, no distrito de Helvécia Bahia.

A análise da narrativa permite perceber o resultado, dentro de uma sociedade capitalista, de um conjunto de meios utilizados por aqueles que se opunham ao reconhecimento. Referimo-nos aqui ao ato de amedrontar as pessoas quanto a possibilidade de perda das suas propriedades, onde inclui-se a terra, unidade produtiva fundamental na dinâmica da vida em Helvécia.

Mas não apenas essa, a memória traumática, do que foi a escravidão, ou mesmo de como a comunidade de Helvécia está atrelada ao passado escravista na região Extremo Sul da Bahia, apresenta-se como um obstáculo para o processo de autoafirmação.

É nesse sentido que reforçamos a ideia, e a urgência de que questões referentes a escravidão, a resistência escrava, a identidade negra, sejam melhor trabalhadas, uma vez que a ausência dessas discussões, principalmente nas comunidades que buscam o direito à terra e o reconhecimento quilombola, pode provocar fissuras no processo, não apenas nas concepções jurídicas e formais, mas na própria convivência do grupo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho consistiu em um esforço de discutir de que maneira a memória de um passado escravista presente na comunidade negra rural de Helvécia, no tempo presente interfere na concepção e formação da identidade dos indivíduos que compõem a comunidade.

Problematizar a questão dos quilombos e dos quilombolas, leva-nos a uma sistemática análise dos quilombos desde as primeiras concepções sobre esse movimento insurrecional, de maior destaque durante todo o período escravista. Fuga e formação de quilombos não foram a única maneira na qual trabalhadores escravizados buscaram reinventar sua liberdade. De diversas formas e em diversos locais, africanos e afro-brasileiros criaram meios de contestação ao trabalho escravo.

Discutir a questão dos quilombos no Brasil, tomando a comunidade negra rural de Helvécia como o *locus* da pesquisa, levou-nos a um campo de reinterpretação deste movimento. Para isso foi importante compreender a resignificação que o termo teve após a promulgação da Constituição Federal de 1988 em especial o artigo 68 do ADCT.

A análise da bibliografia utilizada contribuiu de forma significativa para a compreensão de alguns conceitos que foram de relevância ao longo de toda a pesquisa, como a discussão que se fez sobre quilombo, memória e identidade. Compreendendo a memória como uma construção coletiva, em que a relação que os indivíduos mantêm ao longo de sua vida em grupo contribuem de forma significativa para que essa memória seja arquitetada e todos sintam-se representados por ela. No que diz respeito a identidade compreendemos que essa é fluida e flutuante, e que pode variar conforme o tempo e espaço ocupado por cada indivíduo.

Nesse sentido compreendemos que a memória coletiva assim como a identidade, são construídas e que as mesmas são (re)elaboradas, sendo forjadas a partir de constantes negociações, e não podem ser entendidas como algo pronto ou estático dado aos indivíduos, memória e identidade também não podem ser entendidas como algo imutável, mas para serem compreendidas como algo coletivo, é necessário que haja pontos em comum com os seus pares no grupo.

No tocante as questões dos *remanescentes quilombolas*, encontramos em Helvécia, campo fértil para essa discussão. Uma vez que a comunidade que foi constituída no pós-abolição está dentro daquilo que foi evidenciado pelo artigo 68 do ADCT da Constituição Federal do Brasil de 1988. A discussão acerca do reconhecimento da comunidade de Helvécia como remanescente quilombola levou a problematização das questões concernentes as questões principalmente da memória coletiva e questões identitárias.

Helvécia não foi constituída enquanto comunidade quilombola a partir da ideia primária de quilombo “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”⁹² mas sim como consequência da ressignificação que termo recebeu após sua inclusão na ordem jurídica nacional “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecido a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”⁹³. Essa ressignificação possibilitou que espaços como Helvécia, em que quase a totalidade de sua população é constituída por pessoas negras, que por sua vez, têm parentesco e traços culturais associados às comunidades oriundas das senzalas e que reconhecem suas proximidades com as questões étnico-raciais.

Toda essa aproximação com a cultura negra, fez com que alguns moradores com apoio de pessoas externas à comunidade, iniciassem a busca por reconhecimento dos direitos quilombolas. Esse reconhecimento deveria estar pautado no direito constitucional, que garante que as terras de uma comunidade remanescente quilombola, sejam demarcadas e tituladas. Ainda assim, não foi consenso no núcleo da comunidade. Muitos moradores rejeitaram a proposta e a ideia de Helvécia ser “quilombo” uma vez que o termo traz à tona questões que alguns membros da comunidade preferiam silenciar.

A busca pelo reconhecimento gerou conflitos internos dentro de Helvécia, conflitos estes, que se intensificaram no pós-reconhecimento, “impedindo” inclusive que o processo fosse efetivado em sua totalidade. Helvécia foi reconhecida como comunidade remanescente quilombola em 2005, porém as terras ainda não foram tituladas. Posto que, a questão da terra gerou desconforto entre os membros da Associação Quilombola de Helvécia (AQH) e a comunidade em geral.

⁹² Vem em: (MOURA, 1987, p.11)

⁹³ (BRASIL, 1988, p, 159).

A questão da propriedade da terra, ainda que silenciada, indica ser um elemento de tensão no autorreconhecimento da identidade quilombola à medida que gera temores na população que vive em uma sociedade capitalista, portanto defensora da propriedade privada.

Neste sentido indicamos a necessidade de novas pesquisas que discutam com maior ênfase a questão dos conflitos de terra que envolvem as diversas comunidades rurais do Extremo Sul da Bahia e as empresas de celulose que atuam na região desde a década de 1970. Sobre essa questão já existem importantes pesquisas que abordam a temática, uma delas realizada por Liliane Maria Fernandes Cordeiro Gomes em sua dissertação de mestrado, apresentado ao Programa de Pós-graduação em História Regional e Local da UNEB Campus V, a mesma problematiza os problemas vivenciados pela comunidade de Helvécia frente a monocultura do eucalipto, é uma pesquisa de peso no entanto novas questões podem ser levantadas.

Na presente pesquisa, por falta de tempo suficiente não conseguimos adentrar nessas questões embora a mesma se apresentasse como uma necessidade, neste sentido sugerimos como perspectiva para pesquisas futuras.

Nosso estudo revelou o quanto para algumas pessoas a não compreensão das novas ressignificações do termo quilombo pesam no aceitar-se quilombola, este peso está ligado ao desconhecimento do assunto, o não saber o que é “quilombo” ou não compreender o que é ser “remanescente de quilombo”, e também evidenciam o lado da história que estes ocuparam, não se aceitam quilombolas, pois acreditam não se enquadrarem no grupo daqueles que um dia foram oprimidos pelo sistema escravocrata.

A falta dessa compreensão gera em algumas pessoas um sentimento de recusa ao *status* atual da comunidade, uma vez que, o ato de se autodefinir enquanto quilombola traria para estas pessoas toda uma carga “negativa”, do que é ser negro no Brasil, pois como foi observado na narrativa de alguns entrevistados, as questões que permeiam os assuntos envolvendo a identidade negra ainda são associadas ao sofrimento da escravidão. Essa escravidão ao que parece, é vista ainda apenas como um espaço de dominação e não como espaço de resistência.

A pesquisa objetivava também discutir quais as ações desenvolvidas pela Associação Quilombola de Helvécia (AQH) e da Escola João Martinho Peixoto junto à comunidade, voltadas para o fortalecimento da identidade quilombola, no entanto a

questão não apareceu nas entrevistas, exceto uma informação de que a escola realiza um trabalho de conscientização com seus estudantes, assim sendo não ficou evidente se a AQH permanece ativa desenvolvendo ações de exposição daquilo que vem sendo tramitando em torno do reconhecimento quilombola e da titulação das terras.

Esta análise evidencia o quanto as questões referentes à escravidão precisam ser enfrentadas na comunidade de Helvécia, na intenção de problematizar e desvelar as histórias dos povos escravizados, indicando sua potencialidade de ação e protagonismo, evidenciando sua importância. Importância essa que sofreu bruscamente a tentativa de minimização e esquecimento na historiografia do país.

REFERÊNCIAS

ABA (Associação Brasileira de Antropologia). Documento do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais. In: **Boletim Informativo NUER**, Vol. 1, n. 1, 1997 [1994].

AGIER, Michel. **Distúrbios identitários em tempos de globalização**. MANA 7(2): 7-33, 2001.

ALBUQUERQUE, Wlamira R. de. FILHO, Walter Fraga. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru, SP: Edusc, 2006.

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: Teoria e método**. Bauru. SP: EDUSC. 2006.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: O negro no imaginário das elites – Século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BARROS, José D'Assunção. **Sobre a feitura da micro-história**. OPSIS, vol. 7, nº 9, jul-dez. 2007. 167-185.

BARROS, José D' Assunção. **O campo da História: Especialidades e abordagens**. 9. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BERGSON, H. **Matéria e Memória – ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. Tradução Paulo Neves. 4ª edição, São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

BLOCH, Marc Leopold Benjamim. **Apologia da História, ou, O ofício de historiador**. Tradução, André Telles. – Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CANCELA, Francisco. **De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização da antiga Capitania de Porto Seguro (1763-1808)**. 2012. 337 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2012.

CARMO, A. F. **Colonização e escravidão na Bahia: A Colônoa Leopoldina (1850 – 1888)**. Salvador: Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2010.

CARNEIRO, Édson. **O quilombo dos Palmares**. 4º ed. São Paulo: Editora Nacional, 1988.

CARVALHO, José Jorge de (Org). **O Quilombo Rio das Rãs**: histórias, tradições e lutas. Salvador, EDUFBA, 1995.

CARVALHO, Maria Celina Pereira de; SCHMITTI, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli. A atualização do conceito de quilombo: Identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente & Sociedade – Ano V – nº 10 – 1º semestre de 2002**.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. 5. ed. – São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CUNHA, Jorge Luiz da. A colônia de São Leopoldo: A primeira fase da colonização alemã no Rio Grande do Sul. **Revista Acadêmica Licenciaturas**. Ivoti. V. 5. N. 2. p. 37-43. julho/dezembro. 2017.

CUNHA, Manuela Carneiro (org). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

CORREA, Lucelinda Schramm. O resgate de um esquecimento: A colônia de Leopoldina. **GEOgraphia** – Ano 7. Nº 13, 2005. pp. 87-111.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. – 5. ed. – São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte. – São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DOMINGUES, Petrônio. **O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889 – 1930)**. Dialogos Latinoamericanos, número 010, Universidade de Aarhus, 2005.

DOMINGUES, P.; GOMES, F. Histórias dos quilombos e memórias dos quilombolas no Brasil: revisitando um diálogo ausente na lei 10.639/031. **Revista da ABPN**, v. 5, n. 11, jul. – out. 2013, p. 05-28.

FONTELLA, Leandro Goya; MEDEIROS, Elisabeth Weber. Revolução haitiana: o medo negro assombra a América. **Disc. Scientia. Série: Ciências Humanas, Santa Maria, v. 8, n. 1, p. 59-70, 2007**.

FIABANI, Adelmir. **Mato, palhoça e pilão**: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532 – 2004). 2. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FREITAS, Décio. **Insurreições escravas**. Porto Alegre: Movimento, 1976.

_____. **Palmares**: a guerra dos escravos. 2. ed. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e Senzala**: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 30ªed. – Rio de Janeiro; Record, 1995.

_____. **Sobrados e Mocambos**. 13ªed. – Rio de Janeiro: Record, 2002.

GIFFONI, José Marcello Salles. **Trilhos arrancados**: História da Estrada de Ferro Bahia e Minas (1878 – 1966). 2006. 307p. Tese, (doutorado)- UFMG, Belo Horizonte, 2006.

GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de quilombolas**: Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. Rd. ver. ampl. – São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. No meio das águas turvas (Racismo e cidadania no alvorecer da República: a Guarda Negra na Corte - 1888-1889). **Estudos Afro-Asiáticos**, (21): 75-96, dezembro de 1991.

_____. Sonhando com a terra, construindo a cidadania. In: **História da cidadania**, Jaime Pinsky, Carla Bassanezi, (orgs). 3. Ed. – São Paulo, 2005.

GOMES, Lílian. MARQUES, Carlos Eduardo. **A constituição de 1988 e a ressignificação dos quilombos**: Limites e potencialidades. RBCS vol. 28 nº 81 fevereiro/ 2013.

GOMES, Liliane Maria Fernandes Cordeiro. **Hélvécia – homens, mulheres e eucaliptos (1980-2005)**. Santo Antônio de Jesus: Universidade Estadual da Bahia, 2009. 229 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local. Universidade do Estado da Bahia, Santo Antonio de Jesus, BA, 2009.

GOMES, Maiza Messias. **Sambas de roda das comunidades negras de Guanambi - BA**: Memórias do Vai de Virá, Quebra Panela e Reisado. Tese (Doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2018.

GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. 2º ed. São Paulo: Ática, 1991.

_____. **O escravismo colonial**. 6ª ED. São Paulo: Ática, 2001.

GRINBERG, Keila. Contra enganadores. In: **Revista da Biblioteca Nacional. Ano 5, nº 54. Março 2010**.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HALL. Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. RJ. DP&A. 2006.

HOBBSBAWM, Eric. **Pessoas extraordinárias**: resistência, rebelião e Jazz. São Paulo: Paz e terra, 1998.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

IVO, I. P. **Homens de caminho**: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012.

IVO, I. P. Trânsito externo e o malogro da interiorização holandesa no Brasil. In: PAIVA, E. F.; IVO, I. P. (Org.). **Escravidão, mestiçagens e histórias comparadas**. São Paulo: Annablume/PPGH-UFMG; Vitória da Conquista: Edições UESB, 2008. (Coleção Olhares).

JONES, Cleiton Melo. **“Vem aí a imigração”**: Expectativas, propostas e efetivações da imigração na Bahia (1816-1900). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2014, 142 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, BA, 2014.

LARA, Silvia Hunold. Conectando historiografias: A escravidão africana e o antigo regime na América portuguesa. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINE, Vera Lúcia Amaral, (orgs). **Modos de governar**: Ideias e práticas políticas no império Português séculos XVI A XIX. São Paulo: Alameda, 2005.

LEITE. Ilka Boaventura. **O legado do testamento**: a comunidade de Casca em perícia. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Florianópolis: NUER/UFSC, 2004.

_____. Quilombos e Quilombolas: Cidadania ou folclorização? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 123-149, maio 1999.

_____. O projeto político quilombola: Desafios, conquistas e impasses atuais. **Estudos feministas, Florianópolis**, 16(3): 424. Setembro-dezembro/2008. 965-977.

_____. **Os Quilombos no Brasil**: questões conceituais e normativas. Ttnográfica. Vol. IV (2). 2000, pp. 333 – 354.

LUCENA, Célia Toledo. **Artes de lembrar e de inventar**: (re) lembranças de migrantes. – São Paulo: Artes & Cia. 1999.

LUNA, Luiz. **O negro na luta contra a escravidão**. Rio de Janeiro: Leitura S. A., 1968.

LYRA, Henrique Jorge Buckingham. **Colonos e colônias** – uma avaliação das experiências de colonização agrícola na Bahia na segunda metade do século XIX. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia – Salvador, 1982.

LYRA, Henrique Jorge Buckingham. A “crise” de mão-de-obra e a criação de colônias agrícolas na Bahia: 1850-1889. In: DIAS, Marcelo Henrique; CARRARA, Ângelo Alves (Orgs.). **Um lugar na História**: A capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau. Ilhéus: Editus, 2016.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**: Séculos XVI-XIX. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MIRANDA, Adílio. R. A. BORGES, Ceyça. L. P. MOREIRA, Líliam. B. Relação indivíduo-organização: possibilidades de (re) construção de identidades. **PERSPECTIVA**, Erechim. v.36, n.134, p.95-108, junho/2012.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História e memória: a cultura popular revisitada**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

MORAIS, Alana Cruz. **Repensando o conceito de quilombo**: um estudo sobre a comunidade de Helvécia. Monografia (Colegiado de História – Departamento de Educação) – Universidade Estadual da Bahia, Teixeira de Freitas, 2016. 2011.

MOURA, Clóvis. **Quilombos**: resistência ao escravismo. São Paulo: Ática, 1987.

MOURA, G. Quilombos contemporâneos no Brasil. In: CHAVES, R; SECCO, C. & MACÊDO, T. (Orgs.) **Brasil África: como se o mar fosse mentira**. São Paulo: Editora UNESP; Luanda, Angola: Chá de Caxinde, 2006, pp. 327-362.

MOREIRA, Ramom P. J. de. **Conflitos identitários no processo de reconhecimento do distrito de Helvécia como comunidade remanescente quilombola (2002-2005)**. Monografia (Colegiado de História – Departamento de Educação) – Universidade Estadual da Bahia, Teixeira de Freitas, 2016.

MÜLLER, Armindo. **Os colonizadores alemães em Nova Friburgo**. Janeiro de 2010. Disponível em http://www.djoaovi.com.br/index.php?cmd=section:imigrantes_alemaes. Acesso em 05/07/2018.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do Negro Brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: A problemática dos lugares**. Tradução de Yara Aun Khoury. Proj, História. São Paulo, (10), dez. 1993.

OBERACKER Jr. A colonização baseada no regime de pequena propriedade agrícola. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). **História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico**, v. 3. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

OLIVEIRA Jr., Adolfo Neves de. Reflexão antropológica e prática pericial. In CARVALHO, José Jorge de. [Org.]. **O quilombo do Rio das Rãs: histórias, tradições, lutas**. Salvador: EDUFBA, 1995.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. **O projeto político do território negro de retiro e suas lutas pela titulação das terras**. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH). Florianópolis, 2005.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade étnica, identificação e manipulação**. SP. 1976

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15**.

_____. Michael. **Memória e identidade social**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PRIORE, Mary del. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Escravidão Negra no Brasil**. São Paulo. Ática. 1993.

RAMOS, Arthur. **O negro brasileiro**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1934. _____. **As culturas negras no novo mundo**. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

REIS, João José; GOMES Flávio dos Santos (org). **Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil**. São Paulo. Companhia das letras, 2006.

REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. **Revista USP, São Paulo (28): 14 - 39, dezembro / fevereiro 95 / 96**.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**. A resistência negra no Brasil Escravista. SP: Cia das Letras, 1979, p. 123-124.

RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. 3º ed. São Paulo. CEN, 1945.

SAILLANT, Francine. O Navio Negreiro: refiguração identitária e escravidão no Brasil. **Tempo [online]**. 2010, vol.15, n.29 ISSN 1413-7704.

SILVA. Dimas Salustiano da. In: **Frechal Terra de Preto – Quilombo reconhecido como Reserva Extrativista**. São Luiz: SMDDH/CCN-PVN, 1996.

SILVA, Ricardo Tadeu Caires. Criminalidade, resistência escrava e abolicionismo na colônia Leopoldina, Bahia (1889-1888). **Revista de História Regional** 21(1): 83-109, 2016

SOUZA, Bárbara Oliveira. **Aquilombar-se: Panorama Histórico, Identitário e Político do Movimento Quilombola Brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais - Departamento de Antropologia. Brasília, 2008.

SOUSA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983

SLENES, Robert W. Lares negros, olhares Brancos: História da família escrava no século XIX. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. V.8 nº 16, pp. 189-203. mar.88/ago.88.

THORNTON, John Kelly. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico 1400-1800**. Tradução Marisa Rocha Mota. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

VASSALLO, Simone. **Identidade negra, cidadania e memória: Os significados políticos da capoeira de Angola contemporânea**. Interseções [Rio de Janeiro] v. 13 n.2, p. 334-350, dez. 2011.

FONTES ORAIS

Agnalda Aparecida Francisco. Entrevistada em Helvécia – BA, em 13 de março de 2016.

Antônia Francisca. Entrevistada em Helvécia – BA, em 13 de março de 2016.

Danilon Luiz Francisco. Entrevistado em Helvécia – Ba, em 20 de Fevereiro de 2018.

Faustina Zacarias Carvalho. Entrevistada em Helvécia – BA, em 14 de março de 2016.

José da Paz Geelin. Entrevistado em Helvécia – BA, em 20 de fevereiro de 2018.

Gilsineth Joaquim Santos. Entrevistada em Helvécia – BA, em 20 de fevereiro de 2018.

Maria Aparecida dos Santos. Entrevistada em Helvécia – BA, em 14 de março de 2016.

Manoel Peixoto. Entrevistado em Helvécia – BA, em 13 de março de 2016.

Nubia Conceição. Entrevistada em Helvécia – BA, em 14 de março de 2016.